



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL

**Laura Camila Sarmiento Marulanda**

**Orientadora: Profa. Dra. Debora Diniz**

**Mulheres e narrativas de reparação: a categoria gênero  
problematizando a justiça transicional colombiana**

Brasília - DF  
2018

**Laura Camila Sarmiento Marulanda**

**Mulheres e narrativas de reparação: a categoria gênero problematizando a justiça  
transicional colombiana**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília (UnB) como requisito para obtenção do grau de Doutora em Política Social.

**Orientadora: Prof. Dra. Debora Diniz**  
Faculdade de Direito – UnB

Brasília - DF  
2018

**Laura Camila Sarmiento Marulanda**

**Mulheres e narrativas de reparação: a categoria gênero problematizando a justiça  
transicional colombiana**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília (UnB) como requisito para obtenção do grau de Doutora em Política Social.

Banca Examinadora:

---

**Profa. Dra. Débora Diniz**

Orientadora – Faculdade de Direito /UnB

---

**Prof. Dr. Newton Narciso Gomes Junior**

Departamento de Serviço Social /UnB

---

**Profa. Dra. Tânia Mara Campos De Almeida**

Departamento de Sociologia– UnB

---

**Profa. Dra. Cecilia Nunes Froemming**

Departamento de Serviço Social– UFT

---

**Profa. Dra. Luciana Stoimenoff Brito**

Banca Suplente - Anis – Instituto de Bioética, Direitos  
Humanos e Gênero

Brasília - DF  
2018

À minha mãe Dalia Rebeca.

Ao meu esposo Luis Fernando.

Às mulheres corajosas dos Montes de Maria,  
fontes inesgotáveis de admiração e inspiração.

“Frente a la razón pura físico-matemática hay, pues, una razón narrativa. Para comprender algo humano, personal o colectivo, es preciso contar una historia”.

José Ortega y Gasset

## AGRADECIMENTOS

O primeiro agradecimento deve ser destinado à minha orientadora: a professora Debora Diniz. Nosso caminho conjunto vem desde o mestrado, e não finaliza aqui. Ela teve a generosidade, própria dela, de construir uma ponte permanente entre o Brasil e a Colômbia; receber uma estrangeira e guiá-la para construir, mais do que pesquisas acadêmicas, caminhos de vida centrados no amor pelo conhecimento, e compromisso social de uma perspectiva feminista. Além disso, ela estabeleceu uma rede de apoio formada por estudantes orientandas, sem a qual nem poderia imaginar a pós-graduação: a “matilha”. Todos estes anos, ao lado de colegas tão brilhantes e solidárias, sempre me impulsou a dar o melhor de mim. Saibam que contam com minha amizade e parceria permanentes.

Também agradeço ao Departamento de Política Social, aos professores – especialmente ao professor Newton Narciso Gomes Junior –, funcionários e colegas que contribuíram com este caminho. E ao Ministério da Educação do Brasil, pois o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Código de Financiamento 001. Este suporte social evidencia a importância das políticas educativas para mudar vidas.

Seguindo os agradecimentos institucionais, meu reconhecimento ao Emerging Leaders of the Americas Program (ELAP), do governo canadense, que financiou minha estância acadêmica na Universidade de Ottawa. Ali fui recebida também com generosidade pela professora Katherine Vanthuyne. Sua supervisão e meus meses nesse espaço acadêmico tão enriquecedor foram essenciais para esta tese.

Finalmente, agradeço aos meus pais – Dalia Rebeca e Libardo – e ao meu esposo, Luis Fernando, pela paciência e amor nestes anos. Obrigada pelo suporte amoroso e intelectual, sem o qual este sonho não seria hoje uma realização.

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo problematizar a justiça transicional colombiana através das histórias de reparação de mulheres vítimas do conflito armado colombiano dos Montes de Maria. Na Colômbia, as mulheres foram vítimas de múltiplos e sistemáticos crimes no contexto do conflito armado, juntamente com o fato de que sofrem e enfrentam os danos causados pela violência em sua condição de sobreviventes. Autoras feministas afirmam que a justiça transicional tem se caracterizado por uma tendência androcêntrica e implicada nas estruturas patriarcais de governo. Em primeiro lugar, tanto na seletividade dos crimes considerados vinculados ao gênero, quanto em relação ao privilégio outorgado à punição e à reparação da violação de direitos civis e políticos que afetam em maior proporção os homens. Em segundo lugar, pela exclusão ou sub-representação das mulheres nas negociações e nos acordos de paz. Neste cenário, foram selecionadas histórias de reparação, porque na área da justiça transicional, as reparações são únicas, uma vez que tentam diretamente remediar a situação das vítimas causada por crimes contra os direitos humanos. Foi desenvolvida uma pesquisa biográfico-narrativa, utilizando entrevistas narrativas e árvores de vida, com o método de análise a Teoria Fundamentada. Os resultados discutem sobre as continuidades do regime de gênero em tempos de guerra e paz; sobre como a governança patriarcal se articula aos processos da justiça transicional, invisibilizando a violação dos direitos das mulheres e negando a participação política delas e certos caminhos de reparação que podem contribuir para uma justiça de gênero.

**Palavras-chave:** Gênero; Justiça Transicional; Mulheres; Pesquisa Narrativa; Políticas de Reparação.

## ABSTRACT

This research aims to problematize Colombian transitional justice through the reparation stories of women victims of the Colombian armed conflict in the Montes de Maria region. In Colombia, women have been victims of multiple and systematic crimes in the context of armed conflict, coupled with the fact that they suffer and face the damage caused by violence in their survivor status. Feminist authors claim that transitional justice has been characterized by its androcentric trend and implicated in patriarchal governance structures. Firstly, both in the selectivity of crimes considered to be linked to gender, also related to the privilege granted to punishment and reparation for the violation of civil and political rights that affect men in greater proportion. Secondly, the exclusion or under-representation of women in the negotiations and peace agreements. In this scenario, reparation stories have been selected because in the area of transitional justice, reparations are unique since they directly attempt to remedy the victim's situation caused by crimes against human rights. A biographical-narrative research was developed using narrative interviews and life trees using as analysis method Grounded- Theory. The results discuss the continuities of the gender regime in times of war and peace; about how patriarchal governance articulates with the processes of transitional justice, making invisible the violation of women's rights. And denying their political participation and certain paths of reparation that can contribute to gender justice.

**Keywords:** Gender; Transitional Justice; Women; Narrative Research; Reparation Policies.

## SUMÁRIO

<b>PRÓLOGO</b> .....	11
<b>CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO E METODOLOGIA</b> .....	13
<b>1.1 Contexto da pesquisa</b> .....	19
<b>1.1.1 Atores e dinâmicas do conflito armado colombiano</b> .....	21
<b>1.2 Objeto de estudo</b> .....	26
<b>1.2.1 Justiça transicional e estruturas patriarcais de governabilidade</b> .....	30
<b>1.2.2 Ampliando o enquadramento das injustiças e violências contra a mulher nos conflitos armados</b> .....	32
<b>1.3 Problema de pesquisa</b> .....	35
<b>1.4 Metodologia</b> .....	35
<b>1.4.1 Pesquisa biográfico-narrativa</b> .....	37
<b>1.4.2 Participantes</b> .....	37
<b>1.4.3 Instrumentos de coleta de dados</b> .....	40
<b>1.4.3.1 Entrevista narrativa</b> .....	40
<b>1.4.3.2 Árvore de vida</b> .....	43
<b>1.4.4 Método de análise de dados: Teoria Fundamentada</b> .....	47
<b>1.4.5 Triangulação</b> .....	49
<b>1.4.6 Considerações éticas</b> .....	50
<b>CAPÍTULO 2 – AS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO NOS PERÍODOS DE TRANSIÇÃO</b> ..	53
<b>2.1 Gênero como regime de poder</b> .....	53
<b>2.2 O gênero na guerra: uma introdução</b> .....	55
<b>2.2.1 Os corpos das mulheres</b> .....	56
<b>2.3 Análise por capas (Multi-layered Analysis)</b> .....	62
<b>2.3.1 Violência política – direta</b> .....	66
<b>2.3.2 Violência estrutural</b> .....	71
<b>2.3.3 Violência cotidiana</b> .....	77
<b>CAPÍTULO 3 – LUTAS PELA REPARAÇÃO: AGÊNCIA E LIDERANÇA DAS MULHERES</b> .....	82
<b>3.1 Razão humanitária e paz minimalista</b> .....	82
<b>3.1.1 Construção de paz e crítica feminista</b> .....	86
<b>3.2 Acesso à justiça nos períodos de transição</b> .....	89
<b>3.2.1 Ajuda humanitária</b> .....	89
<b>3.2.2 Justiça retributiva</b> .....	91

<b>3.2.3 Justiça restaurativa</b> .....	96
<b>3.2.4 Justiça transformativa e sua relação com a política social</b> .....	102
<b>3.3 Agência e liderança das mulheres</b> .....	106
<b>CONCLUSÕES</b> .....	115
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	121

## PRÓLOGO

Esta é uma tese constituída a partir do encontro entre as narrativas das mulheres sobreviventes do conflito armado colombiano, juntamente com as minhas, estabelecendo uma comunicação intersubjetiva a respeito da realidade social da justiça transicional. Seu objetivo é constituir formas alternativas de ciência que reconheçam os diversos lugares desde onde se constrói conhecimento e memória sobre o que aconteceu na guerra e principalmente o que acontece nos denominados tempos de paz, os quais para nós mulheres não necessariamente implicam tempos ausentes de violência como conheceremos através das histórias das mulheres participantes.

Sou psicóloga de formação, mas me aventurei a fazer um mestrado e doutorado em Política Social no Brasil guiada pelas inquietações fruto de morar em um país em guerra, mas que também tem iniciado nos anos recentes tentativas de construir a paz e reparar os milhões de vítimas que deixaram décadas de conflito armado. Eu queria fugir das perspectivas que patologizam os conflitos sociais, às vezes dominantes no campo da psicologia, para compreender as realidades das vítimas na interseção de diversas relações de poder que configuram suas vidas e subjetividades.

Nessa aposta me encontrei com a generosidade da professora Debora Diniz, que sedimentou meu caminho e compromisso com a ética feminista. O uso da lente de problematizar as relações de gênero começou no mestrado, mas solidificou as suas raízes no doutorado a partir da leitura de diversas e maravilhosas autoras feministas, como minha orientadora. Tão valiosas foram as leituras quanto o encontro com as mulheres sobreviventes dos Montes de Maria no Caribe colombiano, me transformando e sensibilizando frente aos desafios das mulheres em uma Colômbia em transição.

Escutar as histórias de mulheres sobreviventes, que depois de eventos de extrema violência sociopolítica vivenciam sistematicamente violências estruturais, simbólicas e cotidianas, foi um desafio emocional e analítico. Fez-me refletir sobre a normalização e naturalização das violências e o terror das mulheres no dia a dia. Fez-me comprometer na transformação das sociedades marcadas pelo regime de gênero ainda mais.

Este foi um diálogo com mulheres em sua maioria com uma família numerosa, camponesas, pardas, do interior do país e que tinham sido atingidas de forma direta pelo conflito armado. É cumpre dizer, mulheres que vivenciam diferentes dinâmicas de

opressão. Nosso encontro se deu desde a sororidade entre mulheres a qual é revolucionária para o mundo e para nós mesmas. Isso permitiu, por um lado, a confiança delas para me contar as suas histórias de vida de forma tão generosa. Por outro, deu-me a responsabilidade de fazer uso de meus privilégios para contribuir intelectual e praticamente a construir uma Colômbia em paz, a qual se assente na justiça social e de gênero, que como resultado mais relevante, será uma melhor condição de vida para estas mulheres e a garantia integral de seus direitos.

Agradeço a todas estas mulheres, autoras feministas e sobreviventes da violência por me ensinar a lutar juntas por um mundo mais justo para nós. Espero que esta tese contribua ao caminho que muitas tem traçado desde as suas diversas trajetórias de vida.

## CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO E METODOLOGIA

Esta pesquisa teve como eixo fundamental a narrativa de mulheres vítimas do conflito armado em respeito às suas histórias e luta pela reparação de seus direitos individuais e coletivos, com o objetivo de problematizar os marcos da justiça transicional colombiana, desde a categoria gênero. As narrativas constituíram uma aposta metodológica e política; permitiram uma análise reflexiva sobre a crônica de diversas histórias na geografia social e temporal (Bolívar Botía, 2002), além de construir uma perspectiva de pesquisa colaborativa, uma vez que as mulheres se convertem em intérpretes das suas próprias vidas ao não limitarem-se pelas perguntas pré-estabelecidas da pesquisadora, e narrarem o que para elas é essencial para compreender as suas vidas nos períodos de transição.

Assim mesmo, os resultados foram discutidos com elas para garantir que suas vozes fossem as protagonistas. As narrativas questionam as concepções de raciocínio lógico-formal androcêntrico, que planteia um sujeito neutro e universal produtor de conhecimento, e informam e enriquecem as análises pelo mundo da imaginação e criatividade que existem nas histórias produzidas pelas participantes (Bolívar Botía, 2002; Manchola Castillo e Solbakk, 2017).

Assim, assumo uma perspectiva que compreende o potencial das narrativas de mulheres, para contribuir com a construção de análises reflexivas sobre as políticas atuais, neste caso de reparação, e a construção de pesquisas e intervenções mais significativas que mostrem respeito e empoderamento das pessoas participantes, em vez de simplesmente refletir os preconceitos das elites intelectuais (Manchola Castillo e Solbakk, 2017).

Esta pesquisa se inscreve na ótica de entender o gênero do testemunho – em primeira pessoa – das injustiças e lutas, como essenciais e representativas de uma classe maior – neste caso, as mulheres vítimas do conflito armado colombiano – e suas realidades nos períodos de transição, assim como para trabalhar em direção a um futuro mais justo material, simbólica e epistemologicamente.

Tendo em consideração as abordagens anteriores, as narrativas que foram analisadas se inscrevem em uma realidade mais abrangente. A dinâmica do conflito armado colombiano tem sido qualificada como um “jogo de espelhos”, ou de mimese entre os atores, em que se termina originando uma notável simetria nos instrumentos

bélicos que cada um utiliza, e no impacto na população civil, embora as motivações que aparecem nos discursos sejam antagônicas (Gonzalez, Bolivar e Vasquez, 2003).

Em uma lógica de acabar com a base social do outro, dá-se uma rivalidade trágica, construída nos níveis local e nacional. Assim, um massacre perpetrado pelos paramilitares pode ser respondido com um sequestro por parte da guerrilha ou vice-versa<sup>1</sup>. Nessa lógica sistemática de terror, a população fica refém das práticas dos diversos atores armados, tanto ilegais como legais – o governo, por meio da *Unidad para la Atención y Reparación Integral*, registra historicamente 8.731.105 vítimas na Colômbia, das quais 4.165.138 são mulheres<sup>2</sup>.

Os crimes pelos quais uma pessoa é considerada vítima são: tortura, violência sexual, assassinato, migração forçada, sequestro e minas antipessoais. Esse cenário de profunda precarização da vida impõe grandes desafios aos mecanismos de garantia de acesso e reparação dos Direitos Humanos de milhões de colombianos.

O GMH (2013) estimou que entre 1958 e 2012 morreram 220 mil pessoas como resultado do conflito armado; uma em cada três mortes violentas é causada pelo conflito armado; em média 11 pessoas por dia morrem por esta causa. Aproximadamente, 180 mil dos mortos eram civis (81%), isso para mostrar a dimensão do impacto da guerra na população civil, só através da lente de um dos atos vitimizadores: o assassinato. O ataque à população civil não tem sido um dano colateral. Constitui-se em uma estratégia dos grupos armados para controlar os territórios, atividades econômicas, ou ganhar vantagem na guerra. A violência é mais brutal quando um grupo armado quer controlar o território, quando atinge um controle relativo, torna-se mais seletivo e de baixa intensidade (GMH, 2013).

Segundo a *Unidad para la Atención y Reparación Integral* (2015), as mulheres constituem 51% das vítimas do conflito armado, e conforme a legislação vigente, representada na Lei 1.448, de 2011, conhecida como a *Ley de Víctimas*, e o Auto 092 da Corte Constitucional, as mulheres são um grupo de especial proteção, dada a afetação excessiva e desproporcionada que sofrem no marco do conflito, bem como os padrões sociais e culturais de discriminação e violência que a sociedade colombiana – patriarcal – vivenciava antes do conflito, e que se exacerbam no marco da guerra.

---

<sup>1</sup> Para exemplos históricos desse jogo de espelhos, consultar González, Bolívar e Vázquez (2003).

<sup>2</sup> Dados consultados em 28/09/2018. O Registro Único de Víctimas está em contínua atualização disponível em: <https://www.unidadvictimas.gov.co/es/registro-unico-de-victimas-ruv/37394> .

O gênero, lente desta tese, enquanto regime político, e o patriarcado, como sua tecnologia moral, implica uma hierarquização e um ordenamento dos corpos que se concretiza nas leis, nas políticas, nos direitos e nas práticas sociais (Diniz, 2014; Diniz, Santos Costa e Gumieri, 2015). Na área de interesse desta pesquisa, esse regime se reflete nos danos, necessidades e direitos que são reconhecidos dentro da justiça transicional com relação às mulheres e nas formas de reparação desenhadas e implementadas nos contextos de conflito e transição da Colômbia para garantir (ou não) seus direitos.

Na Colômbia, as mulheres foram vítimas de múltiplos, atrozes e sistemáticos crimes no contexto do conflito armado, juntamente com o fato de que sofrem e enfrentam os danos causados pela violência em sua condição de sobreviventes nos períodos de transição (GMH, 2013). Os atos de violência dos quais se tem mais registro no período da guerra com relação às mulheres são: deslocamento forçado, homicídio e desaparecimento forçado. Mas existem alguns crimes que têm especial incidência nas mulheres, dado o regime de gênero, prévio ao conflito e exacerbado na guerra colombiana, como os crimes contra a liberdade e a integridade sexual, a escravidão doméstica para servir a grupos armados e os crimes associados a retaliações, envolvendo familiares de homens alegadamente pertencentes aos grupos armados.

Além deste panorama de violação de direitos na guerra, a legislação reconhece as barreiras históricas do acesso das mulheres à institucionalidade, também marcadas pelo gênero: por desconhecimento de seus direitos, porque o espaço público é tradicionalmente considerado androcêntrico; e porque há uma marginalização institucional das lideranças femininas e do seu lugar como interlocutoras válidas dentro do conflito, ou porque os recursos materiais, dados os paralelos entre condições de pobreza e violência, impossibilitam o acesso.

Três categorias têm dominado a análise sobre os impactos dos tempos de guerra nas mulheres; categorias que também vão aparecer nesta pesquisa ao analisar os processos de reparação, além de ser ampliadas por outras categorias nos Capítulos 2 e 3 da tese: as viúvas, que devem além de lidar com os impactos causados pela violência política, assumir, de um dia para o outro, toda a responsabilidade econômica e emocional de suas casas em cenários altamente discriminatórios. E as líderes, mulheres que exerciam uma liderança social ou política que foram mortas, ameaçadas, perseguidas e/ou banidas para impedir que implantassem toda sua iniciativa social e comunitária e que desafiassem os papéis tradicionais das mulheres em contextos

patriarcais; e finalmente, as análises centradas na violência sexual, ato vitimizador que tem um impacto diferencial significativo nas mulheres, para o caso da Colômbia, segundo o Registro Único de Vítimas, são 23.631 casos de mulheres no contexto de 26.374 casos reportados.

A centralidade da análise na violência sexual no contexto da guerra vai ser questionada por diversas autoras (Aolain, Cahn e Valji, 2018; Buckley-Zistel e Zolkos, 2012), crítica que também será pertinente para problematizar os processos de reparação, como será exposto adiante.

A violência contra as mulheres no marco da guerra colombiana se apresenta em um leque de casos. Esses casos variam desde o que pode parecer uma fábula terrífica até o que pode se constituir como episódios que constroem o dia a dia das mulheres e que, no marco patriarcal, podem parecer normais, mas têm como consequência uma contínua precarização das suas vidas. Mulheres cujos corpos foram encontrados com os seios mutilados como símbolo de feminidade, com o ventre cortado como símbolo de fertilidade – interferências que deixam o corpo ainda mais desumanizado, destroçado simbólica e fisicamente pelos atores armados.

Mulheres que testemunham os crimes atrozes dos atores armados (guerrilheiros, paramilitares e forças militares do Estado colombiano) no marco da guerra, mas que também testemunham os atos de violência da sua própria comunidade e do Estado colombiano na vida cotidiana – durante e após – um episódio de violência extrema.

Nesta pesquisa, conheceremos narrativas desses tipos, mas também histórias de mulheres que denunciam maus tratos nas instituições em que os funcionários do Estado as desconhecem como interlocutoras válidas dos processos de reparação; ou a desconsideração do Estado frente às demandas da vida cotidiana das mulheres vítimas do conflito armado no que se refere, primeiramente, à falta de acesso aos serviços básicos; depois, à insegurança contínua ou a ausência de acompanhamento dos processos administrativos e judiciais decorrentes da sua condição de vítimas; e, por último, às exigências para a mobilização de recursos para garantir a segurança própria e a de suas famílias nos períodos de transição.

Os testemunhos que conheceremos são reveladores dos desafios que enfrenta a justiça transicional colombiana nos marcos patriarcais que têm enquadrado a guerra na Colômbia e que continuam nos períodos de pós-conflito.

O *Grupo de Memoria Historica – GMH* (2011) afirma que persiste a invisibilidade da violência distintiva do gênero na Colômbia, dadas pelo menos duas

âncoras reconhecíveis: primeiro, um discurso de direitos humanos universalizantes, que, partindo de uma ideia de igualdade formal, suprime as diferenças sociais reais; e, segundo, uma minorização e desprezo, dentro do conjunto de violências que atravessam as sociedades contemporâneas, da violência contra as mulheres em particular e da gravidade de suas implicações (Segato, 2016a; b).

A intensificação da violência contra a mulher em tempos de guerra não é uma regra inevitável. De fato, há contextos de conflito armado em que se mantém mais ou menos nas mesmas proporções, ou inclusive diminui (Wood, 2012). Em outros, como no caso da Colômbia, a violência já existente previamente à guerra, aumentou, agravou-se e multiplicou-se de diversas formas, com variações marcadas entre grupos armados.

Dentro desta perspectiva, devemos reexaminar as formas de violência, como a intrafamiliar – geralmente classificada como violência não vinculada ao conflito armado, mas que em um contexto de intimidação, articula-se ao cenário da guerra e aos domínios territoriais, adquirindo novos significados. Um exemplo de uma situação como esta se vê na experiência das mulheres que são forçadas a viver com chefes de grupos armados em zonas de conflito, seja por medo, coerção, ou simplesmente para preservar a sua vida. É, portanto, importante pesquisar sobre os regimes de poder e como estes encadeiam as dinâmicas da guerra (GMH, 2011), e dentro da pesquisa, nos períodos de transição.

O conflito armado, e particularmente, os períodos de transição, têm representado uma transformação forçada e a multiplicação das exigências colocadas às mulheres. Às atividades habituais é preciso somar novas tarefas: para preencher as lacunas deixadas pela morte de seus parentes, as mulheres precisam exercer novas funções ao enfrentar uma situação de extrema precariedade, especialmente no plano social, econômico e cultural. As mulheres tornam-se intermediárias da institucionalidade e devem liderar os processos administrativos e judiciais decorrentes da sua condição de vítimas. Se as medidas de transição não introduzem uma perspectiva de gênero, pode-se aprofundar a pré-existente exclusão e discriminação; mas por outro lado, essas mesmas atividades são as oportunidades para o desenvolvimento de habilidades e a conquista do espaço até então desconhecidos, como a participação política (GMH, 2011).

Dado este panorama das mulheres vítimas do conflito armado na Colômbia, torna-se relevante perguntar-se sobre o tipo de direitos que estão sendo reconhecidos pelo Estado como vulnerados no marco do conflito e de que formas estão sendo reparados estes direitos com a perspectiva de construir um dos pilares das sociedades

em transição: a justiça em sentido amplo, e a justiça para as mulheres, de forma concreta. Estas novas perguntas nos levam a coletar diferentes informações e exigem a construção de um quadro mais completo da realidade das mulheres no contexto colombiano.

No entanto, não se pode assumir as violências, as necessidades e os mecanismos de reparação desejados pelas mulheres de forma genérica. Devemos nos apropriar de uma perspectiva territorial que pesquise estas realidades em seus contextos (Valji, 2007). Desse modo, foi escolhido especificamente o território de *Montes de Maria* como contexto de pesquisa, sendo essa uma sub-região do Caribe colombiano, de 2.677 km<sup>2</sup>, situada entre os departamentos de Sucre e Bolívar.

Esta pesquisa teve como horizonte a construção de conhecimento em torno do momento histórico e conjuntural em que a Colômbia se encontra hoje em dia, relacionado à implementação de mecanismos de justiça transicional no marco de múltiplos acordos de paz com grupos paramilitares e com a maior guerrilha do país, as FARC-EP, quanto para a reflexão sobre como vivenciam as mulheres estes processos de transição; se são reconhecidas as suas necessidades e direitos nos processos de reparação, as suas demandas e lutas por justiça, e como a agência e participação política das mulheres têm sido definitivas para a construção de paz.

Dessa forma, o trabalho ganha relevância em relação à importância da pesquisa na construção e implementação de políticas em períodos de transição, com especial ênfase ao se considerar que a inclusão da perspectiva de gênero no diagnóstico deve ser um pré-requisito para a construção de uma política pública adequada. Tudo isso para que os processos de justiça transicional contribuam para uma sociedade em pós-conflito mais democrática e inclusiva, transformando as desigualdades estruturais como a violência e a exclusão de gênero, aprofundadas em tempos de guerra.

O objetivo é explorar produções de sentido, verdade e memória sobre a mulher vítima no marco patriarcal, e como a memória coletiva hegemônica construída pelo Estado enquanto construção discursiva marcada pelo poder – neste caso pelo poder patriarcal – pode funcionar como instrumento de perpetuação deste poder. E, especificamente no campo das políticas de reparação da justiça transicional, as quais se alimentam das memórias em relação à compreensão do passado e às responsabilidades do presente, como se pode estar construindo uma representação da vítima universal ou da mulher vítima – representação que não corresponde à vida cotidiana das mulheres na guerra e na transição. Implica pesquisar como a construção hegemônica da vítima e das

suas demandas pode diferir das testemunhas da guerra, que desafiam essa concepção através das suas narrativas, no intuito de fazer inteligível o marco de poder patriarcal na justiça transicional colombiana.

### **1.1 Contexto da pesquisa**

Escrever sobre as causas e história do conflito armado colombiano é desafiador para qualquer autora. Diversas décadas de conflito têm alimentado fenômenos de violência generalizada, e múltiplos contextos e momentos históricos têm reatualizado as origens, catalisadores e mantenedores da violência política colombiana. Tem fatores reconhecidos por diferentes autores como a desigualdade de ingressos, a luta pela reforma agrária em um contexto de alta concentração da terra improdutiva, a fragilidade ou ausência do Estado em amplos espaços do território nacional como elementos causais (GMH, 2013; Gonzalez, Bolivar e Vasquez, 2003; Pécaut, 1999, 2013; Ramírez-Orozco, 2014). Autores como Pécaut (2013) denominam como uma guerra civil no território colombiano. No entanto, também dá-se o efeito reverso, e a dinâmica do conflito tem alimentado outros exercícios de violência tais como o narcoterrorismo colombiano (Pécaut, 2013).

O conflito armado contemporâneo ou de curto prazo na Colômbia envolve a criação de grupos guerrilheiros, nos anos 1960 e 1970, a aparição de grupos paramilitares e de autodefesa, nos anos 1980, e a incursão do narcotráfico na economia e na sociedade colombiana (Pécaut, 1999). Existe um antagonismo entre dois campos – entre os guerrilheiros e as forças legais e ilegais que os combatem –, o que implica uma divisão de base político-ideológica indiscutível (Pécaut, 2013). Dado esse contexto, observa-se um conflito entre diversos atores por projetos sociais diferentes (Gonzalez, Bolivar e Vasquez, 2003).

O problema agrário e a disputa pela participação política são exemplos centrais desses modelos, os quais têm alimentado o conflito armado na Colômbia. Da perspectiva agrária, as guerrilhas defendem uma reforma que dê viabilidade aos camponeses e que modernize o uso dos recursos rurais, em contraposição aos paramilitares, os quais estão mais vinculados a um projeto latifundiário de agricultura e pecuária.

Da perspectiva da participação política, a guerrilha exige garantias para movimentos e organizações políticas da esquerda na Colômbia, e para uma diversidade

de propostas políticas e movimentos sociais alternativos que têm sido atingidos pela violência. Exemplo disso são os assassinatos de diversos candidatos presidenciais de esquerda, alguns pertencentes a guerrilhas que pretendiam dar saída política ao conflito<sup>3</sup>. Por sua vez, os paramilitares têm sido vinculados aos poderes políticos locais e regionais de corte tradicional, inclusive com a extrema direita das forças armadas da Colômbia. A ação deles tem caráter vigilante, paraestatal, ideologicamente de direita, com o objetivo principal de atingir as atividades militares e políticas guerrilheiras<sup>4</sup>.

Portanto, o reconhecimento de duas classes de conflitos que alimentavam e ainda contribuem para as dinâmicas de violência na Colômbia são fundamentais para a sua compreensão. Conflitos sociais, tais como a desigualdade econômica, que resulta em condições de pobreza e extrema pobreza na maioria da população, principalmente na população rural, e, por outro, conflitos políticos que se expressam na disputa por poder fora dos canais democráticos e a expressão da intolerância ideológica através da violência (Ramírez-Orozco, 2014), como fica evidenciado pelos recentes – e históricos – assassinatos de líderes sociais e defensores dos direitos humanos na Colômbia, uma situação que foi alertada pela ONU pelo *Examen Periódico Universal Colombia 2018*<sup>5</sup>.

Conflitos que articulados com o regime de gênero vão precarizar as vidas das mulheres durante e após o conflito. Nas narrativas e histórias de vida analisadas nesta pesquisa, o primeiro conflito afetará de forma generalizada a todas as mulheres participantes, tal e como será analisado no Capítulo 2, denominado – As violências de gênero nos períodos de transição –; o segundo conflito aflige de forma particular as mulheres líderes e participantes em coletivos de mulheres ou de vítimas como será discutido no Capítulo 3, titulado Lutas pela reparação: agência e liderança das mulheres.

---

<sup>3</sup> Em 1987, foi assassinado Jaime Pardo Leal, líder da esquerda da Colômbia e do partido político União Patriótica, que tinha vínculos com o braço político das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). Como candidato presidencial em 1986, Leal havia obtido um número recorde de votos. Em 1990, assassinaram Bernardo Jaramillo Ossa, segundo candidato presidencial da União Patriótica. No mesmo ano, foi assassinado Carlos Pizarro, do movimento guerrilheiro M-19. Em 1994, recorreu-se novamente ao assassinato para acabar com a liderança de esquerda na Colômbia de Manuel Cepeda Vargas (González; Bolívar; Vázquez, 2003).

<sup>4</sup> Exemplo disso é o extermínio do partido de esquerda União Patriótica. Estima-se que o número de assassinatos desse partido esteja em torno de 4 mil pessoas. Os assassinatos foram atribuídos aos paramilitares ou às Autodefesas Unidas da Colômbia – AUC (González; Bolívar; Vázquez, 2003).

<sup>5</sup> Para obter mais informações sobre a alerta emitida pela ONU, visite a página Oficina do *Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos en Colombia*, disponível em: <http://www.hchr.org.co/index.php/informacion-publica/eventos/433-eventos-ano-2018/8902-epu-colombia-2018> e para acessar ao relatório apresentado pela *Consejería Presidencial para los Derechos Humanos de Colombia* para o *Examen Periódico Universal* está disponível em: <http://www.derechoshumanos.gov.co/Imprensa/2018/Documentos/Relatorio%20Nacional%20EPU%20Colombia%202018.pdf>.

Além dos conflitos mencionados, o papel do Estado colombiano tem sido determinante: fragmentado ou ausente, tanto territorial como institucionalmente, sendo débil regional e localmente, especialmente em áreas distantes dos centros de poder (GMH, 2013). O papel do Estado colombiano nesse conflito tem sido principalmente de guerra frontal com as guerrilhas e de tentativas pontuais de negociação política com grupos ilegais. Em ocasiões e momentos históricos, pode ler-se que frente aos grupos paramilitares tem-se apresentado como permissivo e inclusive cumpriu tal, e como será exposto em breve quando contextualize os atores deste conflito e seus repertórios de violência.

Cabe sublinhar que se tem sido uma guerra pelo território – para seu domínio político e econômico – também tem sido uma guerra pela imposição de novas ordens sociais, baseadas em valores autoritários e isso terá uma significância particular para as vidas das mulheres, em tanto em diferentes territórios tem implicado a retificação dos seus papéis tradicionais.

### **1.1.1 Atores e dinâmicas do conflito armado colombiano**

Segundo o *Grupo de Memoria Histórica* – GMH (2013) pode-se dizer que as guerrilhas colombianas tiveram três etapas ao longo destas décadas; o primeiro, desde o nascimento e ancoragem em seus territórios até final dos anos 1970. O segundo, no início dos 1980, quando eles se propuseram acumular forças combinando todas as formas de luta com vista a uma insurreição e à tomada do poder – incluídas as formas democráticas e as violentas. A terceira ocorreu nos seguintes, quando abandonaram definitivamente os espaços políticos e buscaram o colapso das elites econômicas e estatais através da violência. Poderia adicionar-se uma quarta, dependendo do grupo guerrilheiro do qual se esteja falando, a qual constitui a saída por meio de acordos de paz da via armada.

A guerrilha colombiana mais conhecida a nível internacional é *Las Fuerzas Armadas de Colombia – Ejército del Pueblo – FARC-EP*, quem começaram um diálogo formal com o governo em 2012 e assinaram um acordo de paz em 2016, sendo que atualmente conformam o partido político denominado *Fuerza Alternativa Revolucionaria del Común* (Farc). Colômbia tem tido outros grupos que guerrilheiros relevantes para sua história de conflito: *El movimiento 19 de abril* – M-19, *Ejército Popular de Liberación* (EPL). Ambos se desmobilizaram através de acordos com o

governo, e finalmente o *Ejército de Liberación Nacional* – ELN, a segunda maior guerrilha do país, a qual ainda se encontra na ativa, com tentativas instáveis de estabelecer diálogos com o governo.

Sem entrar em detalhes às origens e influências específicas de cada uma<sup>6</sup>, as guerrilhas colombianas nasceram em 1960 em resposta aos problemas agrários não resolvidos que o país tinha. Também como produto de uma longa tradição colombiana de confrontar violentamente conflitos sociais e políticos, onde uma das suas consequências fundamentais tem sido o extermínio de opções alternativas, isto no contexto da Guerra Fria, onde houve uma onda de movimentos insurgentes e de libertação nacional inspirada pelo triunfo da Revolução Cubana (GMH, 2013). Dentro seus principais repertórios de violência, detalha o *Grupo de Memoria Histórica* encontram-se os sequestros, ataques à infraestruturas e povoados, destruição de propriedade, pilhagem, ataques terroristas, uso de minas antipessoais e cerco a diversas populações.

Os paramilitares criaram-se no final dos anos 1970, quando as guerrilhas começaram a se expandir; grupos legais locais de autodefesa foram criados e apoiados pelas Forças Militares que procuraram defender os proprietários grandes da extorsão e sequestro (GMH, 2013). Nascidos em parte pela estratégia histórica do Estado colombiano da privatização da segurança, fato pelo qual algumas análises reconhecem como cumplicidade ou omissão a atuação do Estado frente a estes grupos, além dos contínuos vínculos comprovados desses grupos com aparelhos de segurança estatais e poderes políticos regionais e locais (Gonzalez, Bolivar e Vasquez, 2003).

Estes grupos se desmobilizaram no marco da *Ley de Justicia y Paz* (2005), no entanto, outros grupos têm assumido seus interesses e práticas de controle territorial e ataque a pessoas, coletivos e projetos alternativos. Seus repertórios de violência afetam diretamente a integridade das pessoas; matar de maneira massiva ou seletiva, a desaparecimento forçada das vítimas, o despojo de terras, executar crimes com componentes de tortura e exercer violência sexual (GMH, 2013).

A violência no país não tem sido homogênea nem no tempo nem no espaço. Em termos temporais, o GMH (2013) reconhece três períodos históricos no conflito recente; a primeira associada ao conflito entre os anos 1982 e 1995, devido à expansão das guerrilhas. Somado ao protagonismo do tráfico de drogas e à violência gerada pelos

---

<sup>6</sup> Para esse propósito recomendo consultar GMH. (2013). *¡BASTA YA! Colombia: Memorias de guerra y dignidad*. Disponível em: <http://centrodememoriahistorica.gov.co/observatorio/bases-de-datos/>.

cartéis, e a guerra patrocinada pelas elites regionais contra os guerrilheiros através de grupos paramilitares. A Assembleia Constituinte, que deu como fruto a Constituição de 1991, significou um pequeno declínio na escala da violência graças ao desarmamento de algumas guerrilhas (M-19 e EPL) e ao fim do narcoterrorismo. Mas o período de 1996 a 2005, momento em que se inscrevem os atos de violência política que vivenciaram as mulheres participantes desta pesquisa, a escala de violência se acentuou quando guerrilheiros e paramilitares disputaram territórios.

A competência pela hegemonia militar significou um dos anos mais violentos da história colombiana, além da exacerbação de práticas que pretendiam gerar o maior dano possível ao inimigo, tais como a tortura. A partir de 2005, com a desmobilização das *Autodefensas Unidas de Colombia* – AUC, grupo que aliou diferentes exércitos paramilitares, do fortalecimento das Forças Militares com apoio dos Estados Unidos, e o acordo de paz com as FARC, apoiado pela comunidade internacional, o Estado tem retomado o controle relativo do território em áreas de alta influência de grupos armados.

Apesar disso, o rearmamento de grupos paramilitares, as dissidências das FARC, o ELN ainda ativo, a migração venezuelana e a cooptação de jovens em dinâmicas conflituosas continuam a representar importantes desafios para a segurança nacional e para a população civil que fica refém desses grupos.

Em termos geográficos, a guerra tem tido uma presença e impactos longos e profundos no mundo rural, enquanto as cidades foram tocadas em momentos muito específicos, de forma menos generalizada e com práticas menos violentas, mais visíveis, mas menos letais (GMH, 2013).

Nos *Montes de María* no caribe colombiano, lugar em que se desenvolveu a pesquisa, especificamente nos povoados de *Carmen de Bolívar* e *San Juan de Nepomuceno*, fizeram presença todos os atores armados, sendo classificada como uma das áreas mais violentas do país nos últimos quinze anos (GMH, 2011). No entanto, no período específico em que ocorreram os atos vitimizadores que vivenciaram as mulheres participantes, se consolidava uma retomada e controle do território por parte de grupos paramilitares.

A ação paramilitar não foi apenas um fator de alteração, gerador de caos e desordem, mas também construtor de uma ordem e de uma gramática social que, em chave de gênero, para as mulheres e as populações LGBTQI significou repertórios violentos e reguladores de representações de feminilidade e masculinidade pelo paramilitarismo. A violência infligida às mulheres estava amplamente associada à re-

essencialização do lugar tradicional das mulheres na sociedade patriarcal e ao castigo à transgressão dos arranjos de gênero ou definições tradicionais de homens e mulheres, que eram centrais para o projeto de uma ordem paramilitar no norte da Colômbia, região caracterizada por valores culturais altamente machistas (GMH, 2011). Estas condições sociopolíticas e culturais resultam relevantes pontos para levantar perguntas em torno do gênero e das transformações (ou permanência) destas ordens sociais nos períodos de pós-conflito e sob a justiça transicional.

Na guerra colombiana, trata-se não apenas de atores que invadem uma ordem social, mas que também a constituem ou a reforçam (Jamieson, 2004). No caso do regime de gênero, o estabelecimento permanente de grupos paramilitares nestes territórios implicou na regulação e no controle de diferentes esferas da vida social e individual, sendo estas moldadas e disciplinadas à luz de um projeto homogeneizador que reproduz e exacerba os arranjos de gênero anteriormente legitimados.

Nesta ordem social, as mulheres são re-essencializadas ao seu lugar subalternizado, e as várias violações dos direitos humanos sofridas por elas não são fruto do acaso, mas respondem a estratégias, repertórios violentos e representações dominantes de gênero sobre as mulheres e os homens, agenciados por um ator armado em particular – o paramilitarismo – para atingir seus objetivos no Caribe (GMH, 2011).

A análise do conflito armado nos *Montes de María*, e particularmente da ação paramilitar na região, tem se concentrado em tornar visíveis os “eventos extremos”, como massacres, assassinatos e deslocamentos forçados sendo menos as análises sobre a regulação diária imposta por aquele ator armado. Isso não só acontece porque os “eventos extremos” são mais visíveis e sua violência “mais tangível” e “extrema”, mas também porque as compreensões que se tem construído da guerra e o modo de proceder dos atores armados têm dificultado visibilizar ações menos letais – além da morte – como atores que não apenas se inserem na ordem social, mas também a constituem (GMH, 2011).

O fato de que as análises tenham se centrado nas ações mais letais vai ter uma significância particular, e inclusive vai limitar a compreensão das experiências e narrativas das mulheres e da cotidianidade delas na guerra e na transição, sendo a segunda razão principal pelo qual foi selecionado este território, com o objetivo de aportar a preencher esse vazio empírico que as afeta diretamente. Entretanto, danos mais letais – assassinatos ou desaparecimentos forçados, por exemplo – relacionados com direitos

civis e políticos atingem em maior proporção os homens, frente a outras violações de direitos que dizem respeito às mulheres (Buckley-Zistel e Zolkos, 2012; GMH, 2013).

Isso se evidencia em diferentes cenários de conflitos internacionais, e a Colômbia não é a exceção. O *grupo de Memoria histórica* (2011) é um dos poucos que tem questionado essa ênfase e tem tido como objetivo reconstruir a ação paramilitar sobre a vida cotidiana dos habitantes dos *Montes de María* na guerra, e em particular para as mulheres. Nesse sentido, esta pesquisa dialoga com esses resultados, no entanto, enfocada nos períodos de transição.

O reporte do GMH (2011) detalha uma das análises mais completas sobre o projeto de ordem social paramilitar durante o conflito – caracterizado por perpetuar arranjos tradicionais de gênero e raciais – uma ordem social em que as mulheres eram relegadas aos espaços tradicionais, os grupos LGBTQI eram punidos e “ser branco”, em um território predominantemente afrodescendente era sinônimo de distinção social.

Sendo fundamental compreender as interseções entre violência política e gênero nos conflitos, diversas autoras (Aolain, Cahn e Valji, 2018; Buckley-Zistel e Zolkos, 2012), incluído o *grupo de Memoria Histórica* em diversos informes (GMH, 2011, 2013, 2018) têm sinalizado a importância de continuar a análise após os conflitos e eventos vitimizadores, compreender se esses arranjos de gênero se mantêm, se reforçam ou se transformam no que se pode denominar no período de pós-conflito e construção de paz – no marco da justiça transicional. Com o levantamento dessas questões pesquisei as políticas e processos de reparação – os quais fazem parte do marco da justiça transicional – que têm vivenciado as mulheres vítimas do conflito armado nos *Montes de María* para compreender as interseções entre o gênero e a justiça transicional colombiana.

No Caribe, especialmente nos departamentos de Córdoba, Sucre, Magdalena e Guajira, apesar dos acordos de paz com os grupos paramilitares regulamentados através da *Ley de Justicia y paz (2005)*, a paz esperada não tem se estabelecido: continuam em curso as diversas violações de direitos e ainda não há um quadro institucional sólido que garanta os direitos dos cidadãos. Neste sentido, a não repetição de atos violentos está longe de tornar-se uma possibilidade, como evidenciarei nesta pesquisa. Além disso, mesmo antes da incursão dos atores armados em suas vidas, as mulheres sofriam de submissão, violência e discriminação diária em seus contextos sociais cotidianos. Reconhecendo isso, as iniciativas de justiça transicional, e, com elas, as políticas de reparação, devem ser desenhadas e implementadas levando em conta estes desafios,

como é demandado pelas mulheres sobreviventes do conflito armado que foram entrevistadas nesta pesquisa.

## 1.2 Objeto de estudo

Três têm sido os processos legislativos mais relevantes na Colômbia para tentar reparar as vítimas do conflito. O primeiro, a *Ley de justicia y paz*, de 2005, definiu pela primeira vez uma população vítima com direitos, dando origem a um primeiro rascunho legislativo para um eventual processo de paz na Colômbia – que se deu, principalmente, no marco de negociações com os grupos paramilitares.

A segunda é a *Ley de víctimas y restitución de tierras*, de 2011, que, na sua regulamentação, feita no mesmo ano, toma o protagonismo não só no reconhecimento de uma população vítima do conflito armado, mas na proteção e na atenção às necessidades das vítimas integralmente em termos de alimentação e atenção médica e psicológica, bem como de direitos como trabalho, moradia, educação e saúde. É quando se começa a construir o tecido para legislar em favor das vítimas do conflito armado e do acesso ao direito à reparação integral, mas na configuração da lei e na sua implementação constituirá explicitamente no humanitarismo como economia moral das decisões e ações políticas na Colômbia, relacionada com as vítimas<sup>7</sup>.

A terceira faz referência a atual conjuntura histórica da Colômbia: o acordo de paz do governo com a maior guerrilha do país – *Las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia - Ejército del Pueblo – FARC-EP*. O acordo deveria ser referendado nas urnas, mas na votação do plebiscito, ganhou por uma estreita margem (50,21%) a opção do Não, que representava a negativa de respaldo do povo colombiano ao acordo. Um dos eixos centrais de debate nas campanhas do plebiscito foi a perspectiva de gênero que o acordo contemplava ao reconhecer as particularidades das violências vivenciadas pelas mulheres e pela comunidade LGTBQI.

Falou-se também sobre os mecanismos de reparação que consideravam a justiça redistributiva/ transformativa como parte do processo de reparação – perspectiva que foi fortemente atacada por setores conservadores do país, que promulgavam o voto pelo

---

<sup>7</sup> Estes marcos de governabilidade foram objeto de estudo em minha dissertação de mestrado em Política Social na UnB. Para uma análise mais detalhada ver SARMIENTO, L. Conflito armado na Colômbia: Marcos de governabilidade no acesso aos direitos à saúde mental e à reparação integral. Brasília, UnB, 2015. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/18395>.

**Não**, justificando-se no argumento de que o acordo alteraria a noção tradicional da família e dos gêneros.

Depois de várias negociações com os setores conservadores do país – nas quais a discussão de gênero foi central – o acordo foi aprovado pelo Congresso. Atualmente a discussão em curso no Congresso se concentra nos mecanismos de implementação do acordo de paz no que é denominado como *Fast Track*.

No marco do cenário atual da Colômbia e do protagonismo que teve o gênero nas negociações, na aprovação e na implementação dos acordos de paz, aparece a questão relacionada aos mecanismos pelos quais são reconhecidas e incorporadas as demandas por reparação das vítimas, principalmente das mulheres vítimas do conflito armado.

As histórias das mulheres e o percurso do atual processo de paz têm evidenciado os marcos de governabilidade patriarcais da guerra, e como evidenciarei, a construção da justiça transicional também não tem conseguido escapar deste marco de poder. Portanto, esta pesquisa tem como objetivo problematizar os marcos da justiça transicional colombiana através das histórias de reparação de mulheres vítimas do conflito armado colombiano dos *Montes de María*.

Para problematizar esses marcos, selecionei histórias de reparação, porque na área da justiça transicional, as reparações são únicas, uma vez que tentam diretamente remediar/compensar a situação das vítimas causada por crimes contra os direitos humanos; o direito à reparação era originalmente um direito dos estados, que evoluiu para um direito dos indivíduos (Kalla, 2018).

Em 2005, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Resolução 60/147, que construiu um marco normativo referente à obrigação de reparação, reconhecendo as reparações como um direito e descrevendo-as em cinco categorias: restituição, indenização, reabilitação, satisfação e garantias de não repetição. As histórias nos permitem compreender como programas de reparação cumprem (ou não) uma série de funções importantes para permitir as vítimas lidarem com os aspectos materiais de suas perdas, a reparação física, psicossocial ou simbólica, e em geral reparar direitos através de instituições políticas e sociais.

As reparações podem ser conceituadas como compensações monetárias, memoriais, materiais, apoio psicológico e social, e podem variar de serviços de saúde especializados, programas educacionais, programas de restituição de terras, perdão público e dias comemorativos (OHCHR, 2008).

Esses projetos e implementações devem ser formulados a partir de uma perspectiva de direitos humanos, o que significa que eles devem ser equitativos e universais em sua aplicação, se quiserem fazer uma contribuição significativa para os processos de reparação e construção de paz em cenários pós-conflito. Os danos que não foram reparados de forma justa podem gerar danos adicionais (revitimização) e renovar ciclos de violência (Kalla, 2018).

Portanto, as reparações devem ter enfoques diferenciais – mulheres, crianças, populações rurais, vítimas de violência sexual, idosos, analfabetos –, atenção ao reconhecimento das necessidades específicas desses grupos e seu efetivo acesso a esses programas, evitando estigmatização e discriminação. No contexto colombiano, existem tentativas de incorporar o enfoque diferencial – especificamente de gênero – nos principais marcos normativos de justiça para a transição do conflito à paz com grupos ilegais: 1) a *Ley de Justicia y Paz* (2005) não consta com um enfoque específico de gênero, tem inclusões pontuais nos artigos 39, 40, 42, 51 e 59.

Uma das conquistas mais significativas foi a incorporação de dois representantes das organizações de vítimas e do Ministério Público na Comissão Nacional de Reparação e Reconciliação e a exigência de que dos cinco representantes que a compõem, duas sejam mulheres (GMH, 2011); 2) A *Ley de Victimias y Restitución de tierras* (2011); e 3) o *Acuerdo Final para la Terminación del Conflicto y la Construcción de una Paz Estable y Duradera* (2016) com as FARC – EP, ambos contam com um enfoque específico de gênero.

As primeiras duas legislações fazem parte da análise da pesquisa. O Acordo de Paz com as FARC-EP não se inclui, uma vez que alguns dos seus marcos legislativos e mecanismos ainda estão em discussão no Congresso colombiano e os poucos processos já regulamentados estão justamente em etapas precoces de implementação, pelos quais ainda não tem tido nenhum papel nas histórias de reparação das mulheres, além das esperanças que podem gerar nelas para o futuro.

A nível internacional, muitos programas de reparação têm sido criticados por ignorarem as necessidades das mulheres, e pouquíssimos projetaram e operacionalizaram programas sensíveis ao gênero (Kalla, 2018). A discriminação contra as mulheres, baseada em estereótipos de gênero, estigma, normas culturais, violência patriarcal e baseada no gênero, tem um impacto adverso na capacidade das mulheres de aceder à justiça em igualdade de condições com os homens. A dificuldade do reconhecimento das necessidades das mulheres nos programas de reparação e do acesso

delas à justiça deve-se compreender no marco mais amplo da história e tensões da justiça transicional na época contemporânea.

A justiça transicional (JT) refere-se a processos para enfrentar as consequências de conflitos violentos e violações sistemáticas dos direitos humanos, a fim de proporcionar condições para um futuro pacífico (Buckley-Zistel e Zolkos, 2012). Emprega-se uma série de instrumentos e mecanismos, incluindo tribunais nacionais e internacionais, comissões de reconciliação e verdade, trabalhos de memória coletiva, reparações e reformas institucionais, entre outros, com o objetivo de construir os quatro pilares elementares para as sociedades em transição: justiça, verdade, reconciliação e garantias de não repetição e dignidade para as vítimas dos conflitos e das violações de direitos (Valji, 2007).

Espera-se que a JT abarque três planos temporais: o passado, ao reconhecer, punir e reparar as infrações e violações cometidas no conflito; o presente, ao estabelecer novos marcos éticos e institucionais nas sociedades em transição com o fim de evitar no futuro, a ocorrência de novos conflitos, violências, injustiças e conflitos.

No entanto, esta perspectiva temporal abre novas perguntas que também perpassam o projeto. De qual justiça estamos falando, e para quem? Qual é o significado da JT nas transformações das relações sociais de gênero nas fases de pós-transição? Que concepção de JT tem prevalecido, e quais tipos de injustiças e direitos reparam do passado? A JT tradicional engloba os direitos econômicos, sociais e culturais, a fim de contribuir para uma maior igualdade de gênero? Como reparar direitos que nunca existiram para as mulheres?

As primeiras pesquisas em JT centravam-se nas ferramentas judiciais e não judiciais em um nível macro, incluindo tribunais e comissões de verdade nacionais e internacionais. Contudo, tem se voltado a atenção para a inclusão de níveis micro de análise, centrando-se nas vítimas e nas suas subjetividades, experiências e necessidades (Buckley-Zistel e Zolkos, 2012). Portanto, a pergunta a respeito de quem é o sujeito da JT e qual o significado de justiça e reparação das violações e crimes do passado para este sujeito dentro da JT ganha terreno acadêmico e político.

Na década de 1990 observou-se um incremento do interesse internacional na proteção dos direitos humanos, e, por sua vez, globalmente vivenciaram-se conflitos nacionalistas e étnicos altamente violentos, como nos casos da Jugoslávia, de Ruanda e Serra Leoa. Estes eventos desafiaram a ideia “neutra” liberal do sujeito da JT ao

evidenciar a importância do gênero, da raça e da etnia para compreender os padrões específicos de vitimização.

Nessa década e no contexto desses conflitos, globalizou-se a ideia da JT (mesmo não sendo homogênea na sua implementação) como a resposta apropriada para as instabilidades políticas e as violações de direitos, inclusive configurando-se em uma responsabilidade dos governos nacionais de transição e do discurso internacional.

### **1.2.1 Justiça transicional e estruturas patriarcais de governabilidade**

O campo da JT se enriquece quando, ao pensar o sujeito da JT, considera o impacto sistemático da análise de gênero e problematiza a concepção de sujeito “neutro”, sua teoria legal, suas suposições, seus mecanismos de funcionamento e os resultados sociais. Nesse sentido, tem-se desenvolvido uma série de abordagens e críticas, refletindo na polissemia tanto da noção de ‘gênero’ quanto de ‘justiça’ (Buckley-Zistel e Zolkos, 2012).

Alguns dos terrenos em que se tem focado a crítica feminista são a exclusão ou sub-representação das mulheres nas negociações e nos acordos de paz, as formas específicas de vitimização das mulheres, a fim de compreender as suas necessidades específicas para reparação, e um amplo trabalho em torno da violência sexual, observando-se um grande avanço na categorização de diferentes formas de violência sexual como crimes de guerra (incluindo estupro, escravidão e tráfico sexual, gravidez forçada, esterilização e prostituição forçada).

Cabe lembrar que só há 15 anos a jurisprudência da justiça transicional alterou o tratamento da violência de gênero, e especificamente do estupro, sob a lei internacional. Tradicionalmente, o estupro não era tratado como uma violação grave ou *actus reus* do genocídio, mas como um crime contra a dignidade e a honra (Franke, 2006). O Tribunal para a Ruanda (TPIR) e o Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia (TPIJ) são os cenários que evidenciaram essa mudança de paradigma, concretizada na ratificação do Estatuto de Roma e na criação do Tribunal Penal Internacional, para a compreensão dos crimes de violência sexual como crimes de guerra e crimes contra a humanidade, ao acusar e condenar homens em Ruanda e na ex-Jugoslávia com o fundamento de estupro e outras formas de violência sexual e de gênero.

Assim, em muitos aspectos importantes, o direito internacional humanitário tem percorrido um longo caminho no reconhecimento dos componentes de gênero na

violência durante a guerra, com grande esforço dos setores e movimentos feministas. Esses avanços, no entanto, têm aberto novas perguntas, críticas e perspectivas de ampliação da perspectiva de gênero na JT.

Um eixo central das novas críticas dentro do pensamento feminista se refere à centralidade da violência sexual nas pesquisas feministas no cenário de guerra, o que trouxe três aspectos problemáticos: (a) a identificação das mulheres com o domínio sexual e com a categoria de vítimas; (b) distinções e possíveis hierarquizações entre violações em tempos de guerra e tempo de paz, e, por outro lado, de violações de organismos estatais ou legítimos e outros grupos; (c) o efeito de sexualização das mulheres, o que não consegue captar a variedade de maneiras em que as mulheres sofrem injustiça na guerra, bem como as formas em que os homens são vítimas de violência de gênero nesse cenário (Buckley-Zistel e Zolkos, 2012; Valji, 2007).

Portanto, no debate não se discute a visibilidade ou a importância de sinalizar e punir a violência sexual na guerra, senão como esses atos são enquadrados. Esta crítica exemplifica a evolução do pensamento feminista nas últimas décadas e as novas perguntas que se constroem sobre os marcos sociopolíticos que envolvem os construtos de ‘crime’, ‘vítima’ ou ‘justiça’ dentro da justiça transicional, evidenciando como esses construtos estão marcados pelo poder, especificamente pelo poder patriarcal.

Dentro do regime do gênero heterossexista binário, a masculinidade protetora, e pode-se dizer, militarizada, é a antítese tanto da feminilidade dependente quanto da masculinidade dependente, débil ou homossexual alheia. Isso explica a centralidade do enquadramento das mulheres no domínio sexual e na categoria de vítimas, a hierarquização das violências em tempos de guerra e paz e a invisibilidade da violência sexual de homens, seja como perpetradores ou como vítimas, dado que resultam disfuncionais dentro do regime do gênero, onde o poder masculino dominante é equiparado ao poder da nação ou de uma comunidade específica (Stanley, 2007).

Portanto, como foi dito, os novos questionamentos não dizem respeito à visibilidade da violência sexual durante a guerra, e sim a quais significados são atribuídos a essa violência e a outros crimes, a como conceituar o sentido da violência de gênero na guerra e na paz e como captar a variedade de maneiras em que as mulheres sofrem injustiças. Isso está relacionado especificamente com as definições que têm sido construídas historicamente do que constitui um crime dentro da JT e o que compõe uma adequada prática de justiça em um cenário de guerra e de violência histórica e estrutural, os quais serão trabalhados na seção seguinte. São perguntas em relação ao

potencial da JT para transformar o regime do gênero e contribuir para a construção de uma noção de justiça mais ampla, principalmente para o reconhecimento das necessidades e dos direitos das mulheres, eixos fundamentais da tese (Buckley-Zistel e Zolkos, 2012; Campbell, 2007).

### **1.2.2 Ampliando o enquadramento das injustiças e violências contra a mulher nos conflitos armados**

Para percorrer este caminho, me concentrarei no primeiro domínio mencionado na seção anterior, referente ao que tem sido historicamente entendido como um crime que deve ser reparado dentro da JT. A crítica feminista compreende que dentro dos quadros da JT certos tipos de danos são considerados mais significativos do que outros. Nos seus primeiros dias, a JT foi caracterizada por uma centralidade das violações de direitos civis perpetradas contra homens no contexto de repressão e guerras civis, ignorando a frequente violência de gênero. Como resultado das lutas e críticas dentro da legislação internacional, o alcance do que constitui um crime foi ampliado para incluir a violência sexual e de gênero contra mulheres e homens (Aolain e Rooney, 2007).

Sem diminuir a importância de processar a violência sexual e incluí-la nas comissões de verdade, tal como foi discutido previamente, gerou-se uma seletividade dos crimes que são enquadrados como injustiças ou violações contra as mulheres, tendo como consequência a fixação do lugar social da mulher como vítima, cuja identidade política em uma sociedade em transição se reduz a ser passiva, inferior, vulnerável e necessitada do homem protetor. Em consequência desta seletividade da violência sexual, questões mais amplas de gênero têm se tornado invisíveis (Franke, 2006; Stanley, 2007).

Em razão deste cenário, autoras feministas afirmam que a JT tem se caracterizado pela sua tendência androcêntrica e implicada nas estruturas patriarcais de governação tanto, como foi dito, na seletividade dos crimes considerados vinculados ao gênero, e especificamente contra as mulheres, quanto, também, em relação ao privilégio outorgado à punição e a reparação da violação de direitos civis e políticos que afetam em maior proporção os homens, frente a outras violações de direitos que dizem respeito às mulheres (Buckley-Zistel e Zolkos, 2012).

A luta pela ampliação do enquadramento das injustiças e violências contra a mulher dá-se em duas dimensões. A primeira enquadra o tipo de crime e os direitos que

são reconhecidos, respectivamente, como próprios de punição e reparação dentro da JT, e que são relevantes para as mulheres. E, em segunda instância, está o período temporal que abarcaria a JT, para incluir, além dos crimes e das injustiças específicas do período de conflito, as discriminações e violências estruturais, anteriores ao conflito e ainda operantes mesmo com o abandono das armas. Abrindo perguntas sobre os tipos e mecanismos de justiça mais apropriada para esses danos. Aprofundarei a discussão sobre essas duas dimensões.

Como foi afirmado anteriormente, justiça, verdade, reconciliação e garantias de não repetição são os objetivos centrais da JT. No entanto, cabe perguntar se esses objetivos são alcançáveis em contextos de desigualdade e exclusão. Essas duas condições são, de fato, as causas de diversos casos de violência e conflito no mundo. O patriarcado é uma das estruturas de poder mais difusas entre as que constroem hierarquias, subalternização, violência e desigualdade. Portanto, como pode avançar a JT sem contemplar e contribuir para transformar este regime?

É geralmente aceito que, por causa do poder patriarcal, são as mulheres quem vivenciam desproporcionalmente a violência na guerra (Valji, 2007). Longe de enraizar o estereótipo das mulheres no conflito como de vítimas, essa constatação implica reconhecer que as experiências das mulheres tanto nos conflitos quanto nas transições diferem por causa das relações de poder e que essas injustiças e essas necessidades de reparação mais amplas e prévias ao conflito têm sido ignoradas.

Nagy (2008) sugere que os enquadramentos hegemônicos sobre violações dos direitos humanos têm sido construídos de forma restrita, excluindo de forma geral a violência estrutural e de gênero e conferindo privilégio às respostas legais e abstratas – o que é denominado como o paradigma legalista – em detrimento, às vezes, das realidades cotidianas das mulheres.

Esta ampliação do enquadramento das injustiças e violências contra a mulher leva-nos a plantear novas perguntas, a coletar diferentes informações e exige-nos a construção um quadro mais completo da realidade das mulheres nestes cenários, sendo este o eixo central da pesquisa; exige a problematização da forma como a JT na Colômbia está involucrada nas estruturais patriarcais de governabilidade, problematizando os marcos da justiça transicional colombiana à luz da rica narrativa das histórias de reparação das mulheres vítimas do conflito armado colombiano dos *Montes de Maria*, testemunhas da guerra e da transição.

Isto com o fim de contribuir para uma agenda política em tempos de transição transformadora, em vez de priorizar políticas que reforçam as relações de poder desiguais. A incorporação da análise de gênero na pesquisa dará um quadro mais preciso para o desenho e a implementação dos processos de reparação da JT, bem como contribuirá para uma avaliação mais completa desses mecanismos e políticas.

Portanto, propus-me situar estas perguntas no contexto colombiano e no que poderíamos denominar o pós-conflito ou o período de construção de paz através da lente dos processos de reparação, tendo em vista que, como foi mencionado anteriormente, tem a unicidade de ser as políticas diretamente vinculadas as vítimas do conflito armado colombiano e a garantia de seus direitos. Segundo Aolain, Cahn e Valji (2018), após o conflito, a violência contra as mulheres pode até aumentar diretamente ligada à falta de cenários de segurança e impunidade.

A violência contra as mulheres na sua comunidade, casas particulares e espaços cotidianos pode ser estabelecida como um continuum ou agravamento da violência formal de conflito. As diversas capas de violências e necessidades que vivenciam as mulheres após os eventos de violência política e como têm sido reconhecidas e reparadas (ou não) no cenário dos *Montes de Maria* será analisado a primeira parte no Capítulo 2 e a segunda, no 3, debatendo o que significaria gênero e justiça de gênero em este contexto particular.

Assim mesmo, estas autoras reconhecem um segundo nível de capas de discriminação no pós-conflito, relacionado com o que mencionava sobre a re-essencialização das mulheres como vítimas e não como sujeitos autônomos de direito: as mulheres estão sub-representadas nos cenários formais de paz, apesar de sua enorme contribuição para a construção da paz. Embora a maioria do trabalho político e acadêmico tenha se concentrado em mulheres vítimas, tem aumentado o interesse em compreender as mulheres como atores no conflito e nos cenários de reconstrução pós-conflito (Aolain, Cahn e Valji, 2018).

Elemento que ganhará significados particulares no contexto colombiano, como se analisa no Capítulo 3 da tese, onde dediquei a segunda parte da análise à agência e liderança feminina e a sua luta pela reparação; tanto às violências e discriminações que vivenciam as mulheres que desafiam os papéis tradicionais ou essencialismos do mundo patriarcal, assim como às conquistas dos coletivos femininos e de vítimas liderados por mulheres e às transformações de suas subjetividades políticas através da participação e da liderança.

Concluindo, cabe mencionar que estas perguntas sobre os processos de reparação no pós-conflito colombiano ganham novos sentidos também pela particularidade dos cenários de construção de paz na Colômbia. Como sinala Ramírez-Orozco (2014), existe uma situação de simultaneidade entre o conflito e o pós-conflito no país, situação recorrente durante a longa história de tentativas de paz na Colômbia. Como exemplos, o autor menciona no início dos anos 1990, quando vários grupos armados da esquerda foram desmobilizados (o M-19 entre eles) continuavam combates das Forças militares e policiais contra outras forças insurgentes (FARC-EP e ELN), que não se desmobilizaram nesses acordos de paz, além das atividades em vários territórios do país dos grupos paramilitares.

O outro caso ocorreu vinte anos depois, após a desmobilização formal do grosso das Forças de Autodefesa Unidas da Colômbia (AUC), oficializada em meados de 2006. Nesse período, a luta contra insurgente atingiu sua intensidade máxima durante a ofensiva do governo militar contra as FARC-EP, entre 2004 e 2012. E eu agregaria o contexto do Acordo de Paz com as FARC-EP, o qual se dá em meio das negociações - sem alto ao fogo - com o ELN, a reincorporação de grupos com ideologia paramilitar, a presença de dissidências das FARC-EP e a crise sociopolítica da migração venezuelana.

### **1.3 Problema de pesquisa**

Problematizar os marcos da justiça transicional colombiana através das histórias de reparação de mulheres vítimas do conflito armado colombiano dos *Montes de Maria*.

### **1.4 Metodologia**

A presente pesquisa se inscreve na ética feminista, enquanto tem como eixo conceitual o gênero como regime político de governo da vida e o patriarcado como tecnologia moral, como marco de poder que subalterniza as mulheres pela vigilância ou pelo castigo (Diniz, 2014; Diniz, Santos Costa e Gumieri, 2015). Ao entender o gênero como marcador de subalternização das mulheres, um dos propósitos da presente pesquisa é perturbar este regime de poder patriarcal, construindo resistência a esta ordem política, tal como propõe a seguinte ideia de pesquisa no feminismo:

Uma pesquisa feminista parte do acaso da matéria, reconhece a sexagem como um gesto inaugural do regime político do gênero, investiga a moral patriarcal na vida e sobrevivência das mulheres, desconfia das instituições que

movem a governança das mulheres no asilo, na esquina, no convento ou na prisão. E não esquece que é da potência da existência, do testemunho que nos realiza e que desafia a matriz de inteligibilidade do gênero, que se anima a ética feminista. (DINIZ, 2014, p. 19).

Portanto, nesta pesquisa reconhece-se a potência do movimento e do conhecimento feminista para desafiar o gênero, na criação de novas perguntas sobre o real, para ver e movimentar-se para cenários mais igualitários (Diniz, 2015). As perguntas que guiam esta pesquisa passam pela indagação sobre rupturas e continuidades do poder patriarcal em tempos de guerra e paz; sobre como a governança patriarcal pode articular-se aos processos da JT e, nesse sentido, invisibilizar a violação dos direitos das mulheres e negar certos caminhos de reparação que possam contribuir para uma justiça de gênero.

Elegeram-se um estudo qualitativo pelas vantagens de permitir explorar e interpretar os significados de processos e atividades humanas e de dados em forma de texto — neste caso, narrativas de histórias de vida dos processos de reparação de mulheres vítimas no marco da construção de justiça transicional com um propósito de paz na Colômbia. A ação indagativa se move de maneira dinâmica entre os fatos e a sua interpretação, em um processo que pode ser qualificado como circular: as fases do processo qualitativo de amostragem, coleta de dados e análise interagem e se retroalimentam permanentemente em função das questões de pesquisa.

Embora certamente exista uma revisão inicial da literatura, esta pode ser complementada em qualquer etapa do estudo, desde a formulação do problema até a elaboração dos resultados. Na maioria dos estudos qualitativos, as hipóteses não são testadas, mas construídas durante o processo e aprimoradas, conforme mais dados são obtidos (Hernández, Fernández e Baptista, 2013).

Nesse sentido, a pesquisa qualitativa permite contemplar questões e procedimentos emergentes, bem como construir a análise de dados de forma indutiva, partindo das particularidades para os temas gerais. Nos estudos qualitativos, a pesquisadora exerce papel importante na interpretação dos dados. Além disso, resgata-se a importância da interpretação da complexidade de uma situação. O objetivo é aprofundar a situação ou o problema, e não necessariamente generalizar seus resultados, permitindo recuperar o máximo do contexto de elementos particulares (Creswell, 2010).

### 1.4.2 Participantes

O contato com os participantes se fez através de um contato-chave – Soraya Bayuelo, fundadora e diretora do *Coletivo de Comunicaciones de Montes de María Línea 21*. Jornalista, líder comunitária e líder do movimento de vítimas na região montanhosa entre os departamentos de Bolívar e Sucre, Soraya Bayuelo ganhou, junto ao seu coletivo, o Prêmio Nacional de Paz, pelo seu trabalho na recuperação de histórias de pessoas no meio da guerra como uma forma de preservar a memória histórica da região, com projetos como a rede de narradores. Em outubro de 2014, Bayuelo fez parte do terceiro grupo de vítimas que viajou para Havana para se reunir com as equipes de negociação das FARC e o governo. Portanto, ela se constituiu num contato-chave para a conexão com as mulheres vítimas do território.

Portanto, a seleção de participantes se deu pelo método de bola de neve ou método de cadeia, é dizer, pelo procedimento de pedir as participantes que recomendem outras mulheres que possam participar da pesquisa. Este método incrementa o número de participantes, uma vez que as pessoas estão mais dispostas a participar em uma pesquisa se são indicadas por uma pessoa de confiança (Small, 2009). Portanto, na primeira fase de coleta de dados – fase das entrevistas narrativas individuais - participaram 12 mulheres adultas vítimas do conflito armado. A partir desse encontro inicial, para a segunda fase de coleta de dados se realizou um grupo focal utilizando a árvore da vida; participaram 08 mulheres. Na discussão de resultados participaram dois coletivos de mulheres de cada um dos municípios de estudo *Carmen de Bolívar* e *San Juan de Nepomuceno*; cada um destes encontros participaram 30 mulheres.

Segundo Small (2009), uma consequência deste método de seleção de participantes é que as entrevistadas finais são mais suscetíveis de conhecer-se entre si do que teria sido o caso se tivessem sido selecionadas aleatoriamente. Assim, elas são mais propensas a constituir uma rede social. Isso ao invés de considerar-se uma limitante metodológica como poderia ver-se desde algumas lentes epistemológicas, para esta pesquisa foi uma vantagem, pois me permitiu integrar a análise das dimensões coletivas das narrativas, e foi particularmente importante para a análise como agência, liderança feminina e participação política.

### 1.4.1 Pesquisa biográfico-narrativa

O estudo das narrativas está relacionado com o crescente interesse acadêmico e político do lugar que tem as histórias e a sua narração na formação, conservação ou transformação dos fenômenos sociais; entendo as narrativas como formas de discurso e de construção de memória e histórias coletivas, e como histórias da vida pessoal e societal. A pesquisa biográfica (desde a *life-history*) e, especialmente, a narrativa (*narrative inquiry*), desenvolve-se ante o desapontamento pós-moderno das grandes narrativas e a reivindicação do sujeito pessoal nas ciências sociais, e vem adquirindo cada vez mais, maior relevância na ciência contemporânea (Bolívar Botía, 2002).

Baseia-se, então, na "virada hermenêutica" produzida nos anos 1970 nas ciências sociais. Da instância positivista, se constrói uma perspectiva interpretativa, na qual o significado dos atores se torna o foco central da investigação. Os fenômenos sociais serão entendidos como "textos", cujo valor e significado, principalmente, são dados pelos participantes e pelos pesquisadores envolvidos.

A narrativa não é apenas uma metodologia; é uma maneira de arquitetar a realidade, por isso constitui uma visão ontológica e epistemológica, mas também é uma postura política. Desde as primeiras dimensões, entende-se que a subjetividade é uma condição necessária do conhecimento social, uma subjetividade configurada intersubjetivamente pelo discurso comunicativo (Bolívar Botía, 2002). A narrativa não apenas expressa dimensões importantes da experiência vivida, mas também, configura a própria experiência e conforma a construção social da realidade: "Se entende como narrativa a qualidade estruturada da experiência compreendida e vista como uma história; por outro (como abordagem de pesquisa), as pautas e formas de construir sentido, a partir das ações temporais pessoais, através da descrição e análise de dados biográficos." (Bolívar Botía, 2002, p.14, tradução nossa).

Constituí uma postura política para mim em dois sentidos. Em primeiro lugar, dado que os fenômenos sociais são concebidos como "texto", cujo valor e significado é dado pela autointerpretação hermenêutica que os atores fazem, ou seja, das narrativas das participantes, juntamente com as narrativas da pesquisadora as quais estabelecem uma comunicação intersubjetiva respeito da realidade social; constitui uma parceria muito interessante entre os envolvidos no que pode ser considerado como pesquisa colaborativa, uma vez que a participante se converte em interprete da sua própria vida.

Por exemplo, no caso desta pesquisa se apostou por instrumentos de coleta de dados narrativos – entrevista narrativa e árvore da vida – onde as perguntas evocativas ou os convites para conversar deixaram ampla margem para que as participantes

destacarem o que era realmente importante em suas histórias de vida, tentando minimizar o enquadre das minhas categorias a priori como pesquisadora na medida do possível. Além disso, nas fases finais de análise de dados, decidiu-se discutir os resultados com coletivos de mulheres em ambos os municípios envolvidos *Carmen de Bolívar* e *San Juan de Nepomuceno*, criando um espaço onde elas se sentissem à vontade de discutir, refutar ou concordar com os resultados construídos a partir das primeiras visitas ao campo.

Em segundo lugar, é dada a aposta porque a narrativa das participantes evoque o que será relevante para a análise - sem o enquadramento inicial das perguntas - as narrativas permitem tratar com questões que normalmente ficam excluídas da ciência normal como as experiências da vida cotidiana das mulheres. A oralidade teve desde seus primeiros usos (por exemplo, na história oral) uma vocação militante para estabelecer diálogos com as "vidas silenciadas" entre as quais as mulheres estariam, tendo em vista que desafiam o raciocínio lógico-formal androcêntrico que planteia um sujeito neutro e universal produtor de conhecimento e abre o caminho para o discurso feminino, ao incluir outras "vozes" e assumir o estatuto de autoras no discurso da pesquisa (expresso na primeira pessoa do singular), corresponde a um "eu dialógico" que se constrói no encontro intersubjetivo (Bolívar Botía, 2002).

As narrativas podem ser analisadas desde uma aproximação narrativa ou paradigmática. Desde a primeira, o resultado de uma análise de narrativas é, ao mesmo tempo, uma narração particular, sem aspirar à generalização. Por exemplo, um relatório histórico, um estudo de caso, uma história de vida, um episódio narrado a partir da vida de uma pessoa em particular. O objetivo final é, neste caso, diferentemente do modo paradigmático, revelar o caráter único de um caso individual e fornecer uma compreensão de sua particular complexidade ou idiosincrasia (Bolívar Botía, 2002).

Desde o paradigmático, no qual se inscreve esta pesquisa que utiliza como método de análise a Teoria Fundamentada, se realiza um processo analítico, os dados são fraturados, conceituados, agrupados e integrados em categorias (Strauss e Corbin, 2002). Consiste em um processo permanente entre os dados e o surgimento de definições categóricas. As categorias não são predeterminadas; são induzidas ou emergem dos dados para alcançar certas generalizações do grupo estudado. A análise indutiva da Teoria Fundamentada consiste em um movimento permanente e por capas entre os dados e as sucessivas categorias propostas pela pesquisadora para agrupá-los. Interações sucessivas entre coleta de dados e análise com as categorias teóricas

induzidas que devem ser reformuladas até que elas se ajustem melhor aos dados. Posteriormente, se constroem relações entre as categorias, por meio de matrizes, para criar uma teoria fundamentada - *Grounded Theory* – a partir de histórias particulares (Strauss e Corbin, 2002).

Em síntese, na pesquisa narrativa tem que se desenvolver uma visão dupla. Por um lado, é necessário um retrato da realidade interna das participantes. Por outro, deve articular-se um contexto externo que dê sentido e significado à realidade vivida pela informante. Para esse propósito foram utilizados dos instrumentos de recolecção de dados: entrevistas narrativas a doze mulheres vítimas do conflito armado nos *Montes de Maria* e as árvores de vida, tanto individuais e coletivas, utilizadas em um grupo focal com oito líderes mulheres vítimas do conflito armado e na discussão de resultados com dois coletivos de mulheres nos municípios de *Carmen de Bolívar* e *San Juan de Nepomuceno*.

### **1.4.3 Instrumentos de coleta de dados**

#### **1.4.3.1 Entrevista narrativa**

Na entrevista narrativa, ao pedir as pessoas que narrem as suas histórias sobre algum fenômeno, pede-se que elas coloquem a experiência em uma sequência, que elaborem explicações à respeito e que organizem a cadeia de eventos que dá forma à vida individual e social; este método se destaca na pesquisa biográfica (Jovchelovitch e Bauer, 2000).

Procura-se explorar pelas palavras e significados que constroem os indivíduos, comunidades ou grupos sociais que são específicos da sua experiência e modo de vida, entretanto, assume-se que as narrativas preservam as perspectivas de cada grupo social de forma mais genuína, e uma das suas grandes vantagens reside no fato de que a capacidade de contar histórias é uma habilidade relativamente independente da educação ou da competência linguística dos participantes.

Uma história pode ser contada em termos gerais ou de índice (Jovchelovitch e Bauer, 2000). O índice faz referência a que os relatos giram em torno a eventos concretos no espaço e no tempo; as narrações são ricas em termos indexais, pois se referem à experiência pessoal e tendem a ser detalhados respeito aos eventos e ações. A estrutura de uma narração compreende o contexto, eventos sequenciais, atores sociais

que desenvolvem ações nesses marcos de referência e no final o caráter avaliativo sobre a história narrada.

Assim mesmo, a narração compreende duas dimensões: a dimensão cronológica que se refere à narrativa como uma sequência de episódios e uma dimensão não cronológica que faz referência à construção de uma trama que dá um significado geral à sequência de eventos (Jovchelovitch e Bauer, 2000). A trama é a que compõe e configura vários elementos em uma narrativa; é a que define o rango temporal que marca o começo e final da história, outorga critérios para seleção e organização sequencial dos eventos a ser incluídos na narrativa e clarifica o significado implícito do por que esses eventos asilados contribuem à narrativa como um todo.

O objetivo da entrevista narrativa é permitir que os participantes relatem uma história sobre um evento significativo na vida delas e do contexto social. A ideia é reconstruir os eventos sociais desde a perspectiva dos informantes da forma mais direta possível (Jovchelovitch e Bauer, 2000). A proposta da entrevista narrativa é considerada como uma crítica ao esquema tradicional de pergunta - resposta, porém, tenta ter uma forma não estruturada e pretende não impor estruturas aos participantes, em três dimensões: ao selecionar o tema e os tópicos, ao estabelecer a ordem das perguntas e ao enquadrar a entrevista nas palavras e significados do pesquisador. Nesse sentido, a intervenção do pesquisador dever ser mínima.

O pressuposto implícito é que a perspectiva do participante se revela de forma mais genuína ao construir uma história dentro da sua própria linguagem espontânea (Jovchelovitch e Bauer, 2000). E na geração do seu próprio esquema narrativo que contenha três características: 1) informação detalhada, no sentido de gerar plausibilidade; deve conter lugares, marcos temporais, motivos, etc. 2) a relevância que cada evento contém para pertencer à trama. 3) Um início, nó e desenlace resultados coerentes com o significado que deseja construir o participante da trama. Para ativar este esquema, Jovchlevitch e Bauer (2000) propõem quatro fases: 1) A formulação inicial do tópico da narração ou pergunta narrativa geradora (Flick, 2006), que pode constar de elementos verbais como visuais. 2) A narração principal, a qual não deve ser interrompida pela entrevistadora. 3) Fase de perguntas para complementar a narração utilizando a linguagem da entrevistada; o que Flick (2006) chama de sondagem narrativa, onde são completados fragmentos narrativos que não foram “exaustivamente detalhados”. 4) A conversação conclusiva.

Para a formulação do tópico inicial da narração são sugeridas algumas regras de parte dos autores: 1) O tópico deve ser experiencial; 2) Deve ser significativo num nível individual e coletivo; 3) O interesse e hipóteses da pesquisadora não deve estar evidenciado no tópico; 4) Deve ser o suficientemente amplo para que provoque uma narração longa e detalhada; 5) Deve evitar informação indexada (datas, nomes, lugares); todas estas devem ser evocadas e pelo participante. Para o qual plantei o seguinte tópico inicial dentro das doze entrevistas narrativas realizadas – pergunta narrativa geradora:

*“Usted podría, por favor, contarme su historia en relación con los procesos de reparación (que pueden ser de carácter estatal o no) después de los eventos violentos que usted vivenció?”*

*Usted se puede demorar lo que quiera hablando de esto, incluyendo también detalles, porque a mi me interesa todo lo que es importante para usted.*

Houve uma segunda fase, onde, se for necessário (dado que não se tocou alguma temática que pode chegar a ser relevante) se tem uma fase de perguntas para complementar a narração utilizando a linguagem da entrevistada. As áreas temáticas que determinei para esta fase foram:

- ✓ Necessidades das mulheres – as suas necessidades específicas para reparação;
- ✓ Acesso aos serviços básicos – realidades cotidianas das mulheres – necessidades de sobrevivência cotidianas;
- ✓ Mobilização de recursos para garantir a segurança própria e a de suas famílias;
- ✓ Acompanhamento dos processos administrativos e judiciais decorrentes da sua condição de vítimas;
- ✓ Liderança e vida pública da mulher: mobilidade, recursos e oportunidades de liderança/coletivos de resistência de mulheres;
- ✓ Significados de Justiça, verdade, reconciliação e garantias de não repetição – Construção de uma sociedade em paz;
- ✓ Representação das mulheres nas negociações, implementação acordos de paz e processos de reparação;
- ✓ Justiça retributiva, ideia de justiça que aponta para o reconhecimento, que inclui o reconhecimento de culpabilidades e lesões; que valoriza a identificação e a categorização das vítimas, perpetradores e do caráter

dos atos de violência do passado e da injustiça e suas consequências punitivas;

- ✓ Justiça restaurativa – que procura reparação dos efeitos do conflito, inclusive em termos de retribuições e redistribuição de bens econômicos e sociais.

A pergunta de abertura procura estimular especificamente uma narrativa sobre um tópico específico – neste caso, os processos de reparação – e o período da biografia das entrevistadas (mulheres sobreviventes do conflito armado) no que se enquadra esse tópico.

#### **1.4.3.2 Árvore de vida**

Uma vez realizei as entrevistas narrativas às doze mulheres vítimas do conflito armado, uma primeira capa da análise me indicou a necessidade de indagar por dois aspectos: 1) pela agência e outros processos de subjetivação política que evidenciem a luta das mulheres pela sobrevivência e a reparação de seus direitos, é dizer, como sujeitos autônomos; 2) a dimensão coletiva, tanto das necessidades insatisfeitas e da vulneração de seus direitos nos processos de pós-conflito e justiça transicional concretizados na reparação individual e coletiva, como das lutas, resistências e participação na construção de paz e garantias de reparação.

Dada esta necessidade, selecionei a ferramenta da árvore de vida no contexto comunitário. Inspirada ao igual que a entrevista narrativa nas abordagens de Ricoeur (2004), onde a narração é fundamental para a compreensão das subjetividades e do contexto histórico através de constantes processos de criação e elaboração de histórias sobre si mesmo e as situações, histórias que são editadas e reeditadas. Estas histórias sem embargo, não escapam dos marcos das relações de poder, que no caso das mulheres, podem enquadrá-las como sujeitos passivos ou subjetivá-las unicamente como vítimas.

Nesse sentido, a Prática Narrativa Coletiva da “Árvore da Vida”, baseada na teoria e na prática da terapia narrativa com grupos vulneráveis, baseia-se na investigação de narrativas que evidenciam fortalezas; permite que as pessoas acreditem em suas próprias habilidades, reconheçam seus sonhos e criem narrativas onde podem falar sobre suas experiências difíceis de maneira que não sejam revitimizadas, sentindo-

se mais fortes em si mesmas e as suas capacidades pessoais e coletivas. (Iliopoulou *et al.*, 2009; Madrid Valdivieso, 2015).

Consiste, basicamente, no uso de metáforas das diferentes partes da árvore para representar aspectos da vida de uma pessoa. A metáfora da "Árvore da Vida", a qual pode ser visualizada na Figura 1, através de suas sub-metáforas possibilitou a elaboração de histórias relacionadas a alguns aspectos fundamentais das mulheres: as raízes significavam os ancestrais e sua influência atual em suas vidas; o tronco, parte na qual se fez uma ênfase especial, significava habilidades e fortalezas pessoais e coletivas; as quais seguram os ramos que representam sonhos e esperanças para o futuro; os frutos são pessoas que contribuíram para construir o que são hoje, e dizer, pessoas, mas também grupos ou instituições às quais expressam gratidão; isto é, os suportes que tem recebido. A partir da árvore contavam histórias pessoais e coletivas de reparação.



que não são re-vitimizadoras e de forma que se percebam como experiências coletivas. Isto tem dois benefícios: torna mais fácil para as pessoas falarem sobre histórias negativas, criando uma sensação de distância entre a experiência da pessoa e o problema, e permite identificar elementos contextuais determinantes nas histórias.

Assim mesmo, se convida a continuar a metáfora da seguinte forma: muitas florestas suportam as tormentas, porque as árvores se protegem uns a outras, e foi perguntado as participantes se esta metáfora fazia sentido para elas e como isso se refletia em suas histórias pessoais e comunitárias, particularmente nos aspectos sobre agência, lideranças e participação política.

**Figura 2** - Floresta da vida



Finalmente se encerrou a sessão com a entrega de certificados simbólicos que recolhiam: 1) Suas competências, habilidades e fortalezas; 2) Seus sonhos e esperanças para o futuro; 3) Pessoas, grupo ou instituições especiais que apreciam na vida, os três aspectos a nível individual e coletivo. Este instrumento, sem dúvida foi útil para o propósito de conhecer narrativas que mostrassem as mulheres como agentes autônomos de resistência e transformação. E a construção de narrativas coletivas sobre os processos de reparação, tanto em seus aspectos de cumprimento sobre os seus direitos (e as lutas

coletivas que levou) como os processos de vitimização coletiva por parte das instituições e as suas comunidades vivenciam (as tormentas da vida).

#### **1.4.4 Método de análise de dados: Teoria Fundamentada**

O primeiro passo na análise de dados é registrar as informações de cada documento: data e lugar de obtenção, tipo de elemento, uso aparente que será dado a ele no estudo e quem o produziu, no que Gibbs (2008) denomina de metadados. Os dados coletados na pesquisa passaram por uma fase de preparação e organização para a análise (GIBBS, 2009). Essa fase consistiu na transcrição das narrativas de vida, individual e coletivas. Após essa fase, foi realizada uma leitura em profundidade dos textos para obter uma percepção geral dos dados e refletir de forma ampla sobre seus significados (Creswell, 2010).

No contexto da preparação dos dados há duas formas importantes de metadados para ser consideradas: primeiro, as informações que registram a origem e um resumo do que está contido na unidade; segundo, quando, como e por quem as entrevistas ou árvores foram desenvolvidas. Nessa mesma etapa, constrói uma estrutura de anotações, com informações gerais do documento, ideias importantes, materiais diretos e indiretos, e comentários sobre a confiabilidade e o valor da fonte de dados.

Em seguida dessa fase inicial, começou o processo de codificação (Creswell, 2010; Strauss e Corbin, 2002). Esta etapa envolve a identificação e o registro de uma ou mais passagens de texto ou outros itens de dados, como partes do quadro geral que, em algum sentido, exemplificam a mesma ideia teórica e descritiva (Gibbs, 2009). Geralmente, várias passagens são identificadas e então relacionadas com um nome para a ideia, ou seja, o código. A codificação é uma forma de indexar o texto para estabelecer uma estrutura de ideias temáticas presentes em seu conteúdo.

No processo de codificação, podem-se fazer dois tipos de análise de dados (Gibbs, 2009; Strauss e Corbin, 2002). O primeiro é a codificação baseada em conceitos, que implica acessar todo o texto com uma lista de códigos predeterminedada. Utiliza-se o mesmo nome para combinar passagens que sejam exemplos do mesmo fenômeno, ideia, explicação ou atividade. Trata-se de revisar os dados com categorias predeterminedadas teoricamente, que podem vir da literatura de pesquisa, de estudos anteriores ou de tópicos no roteiro da entrevista.

O segundo é a codificação baseada em dados ou codificação aberta, que implica construir uma lista de códigos com base nos dados, relacionando-os uns com outros e estabelecendo uma hierarquia entre eles, até construir as categorias mais abrangentes. Leem-se os textos, e a pesquisadora vai testando o que acontece. É a abordagem mais utilizada dentro da teoria fundamentada.

As duas abordagens não são excludentes, e de fato a pesquisa em um primeiro nível de codificação pode-se movimentar permanentemente entre ambas, cada uma levantando dados tanto para as categorias predeterminadas como para categorias emergentes dos dados. Nesse primeiro nível, a análise é predominantemente concreta e envolve identificar propriedades dos dados. As categorias são construídas comparando-se dados, mas estes não são relacionados nem interpretados. Nesta pesquisa usaram-se ambos os métodos de codificação, visto que utilizar diferentes métodos de análise permite aumentar o rigor da pesquisa e chegar a interpretações coerentes (Hernández, Fernández e Baptista, 2013).

O segundo nível de categorização, denominado axial, é mais abstrato e conceitual do que o primeiro, em que o processo é centrado nas unidades, e envolve descrever e interpretar o significado das categorias (Hernández, Fernández e Baptista, 2013; Strauss e Corbin, 2002). Começou-se a comparar categorias, identificando semelhanças e diferenças e considerando vínculos teóricos possíveis entre elas.

Nessa etapa da análise, o objetivo é integrar as categorias em temas e subtemas mais gerais, isto é, categorias com maior extensão teórica que agrupem as categorias que surgiram no primeiro plano de codificação. Por meio da codificação em dois níveis (inicial e central), os dados continuam sendo reduzidos até chegar aos elementos centrais da análise. Construir temas implica localizar os padrões de relação que aparecem repetidamente entre as categorias.

Paralelamente ao registro de códigos e categorias, se escreveram notas ou ideias teóricas sobre eles, denominadas memorandos. Os autores da teoria fundamentada utilizam o memorando como forma de fazer a análise qualitativa (Strauss e Corbin, 2002). Esse recurso permite teorizar e comentar paralelamente à codificação temática de ideias e desenvolve a estrutura analítica em termos gerais (Gibbs, 2009).

Trata-se de notas sobre o conjunto de dados para a pesquisadora ou para sua equipe de trabalho. Os memorandos devem ser escritos ao longo da pesquisa, e há uma variedade deles para cada momento da investigação: memorandos de observação, metodológicos, teóricos e pessoais. Esses memorandos foram feitos ao longo da

pesquisa e compartilhados com a orientadora e com um grupo de mestrandas e doutorandas a fim de garantir o rigor no processo, bem para testar se as análises e interpretações da pesquisadora fazem sentido.

Por meio dos memorandos, conectaram-se as passagens com categorias teóricas. Em um primeiro momento da categorização, o tom é mais descritivo, baseado nos termos dos documentos, mas em uma segunda rodada passa a um nível mais categórico, analítico ou teórico. Os memorandos, por conterem ideias, argumentações e discussões, foram o substrato para a composição da tese.

#### **1.4.5 Triangulação**

Na pesquisa social, com a triangulação se tem o objetivo de analisar a questão de pesquisa a partir minimamente de dois pontos diferentes. Isto é mais frequentemente realizado através da aplicação de diferentes abordagens metodológicas (Flick, 2004), se bem se planteou inicialmente como a complementariedade entre métodos de recollecção de dados, não se limita a ela.

O uso da triangulação reflete uma tentativa de assegurar uma compreensão profunda e complexa do fenômeno em questão, onde se poderia pensar como um mecanismo de validação – na linguagem quantitativa - uma compressão mais acertada corresponde a entendê-la como uma estratégia que leva a uma apreensão mais profunda da questão sob investigação. E assim, como um passo no caminho para um maior conhecimento, e menos para a validade e objetividade da interpretação (Denzin, 2012; Flick, 2004).

A combinação de múltiplas práticas metodológicas, materiais empíricos, perspectivas e observadores em um único estudo, é melhor entendida como uma estratégia que adiciona rigor e riqueza à pesquisa (Denzin, 2012; Flick, 2004). Nesta pesquisa foi utilizada a triangulação de métodos; em específico a complementariedade entre métodos narrativos; entrevista narrativa e árvore de vida que permitiu explorar diversas lentes dos dados; não somente desde o individual e comunitário, também adquirir dados tanto textuais como visuais das narrações.

Além da triangulação de dados, se triangulou com outras pesquisadoras através dos memorandos mencionados na seção anterior, para equilibrar as influências subjetivas da análise de dados. Além disso foi feita triangulação com as participantes em dois encontros com coletivos de mulheres nos municípios de *Carmen de Bolívar* e *San Juan de Nepomuceno*, como aposta metodológica e ética de contar com as mulheres

como agentes ativas no processo de pesquisa procurando perspectivas transformadoras, democráticas e dialógicas dentro das atividades acadêmicas e potenciando a probabilidade de que as vozes previamente silenciadas sejam ouvidas e protagonistas da construção de resultados (Denzin, 2012).

O objetivo da triangulação de diferentes abordagens e perspectivas deve ser menos uma questão de obter convergência no sentido de confirmação do que já foi descoberto (Flick, 2004). Em sentido inverso, é particularmente útil para o desenvolvimento de teorias, porque permite elucidar perspectivas divergentes, processo central na Teoria Fundamentada, como mencionam Strauss e Corbin (2002), uma teoria gerada a partir de apenas um tipo de dado nunca faz justiça à realidade, ou funciona apropriadamente para compreender os processos do mundo social, é mais útil e acertada uma teoria gerada a partir de diversas fatias de dados em cada categoria e nas relações entre elas.

#### **1.4.6 Considerações éticas**

Svetlana Aleksievich, no seu livro *A guerra não tem rosto de mulher* (2015), em que recolhe histórias de vida de mulheres que combateram nas filas do Exército Vermelho durante a Segunda guerra Mundial, afirma que a guerra é uma experiência muito íntima, é infinita assim como a vida humana. Ao escutar relatos da guerra, se escutam a dor e as resistências das vidas humanas nesse contexto. Ela explica que nos estudos de ótica existe o conceito de luminosidade, a capacidade da objetiva de fixar melhor ou pior a imagem captada.

Quanto aos relatos das memórias da guerra, Aleksievich afirma que as mulheres têm uma “luminosidade” extraordinária. Assegurando que a guerra do sexo feminino é mais terrível do que do sexo masculino, uma vez que os homens se centram nos fatos históricos, na ação, nas ideias e interesses, enquanto a memória das mulheres concentra sentimentos e episódios da vida cotidiana para o qual as narrativas constituem uma lente adequada para captar essas perspectivas. Portanto, as narrações de homens e mulheres variam de forma significativa, tendo a história das mulheres um detalhado universo existencial:

Os relatos das mulheres são diferentes e falam de outras coisas. A guerra feminina tem suas cores, os seus cheiros, sua iluminação e espaço. Elas têm suas palavras. Nesta guerra, não há heróis ou proezas incríveis, há apenas

seres humanos envolvidos em uma tarefa desumana (ALEKSIÉVICH, 2015, p. 14, tradução nossa).

Aleksiévich adverte-nos de que as memórias não são relatos apaixonados ou impassíveis da realidade desaparecida. São o renascimento do passado, quando o tempo volta a acontecer. Lembrar é, acima de tudo, um ato criativo. Ao relatar, as pessoas criam, escrevem, a sua vida. Às vezes, inclusive, adicionando algumas linhas, reescrevendo e reescrevendo-se. Como retratistas destas histórias devemos estar atentas à responsabilidade que acarreta escutar estas histórias e estruturar a narração, como foi dito anteriormente, vinculando estas histórias a marcos sociais mais abrangentes.

Como teóricas do mundo social, estamos socialmente autorizadas, por nossa posição acadêmica, a desenvolver teorias que acompanhem ideias, necessidades ou metas de outros. Esta autoridade tem em seu centro o compromisso ético da responsabilidade e da prestação de contas sobre o que se escreve. Ser consciente da questão sobre falar das necessidades ou dos direitos de outras neste caso não pode ter como resultado abandonar a tarefa de fazê-lo, uma vez que essa oportunidade de escrever se apoia crucialmente na possibilidade de efetividade política (Alcoff, 1992).

Acompanha-me a postura que propõe Alcoff (1992) sobre o dever de esforçar-nos para criar, sempre que for possível, as condições para o diálogo e a prática *de falar com* ao invés de falar *pelos* outros, aposta que marcou o desenho metodológico da pesquisa, tanto na recolecção de dados como na análise dos mesmos.

Mas antes de tentar estabelecer esse diálogo e essa prática, é crucial fazer reflexões concretas sobre as relações de poder particulares e os efeitos discursivos envolvidos nesse intercâmbio. Assim mesmo, analisar e ser responsável pelos efeitos prováveis ou reais das palavras no contexto discursivo e material, neste caso das mulheres sobreviventes à guerra, sendo estes meus principais compromissos éticos com as narrativas destas mulheres.

Finalmente, a população a que se destina este estudo – mulheres vítimas do conflito armado – apresenta-se como uma população vulnerável na condição de participantes de pesquisa (Lott, 2008). Diante disso, foram tomados todos os cuidados éticos recomendados pela Resolução CNS nº 466/2012. Foi assegurado o sigilo dos dados pessoais das mulheres que participaram nas entrevistas narrativas e árvores de vida, principalmente tentando garantir ao máximo a sua seguridade. Assim mesmo foi garantido seu anonimato no momento da apresentação dos resultados da pesquisa, trocando seus nomes por nomes fictícios ou siglas.

No momento da entrevista, foram apresentados às mulheres a pesquisa, os seus objetivos e a forma de participação. Antes de iniciar a entrevista e árvores de vida, elas foram informadas sobre a participação voluntária e a possibilidade de desistência em qualquer momento da pesquisa. Só participaram aquelas que compreenderam os procedimentos da pesquisa e aceitaram participar, pedindo-lhes a sua assinatura em um formato de consentimento informado.

## **CAPÍTULO 2 – AS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO NOS PERÍODOS DE TRANSIÇÃO**

### **2.1 Gênero como regime de poder**

O patriarcado tem permitido naturalizar a guerra, e, por sua vez, a guerra sempre gera, transforma ou intensifica os regimes do gênero. A guerra compreende diversos paradoxos: é um fenômeno representado como circunstância excepcional na vida social e também é naturalizado como parte da condição humana. Cada guerra é similar e diferente a outras guerras, e cada cenário de guerra define novas relações de poder de gênero, raça e classe, sendo as guerras atuais enquadradas nas relações de poder estabelecidas no capitalismo global e na cruzada anticomunista (Eisenstein, 2008).

Debora Diniz (2014) define o gênero como um regime político, e o patriarcado como uma tecnologia moral do regime. A instituição fundamental deste regime é a família reprodutora e cuidadora, e os dois moduladores do seu poder são a família nuclear e a reprodução heterossexual, enquanto garantidores da reprodução biológica e social. O poder patriarcal inscreve a sexagem binária nos corpos com a miragem de natureza, e esta sexagem se estabelece como um marcador de subalternização (Diniz, 2015).

Uma vez que a população de estudo desta pesquisa é de mulheres, devo, da mesma forma que Diniz em alguns de seus trabalhos, dada a falta de uma terminologia melhor, utilizar a ordem linguística do gênero – e entender as mulheres como “corpos cuja matéria sexuada tem a potência reprodutora do útero”. (DINIZ, 2014, p. 15).

O regime do gênero, pela vigilância ou pelo castigo, persegue os corpos das mulheres e a potencialidade de reprodução de nossos úteros (Diniz, 2014). A soberania deste regime perpassa toda a estrutura social, na linguagem, na estética, na governança e na lei. No caso das mulheres, este regime de subalternização restringe direitos e tem implicações importantes no modo como se vive. Esta matriz de dominação de mulheres de longa duração, o regime político do gênero, tem permanentes atualizações históricas e sociais que nos cabe compreender e desafiar.

Minha intenção dentro desta pesquisa é estudar as atualizações desse regime no contexto da justiça transicional, especificamente nos processos de reparação, no marco dos acordos e legislações de paz na Colômbia dirigidos às vítimas do conflito e especificamente nos corpos sexados como femininos.

Sendo o gênero uma categoria imposta por um regime político a um corpo sexado (Scott, 1986), também para a autora implica uma forma primária de significar as relações de poder. Ao analisar sistemas ou instituições – no caso desta pesquisa os processos de reparação – o objetivo é descobrir como o gênero tem trabalhado para manter a ordem social analisando tanto sua dimensão estrutural como ideológica. É dizer, pensar nas instituições das sociedades modernas, além da família, que são permeadas, mas que também reproduzem o gênero, neste caso a justiça transicional.

E como o gênero a sua vez molda subjetividades por meio de atividades, organizações sociais e representações culturais e históricas, pela regulação das políticas da vida ou pela violência. Para Scott (1986), o gênero estrutura organizações concretas e simbólicas da vida social, e essas referências estabelecem distribuições de poder no acesso e controle diferencial sobre recursos materiais e simbólicos.

Com base nessas premissas, este capítulo tem como objetivo compreender como as instituições sociais que intervêm durante os períodos de transição incorporaram o gênero em suas presunções. O que implica analisar como esse regime estabelece o significado e a diferença sexual como forma primária. Significa a diferenciação. Uma diferenciação que só pode ser interpretada como a construção e consolidação do poder e especificamente como controle dos corpos das mulheres (Scott, 1986). Segato (2016a) também vai ter a leitura dobre do gênero como regime sobre o corpo, mas também como forma de construção e significação de relações de poder. Para ela, o patriarcado moderno, acabou minorizando tudo o referente às mulheres.

O termo minorização refere-se à representação e posição das mulheres no mundo social como “menores” – sujeitos tutelados – e também a enquadrar as questões das mulheres para o domínio do íntimo, do privado e, especialmente, do particular, como uma “questão minoritária” e, conseqüentemente, como um tema de “minoría” frente às questões universalistas do homem. Estes dois elementos vão ser transversais e estruturantes dos processos de reparação das mulheres vítimas do conflito colombiano.

Nesse sentido, para Segato (2016a), o gênero é um molde primordial da estrutura binária e hierárquica, constrói um *Um* universal, representativo e referente da totalidade – homem - e um *Outro* reduzido para cumprir o papel de *alter deficitário* (feminino, não branco, colonial, marginal, subdesenvolvido). A esse *Um* corresponderá a esfera pública, que se constituirá no domínio masculino, em uma representação do universal, e as questões do *Outro* feminino serão compreendidas como privadas, íntimas e inclusive residuais e dali derivando-se em processos de minorização. No caso da justiça

transicional colombiana se representam as necessidades e realidades das mulheres como capítulos à parte do universal, ou enquadradas como enfoques transversais ou diferenciais (igual a dimensão étnica), ainda que o universo das vítimas esteja representado quase que igualmente por homens e mulheres.

Portanto, um projeto político e acadêmico feminista implica ser capaz de exigir a restituição da plenitude ontológica dos espaços da vida feminina e a capacidade e o direito das mulheres de falar ao interesse geral de sua parcialidade (Segato, 2016a). Este objetivo passa pelo reconhecimento de que as violências às mulheres não são outra coisa senão o disciplinamento e regulação que as forças patriarcais impõem nos nossos corpos. E portanto, faz parte do regime minorizar ou colocar à margem - da grande política, justiça ou segurança - as mulheres e as suas questões, em relação a tudo o que é classificado como uma questão de Estado, porque é de interesse geral e valor universal. Em consequência, o objetivo central deste capítulo é contribuir a dismantelar o *Um universal* que estabelece o gênero nos processos de reparação e, ao fazê-lo, pluralizar os mundos.

E evidenciar como as narrativas das mulheres e suas histórias reconquistam o mundo do político e nós mostram como o regime gênero e sua tecnologia moral - o patriarcado - constituem o contexto geral das violências que experimentaram na guerra e que vivenciam nos períodos de transição nos que se enquadram os processos de reparação.

## **2.2 O gênero na guerra: uma introdução**

No caso específico das relações de gênero na guerra, alguns fenômenos históricos das últimas décadas têm construído novos cenários. Mais de 1/4 de século de ativismo feminista definiu novas trajetórias da crítica feminista nas guerras atuais: apesar de os corpos das mulheres terem sido historicamente violentados na guerra, nas guerras de hoje tem se evidenciado uma maior participação das mulheres como atores de guerra, o que faz com que a análise do papel e da participação da mulher se torne mais complexa. Ao mesmo tempo o militarismo e a militarização da vida cotidiana em diferentes áreas do planeta têm configurado novos e mais intensificados regimes de poder patriarcal, fortalecendo formações de gênero e raciais antigas e, ao mesmo tempo, renovando-as (Eisenstein, 2008).

Este último aspecto é bastante relevante no contexto colombiano: ao passar por mais de 60 anos de guerra, o país contém territórios e cenários sociais nos quais os sujeitos nunca vivenciaram relações sociais fora do enquadramento militar. A militarização da vida cotidiana implica a disciplina e a regulação das relações sociais e da articulação com o gênero, a disciplina dos corpos pela sexualidade e pela crueldade. Hierarquia, vigilância, autoritarismo e submissão tornam-se parte da forma como as pessoas vivem dentro e fora dos quartéis e acampamentos dos territórios militarizados.

A militarização da vida está relacionada, particularmente em nosso continente, com as novas formas da guerra, caracterizadas pela informalidade: passa-se das guerras convencionais entre nações, características do século XX, aos conflitos não convencionais de caráter paraestatal, controlados por corporações armadas com participação de efetivos estatais e paraestatais.

Esta nova conflituosidade informal tem muitas fases: crime organizado, guerras repressivas paraestatais, repressão policial, acionamento repressivo de forças de segurança privadas, grupos insurgentes, companhias contratadas na terceirização da guerra – todas estas figuras pertencem ao universo bélico denominado informal e que caracteriza as regiões com conflito armado ou guerras internas (Segato, 2014).

O projeto da guerra atual não é a consecução da paz. É um projeto a longo prazo de transformações de territórios e dos modos de vida dos sujeitos dessas regiões. Na Colômbia é claro esse propósito, assim como a disputa entre o projeto político conservador dos grupos paramilitares e paraestatais, por um lado, e os projetos de transformação social liberais ou comunistas das guerrilhas, por outro.

### 2.2.1 Os corpos das mulheres

Segundo Zillah Eisenstein (2013), na guerra se naturaliza, institucionaliza e intensifica a sexagem binária opositiva, mas a sexagem é também socavada. O privilégio masculino aparece como o eixo estruturante do processo de diferenciação, sendo a ideia do guerreiro a figura social por excelência. Na guerra a masculinidade é produzida e reproduzida. A feminidade é apropriada, conquistada e destruída. O grupo inimigo é de-masculinizado, enquanto o vencedor é re-masculinizado.

Para entender estas transformações do regime do gênero no contexto colombiano, são esclarecedores os casos dos territórios dominados pelos grupos paramilitares – e cabe lembrar que os lugares onde se desenvolveu o trabalho de campo

tinham um domínio predominantemente paramilitar, mesmo que outros grupos tentassem disputar o território. O acionamento destes grupos se enquadra em uma luta contrainsurgente, com bandeiras conservadoras e práticas machistas que procuravam impor nas comunidades. Os grupos paramilitares procuravam construir entre seus recrutas a masculinidade do guerreiro; esperava-se que seus soldados eliminassem qualquer característica que parecesse feminina, dado que o feminino é entendido como qualidade de sujeitos débeis e subalternos (Cortés, 2014).

Para ser parte do coletivo, os soldados devem exibir e reproduzir o poder patriarcal; poder que na guerra se exacerba. São exemplos destas violências: as humilhações vivenciadas por homens que quebravam alguma norma de comportamento com o consumo de substâncias psicoativas ao atribuir-lhes uma sexualidade duplamente subalterna, feminina e homossexual; homens, vítimas de tortura e assassinato, encontrados com prendas femininas; castigos públicos a mulheres que não cumpriam seus papéis tradicionais; ou os inúmeros casos de violência sexual denunciados e atribuídos aos paramilitares (Cortés, 2014; GMH, 2011).

Nas guerras o corpo inimigo deve ser subalternizado ou deve ser destruído para ser disciplinado ou apropriado. Para isso se articulam guerra e patriarcado, para isso se recriam e reforçam os regimes do gênero. Aos homens e mulheres inimigos são atribuídas características de inferioridade que representam o feminino. O corpo inimigo, subalternizado, converte-se em um artefato penetrável, implicando uma relação de dominação. A pedagogia do gênero é a reprodução da submissão. A intenção da feminização dos corpos como uma marca (seja homem ou mulher) implica e se conecta com a “inescapabilidade da matriz heterossexual como o fundamento e a primeira lição de todas as outras formas de relação de dominação”. (SEGATO, 2003, 2014, p.23, tradução nossa).

Em linguagem de gênero, como explica a autora, nesses atos de guerra se recria a matriz da sexagem binária hierárquica social entre dominadores e dominados que tem como fundamento primário e último o regime do gênero na sociedade patriarcal.

As mulheres ocupam diferentes significações no contexto da guerra em articulação com o patriarcado: a representação do comunitário e vulnerável que precisa de proteção; a encarnação do sujo e funesto do inimigo; o objeto sexual ou máquina reprodutiva disponível; a encarnação da fertilidade, e, nesse sentido, corpo que deve ser atacado, porque o inimigo deve ser destruído desde a semente: o útero materno.

No conflito – mas também em tempos de paz –, ancorada no patriarcado, está a noção da mulher como propriedade da comunidade ou do grupo armado. Essa noção é o que determina muitas das suas trajetórias de vida e histórias de violência. Simbolicamente, os corpos das mulheres encarnam o campo de batalha para destruir uma coletividade, como objetivo da força aniquiladora masculinizada contra o corpo individual e social (Cortés, 2014).

Além dessas significações do corpo da mulher inscritas no patriarcado que se articulam com a guerra, cujo objetivo pode ser o corpo social, a violência também pode ser exercida contra a identidade individual de mulheres que ameaçam a noção heterossexista estabelecida de submissão. Esse é o caso particular das mulheres com papéis políticos, seja na comunidade, seja nos grupos armados, em que os ataques têm o objetivo de devolvê-las ao seu lugar tradicional – o do âmbito privado. Para isso a violência sexual, particularmente no caso colombiano, tem sido a estratégia bélica por excelência.

A violência sexual, e especificamente o estupro, tem sido um grande campo de estudo na interseção entre gênero e guerra. No entanto, o estupro articula a violência codificada no gênero e reinscreve a continuidade da inscrição das mulheres como vítimas em lugar de sujeitos de agência.

Segundo Eisenstein (2008), o estupro reproduz a pedagogia do gênero e ao mesmo tempo a destrói. No estupro de guerra as mulheres são reduzidas à sua definição patriarcal de corpo-receptáculo (*body vessel*), e ao mesmo tempo nega-se o seu status de sujeito de cuidado e proteção. Nos casos menos sistematizados de estupros à homens também se reconfigura a norma heteronormativa. A violência sexual nas guerras concebe o corpo das mulheres como a representação universal da conquista, e os corpos dos homens são simultaneamente masculinizados na vitória e feminizados na derrota.

No caso colombiano, essas reconfigurações do gênero, e em consonância com o objetivo das guerras de destruição do corpo do inimigo, têm se expressado também na corporeidade fragmentada (Cortés, 2014). Cortés afirma que mais do que converter o outro em uma mulher, o outro é convertido em um artefato feminino, um corpo “sem individualidade humana, mas que representa qualidades degradantes que reconfiguram as noções heterossexistas da feminidade” (p. 18, tradução nossa).

Isso é exemplificado nos casos de violência contra as mulheres da Colômbia em que são mutilados os seios como símbolo de feminidade, cortado o ventre como símbolo de fertilidade ou cortado o pênis como representação da masculinidade,

deixando o corpo ainda mais desumanizado, destroçado simbólica e fisicamente. Em suma, a violência contra as mulheres nas guerras é a clausura à posição de corpo vitimado, reduzido e submetido. Também reproduz e reforça a equivalência patriarcal do corpo da mulher como território e propriedade da comunidade, como corpo tutelado. A falha na proteção desses corpos é lida na linguagem da guerra como derrota moral.

Essa é a história de Isabel<sup>8</sup>, que ao começar a sua historia afirma que “*No contexto do conflito, eu tive muitos fatos vitimadores, fui vítima de violência sexual, sequestro, vítima de ameaça, tortura, em minha família houve um homicídio, o assassinato do meu irmão e um desaparecimento forçado da minha irmã*”, o que nos mostra o desafio de que o enquadramento das violências contras mulheres seja amplo e complexo. O que Isabel não menciona nessa frase inicial é que o primeiro evento vitimizador dela e da sua família foi o deslocamento forçado.

Ela começa seu relato no ano de 1997 na cidade de Cartagena quando se encontrava estudando Secretaria Executiva em Sistemas, no entanto, prévio à esse ano sua família já tinha vivenciado dois deslocamentos: quando estava no ensino médio passaram três anos em Cartagena, sendo originários *do Carmen de Bolívar*. E ao retornar, nos últimos anos do ensino médio ressurgiu principalmente através de massacres e a retoma paramilitar do território – na disputa entre grupos guerrilheiros e paramilitares.

De volta em Cartagena, começou a trabalhar em casa de família e pagava pelo seu estudo; estudava de noite e trabalhava de dia para apoiar a mãe dela, que se converteu na principal provedora da casa, dado que para os homens de contextos rurais, se deslocar para contextos urbanos implica se adentrar em um cenário onde seus saberes laborais deixam de ser requeridos e tem imensa dificuldade para encontrar emprego (GMH, 2011).

Pelo contrário, as mulheres deslocadas forçosamente encontram que atividades como limpar casas ou habilidades culinárias são solicitadas nos contextos urbanos, isso por suposto vai transformar as relações de gênero nas famílias deslocadas. Nesse

---

<sup>8</sup> Mudei os nomes dos participantes para proteger suas identidades, particularmente em contextos nos quais essa simultaneidade entre conflito e transição é vivida (Ramírez-Orozco, 2014). No entanto, abster-me de que as histórias não tinham nomes ao chamá-las – Entrevista 1 – por exemplo, porque enquanto seu potencial empírico para manter a conexão intelectual com o leitor permaneceria, elas perderiam dimensões de seu potencial emocional e empático, que é um dos objetivos de pesquisa narrativa (Bolívar Botía, 2002).

período, Isabel foi convidada a um casamento na *vereda*<sup>9</sup> onde ela nasceu e viveu a infância dela no município de *El Carmen de Bolívar*. Dois dias prévios ao casamento chegaram dois homens armados montados em animais, e às quatro da manhã tocaram e perguntaram pela nova garota que havia chegado àquela *vereda*:

*“porque quando alguém chegava a qualquer vereda perguntavam imediatamente os grupos armados, qualquer grupo armado, perguntavam quem era, investigando porque naquela época existiam muitas milícias, as milícias urbanas tanto dos guerrilheiros quanto dos paramilitares, que eram as pessoas que davam as informações a eles, aqueles que operavam nos povoados de civis. Então eles me viram chegar lá, digamos que uma estudante universitária, naquela época para eles era uma ameaça”.*

As milícias urbanas constituíram uma das estratégias que mais afetou o tecido social das comunidades na Colômbia, em tanto, minavam a confiança das relações entre vizinhos e inclusive familiares inseridos em uma cultura do rumor onde todos suspeitavam uns dos outros; de quem podia ser informante dos grupos armados ou quem apoiava ao grupo armado contrário (GMH, 2011, 2013).

Mas esta história também nos dá luzes sobre o regime de gênero nestes contextos de guerra. Aquelas mulheres que saem do padrão altamente patriarcal dos territórios rurais, mulheres que se inseriam no âmbito político ou que desenvolviam de formação educativa eram, como afirma Isabel, “*uma ameaça*”, e de fato, mulheres com estas identidades que ameaçam a noção heterossexista estabelecida de submissão serão as mais atingidas e violentadas pelos grupos armados no conflito (GMH, 2011, 2013, 2018).

Esse dia levaram Isabel e a prima dela à cavalo por vários dias até o acampamento da guerrilha do EPL. Esta guerrilha subscreveu um acordo de paz no governo do presidente Belisario Betancourt nos anos 1990 – como foi descrito no capítulo inicial – dissidências desse grupo operam na Colômbia até o dia de hoje. A prima de Isabel foi liberada nos dias seguintes, uma vez que se tratava de uma senhora maior, não sem antes ser ameaçada de não denunciar o caso às autoridades:

*“eles ficaram comigo lá, então eles me amarraram, eles me escadearam, eles colocaram uma cadeia na minha perna, eles me levavam comida, trasladavam-me um jovem e uma jovem mulher, mais novos que eu, jovens de doze anos, dezessete, quando iam me banhar e isso, assim durei vários meses, eles me*

---

<sup>9</sup> *Vereda* é um termo usado na Colômbia para definir um tipo de subdivisão territorial dos diferentes municípios do país. As *veredas* compreendem principalmente áreas rurais, embora algumas vezes possam conter um centro microurbano.

*mudaram de um lugar para outro...uma noite um comandante, um comandante que operava aquele grupo guerrilheiro abusou de mim, abusou de mim, eles me torturaram... então, graças a Deus eu conto a minha história, porque eu tenho a oportunidade de contá-la, porque fiquei em silêncio por muito tempo, muito tempo eu tinha guardado essa dor, esse ódio, tudo isso que aconteceu comigo eu não tinha dito para ninguém, eu vivi durante aqueles anos, morrendo, me queimando por dentro”.*

A história de Isabel encarna muitos dos debates que tem levantado as autoras feministas centradas sobre a centralidade da violência sexual nos cenários de guerra, principalmente como pedagogia de gênero frente a identidades disruptivas do regime (Cortés, 2014; Eisenstein, 2008; GMH, 2011, 2018; Segato, 2014). No entanto, a história de Isabel e de outras participantes da pesquisa também nos provocará em três sentidos sinalados pelas recentes pesquisas (Aolain, Cahn e Valji, 2018).

Primeiro, a dificuldade de dividir analiticamente as violências vivenciadas pelas mulheres em temporalidades prévias aos conflitos armados, durante as guerras e nos períodos de transição (e reparação), em tanto nas narrativas delas aparece um fio condutor que conecta as violências, o que faz sentido na medida em que o regime é prévio à violência sociopolítica, interage com ela e tradicionalmente os marcos de justiça transicional não tem estabelecido como eixos centrais os debates sobre gênero nos novos marcos políticos, normativos e institucionais no pós-conflito.

Em segundo lugar, a pertinência de uma análise ampla, complexa e por capas (*Multi-layered analysis*) das violências vivenciadas pelas mulheres (O’Rourke, 2017). A narrativa de Isabel abre com essa provocação, e quando continua com a sua história - posterior ao evento de violência sexual - centrada nos processos de reparação, notaremos que além da violência sociopolítica ou direta experimentada também há elementos de violências estruturais (Bourgois, 2004a; b; Galtung, 1969; LaParra e Tortosa, 2003), que interagem com o regime de gênero – como se pode perceber nesta narrativa nas condições de precariedade socioeconômica que passava a família de Isabel, posterior aos seus deslocamentos forçados e os desafios postos às mulheres como novas provedoras do lar e as tensões que gera isto nas relações de gênero.

Estas violências vão constituir o que alguns autores denominam violências quotidianas – *Everyday Violence* (Bourgois, 2004c; b; Sheper-Hughes, 2004) que vão ser um dos nodos narrativos centrais das histórias das mulheres. Uma ênfase na vida diária e os desafios, dificuldades e inclusive o terror da sobrevivência do dia a dia depois de um evento de violência sociopolítica, como foram os dias e anos posteriores de Isabel, uma vez que escapou do seu sequestro.

Finalmente, em terceiro lugar, esta narrativa de Isabel inscreve-a em diversos processos de vitimização, que vamos descobrir através da sua história, e as de outras mulheres, como sua agência pessoal, familiar e coletiva, através de movimentos de vítimas e de mulheres que vão transformar diversos cenários de pós-conflito em busca da construção da paz e especificamente de luta pelos processos de reparação. Tanto assim que Isabel chegaria a ser uma das delegadas na *Mesa Nacional de Víctimas*<sup>10</sup> em representação das mulheres e as vítimas de violência sexual.

Os dois primeiros elementos, a análise por capas e as interseções das violências contra às mulheres na guerra e nos “períodos de paz” serão trabalhados neste capítulo. O terceiro, relacionado com a agência e liderança, será o tema central do terceiro capítulo, dado que esta categoria resultou ser a categoria emergente mais relevante e com maiores desdobramentos, a qual transformará os contextos, as interações e as consequências dos processos de reparação.

### 2.3 Análise por capas (*Multi-layered Analysis*)

Nos estudos recentes do regime de gênero na justiça transicional, O'Rourke (2017) identifica cinco linhas de trabalho: a definição de "danos" na justiça transicional, os esforços para abordar as desigualdades estruturais de gênero, a participação das mulheres, o lugar dos homens e masculinidades, e a prática até o momento de lidar com as violações sofridas por grupos LGBTQI.

Como apresentei anteriormente, eu abarcarei três dessas cinco linhas, entendendo que não estão desligadas e de fato as narrativas das sobreviventes do conflito vão indicar que para a construção de um marco mais amplo de danos nas mulheres - o qual resulta essencial para apreender os desafios para a sua reparação na transição - é necessário contemplar os contextos de estruturais de violência de gênero articulados com outros contextos de violências estruturais de caráter socioeconômico, institucional ou simbólico, as quais derivam em violências cotidianas ou do dia a dia com a marca do gênero nelas.

---

<sup>10</sup> “As *Mesas de Víctimas* fazem parte dos espaços que o Estado oferece à população vítima para garantir a sua incidência nas políticas que os afetam. São também os espaços institucionais de representação da população afetada pelo conflito para o diálogo com o Estado, em todos os níveis territoriais (municipal, departamental, distrital e nacional), e tem como objetivo o impacto na construção, execução e controle de políticas públicas para as vítimas. São também espaços legais para a representação das vítimas e, como tal, parte fundamental do Sistema Nacional de Atención e Reparación Integral às Víctimas, SNARIV.” (tradução nossa) Informação tomada da página web da *Unidad para la Atención y Reparación Integral a las Víctimas* disponível em: <http://www.unidadvictimas.gov.co/es/atencion-asistencia-y-reparacion-integral/mesas-de-participacion/87>

Estas cinco linhas dialogam com perguntas levantadas por diversas autoras feministas (Buckley-Zistel e Zolkos, 2012) apresentadas no capítulo anterior, relacionadas com refletir sobre qual justiça estamos falando, e para quem? Que danos reconhece e a quem beneficia? Qual é o lugar do regime de gênero nos períodos de transição e particularmente nos mecanismos da JT para a construção de paz e especificamente para que as mulheres vivenciem uma vida livre de violências? Estas perguntas guiaram esta pesquisa e a análise.

Entendendo que o coração destes questionamentos nasce da exclusão visível e desproporcionada das mulheres e experiências associadas a elas, tipicamente atribuída à compreensão excessivamente estreita de "danos" que resultam de conflitos e que a toma de decisão em torno da justiça transicional geralmente prioriza o conflito "primário" e os "principais" protagonistas de conflitos, com a exclusão de outras agendas e atores (O'Rourke, 2017). O que se enquadra no que Segato (2016) denomina a minorização das questões das mulheres e outros grupos que não compõem o *Um Universal*.

Portanto, o esforço feminista tem se focado em afastar-se dos esforços para encaixar a vida e as experiências das mulheres nas definições estabelecidas de violações na justiça transicional tradicional. Defende, em vez disso, "começar da vida das mulheres" e forjar categorias de direitos e proteções que melhor refletissem as características diárias mais comuns das experiências das mulheres (O'Rourke, 2017).

Partindo dessa premissa, planteiam a necessidade de um exame mais minucioso da relação entre danos públicos diretamente ligados à violência política e danos ostensivamente "privados" de violência doméstica ou restrições à autonomia reprodutiva. E compreender os danos contra as mulheres em contextos de conflito e transição como inextricavelmente ligados a dinâmicas de poder de gênero mais amplas que precedem e seguem períodos de violência política. Portanto, propõem a construção de 'teia de danos' que denote continuum de violência marcados pelo regime de gênero.

Estes dois elementos fazem sentido nos resultados da minha pesquisa. De fato, no processo de codificação comecei a construir um código em torno do que denominei "Necessidades derivadas do conflito", ou seja, todas aquelas histórias que evidenciavam as necessidades vivenciadas pelas mulheres a partir de um evento violento (morte do marido, deslocamento forçado ou sequestro, por exemplo). Mais tarde, na codificação axial, perceberia que esse código estaria ligado a outro que eu estava construindo relacionado às "demandas de reparação das mulheres".

Portanto, em princípio, sim, há um correlato no que elas experimentaram como necessidades e o que elas esperam que seja reparado dentro da estrutura da justiça transicional. Ao explorar as propriedades e dimensões das categorias "necessidades" e "demandas por reparação" comecei a questionar se realmente as diversas necessidades mencionadas nas narrativas das mulheres corresponderiam analiticamente às violências "derivadas do conflito", ou de eventos de violência sociopolítica que sofreram, e essa análise também se refletiu nas demandas de reparação, que variaram de uma abordagem clássica de justiça transicional centrada, por exemplo, na justiça retributiva (reconhecimento das vítimas e danos causados e punição dos responsáveis) até a necessidade de ajuda humanitária.

No entanto, outra variedade de necessidades e demandas começaram a aparecer (na verdade, foram predominantes nas histórias) que não estão necessariamente ligadas a abordagens clássicas da justiça de transição, mas tocam em elementos de justiça redistributiva e que até articulam uma discussão sobre política social do país, em termos de justiça social e gênero. Para dar um exemplo disso, há histórias relacionadas à demanda por acesso à terra (central para o conflito no país), que em mulheres tem um efeito agravado, já que em muitos casos as terras que foram perdidas no quadro do conflito estavam em nome do homem e, portanto, elas estão tendo dificuldades para serem reconhecidas, demandas que estão relacionadas com o que autores denominam como violências estruturais (Bourgois, 2004b; a; Farmer, 2004; Galtung, 1969; Meertens, 2018).

Portanto, seguindo a necessidade de aplicar análises pontadas pelos estudos dentro dos cenários de guerra, começo a desmembrar a complexidade das camadas de violências nos períodos de transição e em consequência, as camadas de justiça e reparação que dialogam com abordagens mais críticas da justiça transicional. Capas que nos mostram as formas específicas de viver a violência, a generificação dos processos de transição e os silêncios dentro da justiça transicional frente às demandas de justiça transformativa no gênero em específico e de justiça social de forma mais ampla.

Para apreender essas camadas de violência, apropriei reflexões do antropólogo Philippe Bourgois, quem também se perguntou sobre essas diferentes capas de violência no contexto da violência política – sem uma lente específica sobre a categoria gênero – seu trabalho foi desenvolvido no Salvador. Para Bourgois (2004b), a violência política – direta (entendida como violência física dirigida e terror administrado pelas autoridades oficiais e por aqueles que se opõem a ela) oblitera outros tipos de violência, como a

violência estrutural ou simbólica. O paradoxo é que são precisamente essas violências, em muitos contextos, que configuram os cenários da violência política. De fato, o autor mostra como a repressão política e a resistência em tempos de guerra têm um impacto na violência cotidiana semelhante àquela produzida pela fusão da violência estrutural e simbólica durante os tempos de paz.

Assim, o autor se interessou em diferenciar as formas e significados assumidos pela violência na guerra e na paz para documentar as maneiras pelas quais estes desafiam ou reforçam as desigualdades de poder. Em um nível teórico, implica desviar a atenção para as desigualdades de poder mais amplas no nível macro que condicionam a violência cotidiana, descrevendo a interseção das cicatrizes da violência estrutural e política na "ecologia local e nos corpos dos residentes".

Nesse sentido, quero evidenciar a utilidade analítica de pensar estas camadas de violência para compreender melhor as histórias das mulheres e as suas necessidades de reparação que problematizam os marcos da justiça transicional. E nesse sentido, entender por que no quadro atual desta justiça é por vezes estreita para o que é requerido e exigido pelas mulheres, que encontram nesta conjuntura do país uma janela de oportunidade para evidenciar e reparar diversos tipos de violência, que não são contemplados no modelo clássico – patriarcal.

Bourgois (2004b) tem como tese central que se mantém uma oposição moral entre a violência política "digna" que conglobera o subordinado em face da repressão por um estado autoritário ou grupos armados que funcionam como para-estado, em contraposição da violência "indigna" que confunde e desmobiliza os socialmente vulneráveis nas sociedades democráticas neoliberais, e eu agregaria patriarcais. Essa oposição moral vai se reproduzir dentro da justiça transicional colombiana, e na vida das mulheres, ao reconhecer e reparar - só em alguns casos – a violência sociopolítica e desconhecer as outras camadas de violências, o que terá como principal consequência a reificação da subjetividade das mulheres como vítimas e uma cidadania que gira em torno da biolegitimidade (Fassin, 2004).

Com o objetivo de desvendar essa oposição moral nos contextos de violência sociopolítica, Bourgois (2004b) distingue quatro tipos de violência na sua análise: política-direta, estrutural, simbólica e violência cotidiana. Eu fiz uso dos fios inter-relacionados mencionados pelo autor, fazendo algumas apropriações, transformações e discussões com suas ideias.

### 2.3.1 Violência política – direta

Este tipo de violência, segundo Bourgois (2004b) faz referência ao dano físico e terror direcionados ou administrados por autoridades oficiais ou por aqueles que se opõem a ela, como repressão militar, tortura policial e resistência armada. No caso colombiano implica todas as ações e interações dos grupos armados contra a população civil e os seus rivais ideológicos.

Sem dúvida, a história de Isabel se inscreve nesse tipo de violência no marco do conflito armado. Mas, o que sucedeu nos períodos de transição? Para responder essa pergunta devo saltar vários anos na vida dela – aos quais voltarei em outro momento. Isabel logra-se liberar do seu sequestro com a ajuda de dois guerrilheiros menores de idade recrutados forçosamente. Ao voltar à vida civil, e ter que retornar – de novo - obrigatoriamente para Cartagena descobriu que estava grávida, produto dos abusos sexuais perpetrados pelo comandante guerrilheiro. Muitos anos passaram para que Isabel se encontrasse com a maternidade e com a liderança social em representação das mulheres vítimas. Quando tinha retornado ao *Carmen de Bolívar* já desde esses dois lugares – em um período de transição e pós-conflito no território – volta ter contato com seu vitimizador:

*“A pessoa que me fez dano abicou onde eu estava, e dali duas pessoas começaram a me perseguir, dois desmobilizados para me perseguir, eu tive que me retirar e sair de El Carmen; não estou morando em El Carmen no momento, tive que sair de El Carmen, e eu não denunciei, não me atrevo a denunciar, por que não me atrevo a denunciar, pelo processo que tenho, e essas pessoas ainda estão operando, supostamente a guerrilha com todo o processo de paz, a desmobilização e isso, mas eles ainda seguem perseguindo, não me atrevo a denunciar uma pessoa que é ativa, que me fez dano. Não tenho me atrevido a denunciar, e depois de todo esse tempo que passou eu tive que me preparar e preparar à garota (nesse momento adolescente) para dizer-lhe a verdade porque já era hora, eles começaram a me seguir, eu não quero que minha filha descubra por boca de outros... então quando eu vi, me ligaram, eu recebi uma chamada, eu estava no trabalho e recebi um chamada daquela pessoa, senti outra vez o mundo acima de mim“.*

Isabel conseguiu falar com a filha dela antes que se descobrisse de outra forma, sem dar muitos detalhes, ela narrou sua a história e contou-me que a menina chorou por dois dias inteiros. Assim mesmo narrou como ainda se encontra em uma *vereda* próxima a *El Carmen de Bolívar*, por medo ainda não se atreve a retornar ao povoado, principalmente pela possibilidade de reencontrar-se com o agressor.

A história desta mulher mostra-nos as diversas dimensões da violência sociopolítica direta tanto em contexto de conflito como de transição, e as complexas e às vezes interações re-vitimizantes entre os grupos armados desmobilizados e a população civil vítima. Assim mesmo, nos apresenta os paradoxos da justiça transicional colombiana – esse caráter paralelo e simultâneo da guerra e dos acordos de paz (Ramírez-Orozco, 2014), onde os atores armados se desmobilizam mas simultaneamente, em alguns casos, seguem cometendo atos ilícitos.

Bourgois (2004b) constrói este primeiro nível de análise a partir das abordagens de Galtung (1969), quem com seu trabalho inaugurou uma nova era dos estudos sobre a paz ao estudar as dimensões teoricamente significativas da violência que guiaram o pensamento e a pesquisa em direção e ação para questões sobre violência sociopolítica direta, mas também sobre a violência estrutural, denominando a atenção sobre a primeira como a paz negativa e sobre a segunda como a paz positiva. Ele definiu a paz como a ausência de violência – precisando esse segundo termo como “a causa da diferença entre o potencial e o real (na vida de um ser humano). ...Em outras palavras, quando o potencial é maior do que o real é, por definição, evitável e quando é evitável, então a violência está presente.” (p. 2, tradução nossa).

Para exemplificar melhor esta definição, o feminicídio de uma mulher restringe o seu potencial como ser humano, assim como se os recursos forem monopolizados por um grupo ou classe ou forem usados para outros fins - criando insegurança e precarização dos direitos – o nível real ficará abaixo do nível potencial e a violência estará presente no contexto social.

Para compreender o leque de violências que contempla esta definição, Galtung (1969) explica algumas dimensões, física ou psicológica, se há intenção ou não, manifesta ou latente, se há um objeto ou sujeito danado determinado, etc. Mas a distinção que mais nos interessa e a que ele denomina como a mais importante é entre violência direta e indireta e tem a ver: se há ou não um sujeito (pessoa) que age. Ele se refere ao tipo de violência onde há um ator que comete a violência como pessoal ou direta, e à violência onde não existe tal ator como estrutural ou indireto.

Em ambos os casos, indivíduos podem ser mortos ou pessoas limitadas de ser atores, só que no segundo caso pode não haver qualquer pessoa que prejudique diretamente outra pessoa na estrutura. A violência é construída na estrutura e aparece como um poder desigual e, conseqüentemente, como chances de vida desiguais.

As narrativas de violência política – direta contra as mulheres vítimas do conflito armado no marco da justiça transicional colombiana tem três características: estão enquadradas no gênero e os danos corporais, materiais e simbólicos particulares de um regime baseado na subordinação das mulheres; vivenciam cenários simultâneos de conflito e construção de paz, marcados muitas vezes por impunidade, como o caso de Isabel. E finalmente, marcados pela carência de processos reparação – em termos pelo menos de justiça retributiva relacionada com o reconhecimento de culpabilidades e lesões, que valoriza a identificação e a categorização das vítimas, perpetradores e do caráter dos atos de violência do passado e da injustiça e suas consequências punitivas por parte do Estado. Essa desproteção exporá as mulheres a outros eventos de violência direta de gênero, seja por parte de grupos armados, como o caso de Isabel, ou de seus parceiros, como o caso de Diana.

Diana morava na zona rural de *El Carmen de Bolívar*. Ela narra que pelo ano de 1998, grupos fora da lei começaram a chegar e a formar-se dentro da comunidade cometendo quatro assassinatos e permanentes ameaças pelo que ela e sua família tinham que se deslocar forçosamente – a família era composta pelos pais dela, irmãos, uma garotinha em braços e estava grávida de uma segunda menina – nesse momento, Diana tinha retornado a morar com seus pais depois de ter sofrido violência intrafamiliar por parte de seu parceiro quando moravam em Barranquilla, umas das grandes cidades próximas aos Montes de Maria. Chegaram a *El Carmen* onde se instalaram, mas ela narra que a violência não tinha finalizado – “*e até agora nunca tem terminado porque também fomos vítimas, ainda somos vítimas*”.

Os grupos à margem da lei como as FARC e as autodefesas se instalaram em *El Carmen*. Diana e sua família se situaram no *Gambote*, lugar de partida de ônibus que vão para as principais cidades do país como *Medellín, Barranquilla, Valledupar* – e, portanto, um lugar que dentro da cartografia social do conflito houve quase todos os dias assassinatos e tudo teve que vivê-lo a família de Diana, com o toque de recolher por anos: “*ir para a cama cedo porque eles não queriam ninguém na porta, eles não queriam ninguém*”.

Inesperadamente, ao perguntar-lhe a Diana por sua história dos anos posteriores aos eventos vitimizadores - onde houve acordos de paz com guerrilhas e grupos paramilitares – o seu relato sobre a violência sócio-política foi intenso, mas curto. A sua narrativa se centrou em dois episódios de violência que saíam dos enquadramentos clássicos da justiça transicional: um episódio de violência sexual cometido pelo pai das

suas filhas e a violência institucional vivenciada quando – sem a autorização dela – suas filhas foram vacinadas na escola com a vacina contra o papiloma humano, uma vacina que não possuía os controles sanitários exigidos e pelas quais suas filhas ainda têm várias repercussões em sua saúde:

*"Bem, eu fui vítima do pai das minhas filhas de violência intrafamiliar ... depois ele veio procurar-me na minha casa e eu lhe disse que não ia mais, que ele me matasse, mas que eu não ia mais com ele, eu preferia a morte. Eu estava disposta a morrer, para mim o mundo já não me interessava ... ele abusava de mim, ele, porque você pode ter seu parceiro, mas se você não quer fazer sexo, você não pode ser forçada, e uma vez já não morando com ele, fiquei doente, estive hospitalizada e eu estava onde minha mãe morava, e naquele dia ele chegou bêbado e eles abriram a porta, eram umas cinco da manhã e ele entrou na sala perguntando por mim e a minha mãe disse que eu estava no quarto e entrou, ela pensou que ia me cumprimentar. Ele me pegou na frente da minha filha mais velha e tirou minhas roupas e como ele era forte, era forte, e com uma faca estava me ameaçando, ele disse que se eu gritasse ele matava à menina e me matava a mim, matava meu pai, minha fraqueza é meu pai, meu pai era meu tudo".*

A qual conecta com a história da vacinação e doença das filhas dela:

*"... e depois disso, cerca de quatro anos atrás, minhas filhas foram, aplicaram-lhes a vacina VPH, um tratamento a nível nacional, já todo mundo sabe mesmo dele ainda que o Estado não quer reconhecer. Eu tenho duas meninas, uma que completou dezoito anos, chama-se Lina Maria, a outra menina é Maria Jose, tem dezessete que os cumpriu agora em agosto. As minhas filhas lhes aplicaram essa vacina e **faz quatro anos estamos nessa guerra**, lutando contra o Estado para que reconheça o dano que fizeram às nossas filhas.. não sabemos o que fazer, nossas filhas estão se deteriorando, já vão, aqui na Carmen vão duas meninas mortas, uma tirou a própria vida há dois anos, a outra garota, em 31 de dezembro tem um ano que morreu, por lúpus, há outra menina na cidade de Cartagena hospitalizada, tem três meses de estar a criança hospitalizada na Unidade de Cuidados Intensivos, tem lúpus, já lhe fizeram cirurgia de pulmão, a menina continua com o mesmo, ela está se deteriorando a cada dia mais e que o Estado não nós quer reconhecer, não quer aceitá-lo, não vai aceitar o dano que fizeram às nossas filhas, porque, infelizmente, quando você não conhece ou não investiga, a gente confia, a gente confia no Estado, a gente confiou no Estado em que a vacina era segura e deixamos que fosse aplicada nas nossas filhas. Aqui no Carmen não cumpriram com o protocolo da vacina, aqui não revisaram, antes de tudo, que o primeiro do protocolo era que nós passaram uma carta para nós assinar uma autorização para nossas filhas serem vacinadas, isso aqui não se deu. O protocolo de que a vacina devia ser aplicada por enfermeiras especializadas, treinados, também não foi feito. Sabemos que a pessoa que trouxe a vacina desde Cartagena está aqui no Carmen, como não foi bem manipulada, a vacina se perdeu, a gente diz aqui que a vacina tem seus efeitos colaterais, a vacina não foi bem manipulada, perdeu a cadeia de frio, as meninas nos dizem e hoje sabemos que o protocolo indica que devem se revisar os antecedentes, que se as meninas estão doentes, que se tem necessidades, os antecedentes familiares, isso aqui também não foi feito, nossas filhas, por exemplo, minhas filhas chegaram dizendo mamãe eu já me vacinei...".*

A narrativa de Diana dialoga em múltiplos sentidos com a de Isabel, mas também vai trazer novos elementos para a análise. De um lado, as três características mencionadas estão presentes. A vivência de vários episódios de violência sociopolítica em cenários onde concomitantemente há presença de grupos armados e processos de paz no marco de contextos de profunda desproteção às vítimas em geral e as mulheres, em particular, o qual as vai submeter à novos episódios de violência marcados pelo regime de gênero.

Mas do outro lado, amplia nossa perspectiva sobre a denominada violência direta - e nos evidencia o sequestro da denominação de política – que experimentam as mulheres nos períodos de guerra e “paz”, em um continuum de violências sobre o corpo da mulher, vinculadas às significações do patriarcado de seus corpos como objetos sexuais ou máquinas reprodutivas disponíveis, associadas à noção da mulher como propriedade da comunidade, do grupo armado ou do seu parceiro. Essa noção é o que determina muitas das suas trajetórias de vida e histórias de violência (Aolain, Cahn e Valji, 2018; Cortés, 2014).

Como foi mencionado anteriormente, segundo Aolain, Cahn e Valji (2018), após o conflito, a violência contra as mulheres pode até aumentar diretamente ligada à falta de cenários de segurança e impunidade, como no caso colombiano. A violência contra as mulheres na sua comunidade, casas particulares e “espaços privados” pode ser estabelecida como um continuum ou agravamento da violência formal de conflito.

Esta temporalidade pode ser desagregada analiticamente - cenários de conflito e pós-conflito - mas nas narrativas das mulheres, o significado destas violências tem um fio condutor que elas apropriarão para suas apostas de agência, resistência e mobilização social em torno aos processos de reparação, como no caso de Diana que posteriormente será líder de um coletivo que luta contra as violências exercidas sobre as mulheres. Esse continuum por suposto, está vinculado ao regime de gênero que enquadra as violências diretas na guerra, na transição e na paz.

Em segundo lugar, a história de Diana aprofunda a perspectiva de análise para evidenciar uma segunda capa de violências nos períodos de transição e construção de paz: as estruturais, as quais têm dimensões institucionais e simbólicas. Através da narrativa de Diana e de outras mulheres vamos conhecer, por exemplo, instituições educativas e de saúde patriarcais que violam o direito a decidir sobre seus corpos - as meninas e mulheres adultas -, fazendo ainda mais precárias as suas vidas como o caso de Diana. Vidas que foram marcadas pelo conflito armado e que interagem com

instituições que tutelam seus corpos ao não as reconhecer como sujeitos de direitos, e que reproduzem a injustiça social de forma geral e de gênero especificamente, as quais tem um efeito desproporcionado na vida das mulheres.

### 2.3.2 Violência estrutural

Bourgois (2004b) define a violência estrutural como a opressão político-econômica historicamente enraizada, sinônimo de injustiça social, varia desde intercâmbios comerciais internacionais exploradores, à condições de trabalho locais abusivas e altas taxas de mortalidade infantil. O termo foi trazido para os debates acadêmicos por Galtung (1969), que a planteava como uma forma abstrata da vida social, usada para subordinar as pessoas; a fórmula geral por trás da violência estrutural é a desigualdade, acima de tudo a distribuição de poder e de recursos, tanto materiais como simbólicos, como veremos na aprofundamento da narrativa de Diana:

*“E eu disse para ela que bom Mija, que bom, porque no momento em que eu estudei isso (a vacina) não foi aplicada para nós, que bom. Quero dizer que eu me senti como que segura da saúde das minhas filhas, que hoje em dia é mais terrível, porque a minha filha mais nova fez três tentativas de suicídio, minha filha sofre muito, ela tem muitas crises, iam a enviá-la para interná-la em um centro psiquiátrico. Não aceitei porque nossas filhas não são loucas, nossas filhas estão doentes porque você desespera doente, quantas pessoas com doença não tem se suicidado por que, porque eles já estão desesperados, não há cura, não há solução e a uma pessoa com câncer lhe dizem, bem, você tem câncer e o tratamento é este. Mas nossas filhas não, a nossas filhas lhes dizem que é uma histeria coletiva psicogênica e não há tratamento, não há nada, nada para nossas filhas. Então, isso é o que mais nós dói e que o Estado, o mesmo presidente, o mesmo ministro, dizem que nossas filhas não têm nada, a criança, que a vacina é cem por cento segura e que não é isso, porque a gente de mãe conhece seus filhos e minhas filhas eram meninas saudáveis, que de repente ficaram doente com uma gripe, com febre, porque igual o corpo está para isso, mas não para doenças que está desenvolvendo a vacina. Minha filha foi-me diagnosticada com um desgaste dos neurônios emocionais, a outra menina também uma dor de cabeça crônica e outra menina também tem dores de cabeça crônicas, dor nas pernas. A minha filha mais velha se lhe paralisa a perna, está estudando em Cartagena, mas com muito trabalho, sacrifício e há momentos em que quando se lhe paralisa a perna eu tenho que pagar-lhe táxi, que a levem e tragam e isso fica muito caro para mim. Passa com muita dor de cabeça, dor nas pernas, enjoo e às vezes se esquece um monte das coisas. Essas coisas são as que doem porque você sabe que seus filhos não são assim, não estavam assim e o Estado por isso mesmo não nos que aceitar.....Sim, e quando nossas filhas são levadas para a sala de emergência, falam ai vêm as loucas, elas vêm fazer o show, elas não têm nada, elas estão é falta de marido, elas estão grávidas... Minha filha estava fazendo educação física, ela não queria ser vacinada, os professores ameaçaram que se não, ela perdia o ano e minha filha correu e foi para o banheiro e eles a tiraram do banheiro e deram a vacina, estava sufocada e aí ela teve um desmaio, desmaio e vontade de vomitar. Aí minha filha até agora, minha filha com o*

*problema dela, é por isso que temos certeza que foi a vacina, se não foi a vacina, por que aos meninos não lhes dá?*

O objetivo do conceito de violência estrutural implica uma extensão semântica da palavra violência, cujo objetivo é mostrar que sua ameaça está presente institucionalmente, mesmo quando não há violência no sentido literal ou direto. Responde ao fato de que tem como causa os processos de estruturação social (daqueles que ocorrem em escala mundial, àqueles que ocorrem dentro das famílias ou em interações interindividuais) e não precisa de nenhuma forma de violência direta para ter efeitos negativos sobre as oportunidades de sobrevivência, bem-estar, identidade e/ ou liberdade das pessoas (LaParra e Tortosa, 2003).

O termo violência estrutural não é o único possível. Também podemos falar de violência sistêmica, oculta, indireta ou institucional. O termo violência estrutural é útil para introduzir os mecanismos de exercício do poder como causas de processos de privação das necessidades humanas básicas. Quando falamos de violência, nos situamos mais facilmente no campo semântico do poder do que quando se usam termos como pobreza ou desigualdade, que muitas vezes são abordados do ponto de vista econômico, um campo que, naturalmente, não pode ser ignorado.

Por suposto, que esses argumentos não implicam a ideia de que os termos desigualdade ou injustiça social devam ser substituídos pelo termo violência estrutural. O que eles indicam mais é que a conceituação, em termos de violência, da insatisfação das necessidades humanas tem uma utilidade analítica de grande aplicabilidade, pelo menos quando os objetivos da pesquisa se movem dentro dos campos da insatisfação de necessidades, explicação da violência direta e os mecanismos de poder social, com objetivo de fazer crítica dos mecanismos legitimadores da desigualdade (LaParra e Tortosa, 2003).

Portanto, a maioria das narrativas das mulheres vai falar dos processos de subordinação que vivenciam em seu dia a dia. A história de Diana nos mostra a violência exercida por instituições educativas e de saúde - um disciplinamento, regulação e tutela dos corpos de meninas e mulheres adultas - acompanhado pelo enquadre feito também por estas instituições das necessidades e demandas das mulheres nos tempos de paz, transição e guerra; alusões a sua sanidade mental, à falta de trabalho doméstico, parceiro ou filhos, a invisibilização ou minorização destas enquanto não representam o *Um universal* ou a culpabilização frente às suas próprias condições de

precarização e vulnerabilidade em uma reprodução simbólica e material do regime de gênero:

*Sim, pelo menos um dia nós viemos de uma reunião, nos encontramos na polícia, este, um policial recebendo-lhe a informação a uma garota que tinha sido vítima em sua vereda, uma vítima de violência sexual. O pai e a irmã estavam na antiga sede da promotoria, estão a gente ficou assistindo, mas de uma forma disfarçada, a gente falando 'a motocicleta ainda não vem estamos esperando aqui porque que o motorista disse que devíamos esperar aqui neste lugar' porque o polícia estava nos observando diria essas fofoqueiras, começamos a observar e, em seguida, ele diz, ele estava dizendo-lhe '**aja e por que isso aconteceu com você, com certeza você dormiu com a porta aberta de sua casa**' a verdade é que eles a empurraram. Bem, a verdade é que depois de que pediu toda a informação à garota e ao senhor que estavam mal 'trajeados', porque a garota tinha a blusa partida e no rosto se via onde o homem a tinha maltratado toda, para abusar dela: '**bem a verdade é que aqui na polícia não se recebe essa informação, você tem à promotoria ou lá à comissária de família.**' (Narrativa de Juana).*

A violência estrutural resulta relevante analiticamente, dado que os mecanismos de subordinação cotidianos – no acesso aos recursos materiais a nível institucional ou organizativo, aos recursos simbólicos nas suas comunidades ou a limitação na participação dentro da toma de decisões e na construção dos processos de paz – são os que vão dominar as narrativas das mulheres relacionados com os períodos de transição.

O tipo predominante de relacionamento narrado não é o ato violento concreto – o espetáculo ou excepcionalidade da violência política direta (ainda que muitas vezes isso possa acontecer), mas o uso de mecanismos diferentes para produzir uma distribuição, acesso ou possibilidade de usar recursos desfavorável às mulheres, reproduzindo a sua subordinação.

Isso implica reconhecer outros tipos de danos que afetam as mulheres e que devem contemplar-se nos processos de reparação: a violação de seus direitos econômicos, sociais e culturais – já afetados pelo regime de gênero prévio ao conflito. No entanto, intensificados pela guerra em razão de que as mulheres vão ser quem enfrentarão as consequências da violência política e civil em forma de assassinatos ou desaparecimentos forçadas muitas vezes exercidas contra seus familiares masculinos - pais, irmãos, parceiros.

Além da violência sexual na guerra, o deslocamento forçado impelida de forma desproporcional as mulheres, intensificando as suas tarefas de cuidado - já designadas pela sociedade patriarcal – mas em situações de profunda precarização e de violência estrutural:

*Quando eu tenho essas dificuldades, uma quando se torna chefe da casa mulher, mãe, pai, filhos e tudo se torna mais difícil e às a gente tem meses e dias que não alcança a ser nem pai nem mãe nem filhos porque tudo se lhe vá a um, como não se encontra a saída, a gente vê a magnitude do que tem acontecido com a gente” (Narrativa de Janeth)*

*“Principalmente eu tenho, um neto mas é como se ele fosse meu filho porque ele é de uma filha minha e eu o tive desde que ele nasceu porque ele era uma criança totalmente negada, depois o pai o reconheceu porque ele viu que sim era seu filho, eu tenho sido a dele desde que nasceu. Eu tenho meu pai que tem oitenta e sete anos quem se desmentiso (ficou com dificuldades mentais) quando assassinaram meu irmão, até agora eu tenho ele, um homem que sofreu muito. Meu neto que é deficiente não conta porque a Colômbia tem muitas leis mas elas não são cumpridas, eu sempre disse que elas são cumpridas mas para o mais imbecil, ou para o mais aproveitado. Eu tenho um neto de 21 anos que não tem ajuda, tem retardo mental compulsivo, tenho sofrido muito porque às senhoras já não as empregam, então eu sempre disse que sou uma mulher potente que ainda sinto a necessidade de trabalhar.... Após o deslocamento me formei no ensino médio, era uma vantagem, aqui me dizem que eu digo, eu quero continuar estudando mas às vezes a gente vê a discriminação, uma das formas que discriminam a gente é por ser uma mulher, é pelas idades também. Eu tenho a minha idade, mas, por vezes, a gente tem a sua idade, mas me sinto competente para trabalhar, e são uma das coisas que às vezes meus filhos me dizem, mami você que se capacitou, você que já fez ensino médio; depois do deslocamento aproveitando a conjuntura mas então eu nunca tive a oportunidade de ter um trabalho para ajudar o meu marido, a minha família, é uma das coisas que se vê entre as mulheres que há muito desemprego. Muitas mulheres desempregadas, porque não dão oportunidade à gente, às vezes trabalho, trabalhando às vezes se resolvem os problemas e tudo o que são problemas mentais tem um poder e não tem para resolver problemas. Eu tenho sido uma mulher muito sofrida, pelo contexto de uma família grande e onde, como fazemos, então essas são as fraquezas que tenho sentido durante o período de deslocamento, eu passei muito trabalho com meus filhos aqui, enfrentando uma situação que eu não esperava. (Narrativa de Carmela).*

A necessidade da ampliação deste quadro de violências a nível estrutural tem se evidenciado em pesquisas feitas nos períodos de transição em países da América latina – tanto em pesquisas com mulheres como com outras populações – as quais compartilham resultados e análises similares a esta pesquisa.

Theidon (2006), estudando as comissões da verdade posteriores ao conflito armado entre as guerrilhas e o Estado do Peru, começou a identificar diferenças entre os grupos focais mistos formados por homens e mulheres, e os grupos que, com a intencionalidade de introduzir o enfoque de gênero, eram exclusivamente de mulheres.

Os roteiros das histórias se distinguiam notavelmente: os homens narravam batalhas e ataques enquanto as mulheres tendiam a se concentrar sobre os aspectos da vida cotidiana durante a guerra. Apesar de os entrevistadores terem um especial interesse na violência sexual, a narrativa das mulheres centrava-se na perda de familiares – especialmente aqueles que tinham a responsabilidade econômica da família – e o impacto duradouro da sua perda, que além de emocional, tinha um aspecto

econômico, uma vez que a perda tinha aprofundado a sua situação de vulnerabilidade e pobreza.

Esses sujeitos testemunhavam sobre as maneiras como o conflito armado tinha afetado a vida cotidiana, com ênfase no aprofundamento das estruturas subjacentes das injustiças em suas sociedades. Embora a *Comisión por la Verdad y Reconciliación en el Perú* tenha adotado uma definição ampla de violência sexual, incluindo formas de abuso que vão além do estupro – um avanço importante –, a narrativa das mulheres mostrava que mesmo uma definição ampla de violência sexual pode resultar em uma definição estreita das dimensões de gênero da guerra (Theidon, 2006).

Como registrou Theidon, as mulheres peruanas, ao igual que as colombianas, se envolveram em atividades defensivas em suas comunidades. Também foram responsáveis por manter suas casas, enfrentando o duplo desafio da violência política e da pobreza, que era acentuadamente maior devido à guerra: “Embora o sobreviver possa ser ‘menos dramático’ do que a luta armada, uma análise da economia doméstica da guerra revela a medida que a própria sobrevivência torna-se em si mesma uma luta diária.” (p. 16, tradução nossa).

Cabe ressaltar que as mulheres, tanto nas entrevistas como nos grupos focais (do Perú nos resultados de Theidon e nos resultados desta pesquisa), insistiam em que a vida tinha mudado, tanto nas consequências destrutivas, como também nas possibilidades transformadoras da violência política, adquirindo mobilidade, recursos e oportunidades de liderança. Mas esta responsabilidade adicional veio sem qualquer redução nas demandas de seus papéis tradicionais. Ao falar sobre muitos fatores que estruturaram a sua vulnerabilidade durante e após o conflito armado interno, as mulheres nos dizem bastante sobre as formas permanentes e subjacentes de desigualdade que permanecem intactas durante os tempos de transição e paz (Theidon, 2006).

A importância das desigualdades estruturais em tempos de transição para construir os pilares de justiça, verdade e reparação aparece em outros cenários de pesquisa não necessariamente ligados ao gênero. É o caso da justiça transicional da Guatemala, onde Vanthuyne e Falla (2016) registraram reivindicações de líderes das comunidades indígenas no que diz respeito à insuficiência do apoio socioeconômico das instituições, governamentais e não governamentais, para que os grupos possam realmente recuperar suas perdas materiais vivenciadas no genocídio contra as suas comunidades por parte do exército da Guatemala e da ainda existente violação dos seus direitos.

Estas situações refletem o paradoxo básico existente no coração das reparações: há uma intencionalidade manifesta de possibilitar o retorno da vítima para as condições anteriores aos eventos violentos, mas em si mesma essa é uma tarefa impossível de realizar, e muitas vezes não desejável, dado que muitas populações vítimas dos conflitos armados anteriormente já estavam em condições de precarização e subordinação como o caso das mulheres pelo regime de gênero ou os indígenas por regimes raciais.

As narrativas dos líderes indígenas constituem uma avaliação da contribuição, mas também dos limites, da ação política-legal que, essencialmente, teve como objetivo estabelecer o Estado de direito na Guatemala por meio da transformação dos sobreviventes dos massacres em cidadãos que conhecem seus direitos e reclamam seus direitos à reparação.

Reconheceram que graças a esses esforços seu povo estava agora em uma melhor posição para reivindicar os seus direitos de justiça e reparação, e, no entanto, apontam para os limites da ação política orientada para reparar violações passadas enquadradas no conflito, dada a situação socioeconômica anterior e atual da sua comunidade, definindo-a como um “genocídio de baixa intensidade”, e questionando o que implicaria um verdadeiro estabelecimento do Estado de Direito na Guatemala (Vanthuyne e Falla, 2016).

Como reparar tais violações, admitem os dois estudos, é uma questão muito complexa:

Devemos nos concentrar na responsabilização e reparação por violações de direitos civis e políticos, a fim de (re) construir simbolicamente a cidadania das vítimas? Ou devemos abordar as desigualdades históricas e as violações dos direitos econômicos, sociais e culturais “que muitas vezes precedem, correm paralelamente e seguem episódios de violência política”? (VANTHUYNE; FALLA, 2016, p. 15).

No entanto, tanto Theidon (2006) junto com Vanthuyne e Falla (2016), concluem que os resultados de pesquisas chamam a atenção para a importância do atendimento das necessidades materiais das vítimas de violência política nos processos de justiça de transição, bem como da necessidade de ampliar as noções de justiça dentro da JT, articulando de uma forma melhor as justiças retributiva e restaurativa e, com maior ênfase, a justiça redistributiva.

Temas que em particular têm sido historicamente excluídos do que é considerado como questões de gênero. Uma vez que as mulheres sofrem muitas vezes as experiências de violência de forma diferente com relação aos homens, desafiar a violência estrutural e as suas ramificações é particularmente relevante para mudar

assimetrias de poder prevaletentes, prevenir danos futuros e promover a justiça para as mulheres.

### 2.3.3 Violência cotidiana

Este conceito analítico faz referência às práticas diárias e expressões de violência em nível microinteracional: interpessoal, doméstico e delinqüencial. Conceito adaptado por Bourgois (2004b; c) de Scheper-Hughes (1996) para focar na experiência vivida individual que normaliza pequenas brutalidades e terror no nível da comunidade e cria um senso comum ou ethos de violência.

Resulta útil para a análise, porque as narrativas das mulheres sobre os períodos de transição vão colocar a ênfase nas necessidades e violências da vida diária, como os eventos de violência sociopolítica agravaram situações que já vivenciavam previamente à guerra em seu dia a dia, violência intrafamiliar, violências com as instituições e na sua comunidade, e dificuldades para satisfazer as suas necessidades humanas e das pessoas sob o cuidado delas.

Portanto, violência direta e a violência estrutural (em tempos de guerra e paz para as mulheres), ambos os termos são úteis para explicar um problema comum. Ambas as violências são as razões pelas quais as mulheres percebem o cotidiano como um campo de batalha, e não por acaso permanentemente façam uso de alegorias à guerra para descrever as suas situações rotineiras “*faz quatro anos estamos nessa guerra*”, afirmava Diana. E nos evidencia os desafios e amplia os marcos da justiça transicional, e especificamente em sua dimensão de reparação de direitos, quem tem se centrado na excepcionalidade dos crimes civis e políticos da guerra.

Estas narrativas vão problematizar justamente a oposição moral mencionada por entre a violência política “digna” e a violência “indigna” que afeta aos socialmente vulneráveis nas sociedades democráticas neoliberais e patriarcais na garantia da satisfação de suas necessidades humanas básicas – garantia de direitos - e na exposição diferencial e cotidiana à violência.

Sheper-Hughes (2004) com o conceito de violência cotidiana quer evidenciar a contradição entre crimes de guerra contra crimes comuns em tempo de paz, a qual adjetiva como surpreendente e assustadora. Partindo de que depois da guerra é esperado o retorno da normatividade, a sobriedade do tempo de paz, as noções de sociedade civil, os direitos humanos e a inviolabilidade da pessoa, além do direito inalienável de

pertença do próprio corpo. A autora levanta esta pergunta: O que aconteceria se - em tempos de paz - um clima de insegurança ontológica sobre os direitos do próprio corpo fosse fomentado por uma indiferença burocrática em relação às vidas e mortes dos marginais? E eu acrescento das vidas e mortes - do outro, das mulheres que não são nem aprendidas nem representadas no *Um universal*?

E continua perguntando-se: O assassinato e desaparecimento comum e anônimo, a rotinização da violência e a indiferença não são uma aberração? Ela argumenta que os eventos extraordinários na guerra têm esse status dado que a violência é dirigida contra cidadãos “honrosos” - aqueles protegidos pelo Estado. Relacionando estas abordagens com a análise de gênero e a justiça transicional, implica uma centralidade das violências civis e políticas no marco da guerra frente a violências e necessidades cotidianas das mulheres em suas relações interpessoais e nas interações com comunidades e instituições:

*“Nós mulheres temos um desafio grandíssimo, mas a nós não nos fica grande nada, no enquadre do conflito pelo simples fato de ser mulher nossos direitos foram violados. Pelo fato de sermos mulheres vítimas, mulheres deslocadas, continuam violando nossos direitos, porque somos mulheres.” (Narrativa de Natalia).*

O uso da violência - e particularmente certos tipos de danos - sobre algumas populações tem sido legitimado e a excepcionalidade se torna a norma (Sheper-Hughes, 2004). Segundo a autora, a violência contra essas populações - *as outras* - é entendida como natural e os crimes violentos contra os grupos dominantes são entendidos como socialmente produzidos. Essas violências que ela chama de crimes em tempo de paz sinalizam a rotinização da violência no cotidiano da vida contemporânea.

As práticas da violência cotidiana constituem outro tipo de terror do Estado, e para as mulheres o terror nas relações interpessoais cotidianas, isto é, o terror como o usual. Efeito que expressa Maria Liz depois da tortura e assassinatos do pai e irmãos dela pelas mãos dos paramilitares, e deslocamento forçado dela junto com a mãe e irmãs:

*Outro sentimento que eu senti como uma mulher, eu não sei, se foi o mesmo com os homens, eu não sei, mas eu como mulher porque aconteceram todos os fatos foi um medo terrível que eu não me atrevia a sair. Eu sentia de que ia a caminhar alguém por trás ia atirar em mim, ou se eu sentasse na janela eu tinha a sensação de que alguém chegava a me procurar e que ia a colocar a mão ali e que, bom todos os sentimentos que tinha eram assim, que eles iam acabar com a minha vida, então um sentimento muito feio”.*

Opera no cotidiano no mundo das pessoas (expostas à violência) na forma de rumores ou formas de interação dessas populações ou através de instituições, hospitais ou polícia, por exemplo, nas narrativas mencionadas. Tornando a violência contra as mulheres permitida, previsível e até mesmo esperada no mundo patriarcal diário. E as necessidades delas e das pessoas ao seu cuidado silenciadas, não contados em múltiplas formas, impondo opressão nas mulheres em seu dia a dia:

*“Desafios, os principais na vida, lutas pelos filhos, porque a gente fica com os filhos, leva as crianças para a frente, vir a tua casa sozinha, saber que não os posso deixar, , procurar, esses são os terríveis desafios que surgem a você na vida, tudo foi muito duro para mim porque o meu salário não era suficiente. Havia dias em que nada mais fazia uma refeição. Para dizer-lhe algo, uma refeição e com uma refeição íamos para a cama. Coisas que haviam de comer aqui, porque como lhe digo, eu tinha uma entrada na minha casa e os meus filhos chegaram numa altura em que fui onde uma amiga e lhe pedi que me vendesse a credito e disse ‘confie em mim’ e quando eu chegar, eu te pago. Eu trabalhei e quando o salário do mês chegou para pagá-lo, eu recebi e peguei, assim como um pequeno baralho a distribuí-lo.”*  
(Narrativa de Patrícia, cujo esposo foi assassinado pelos paramilitares).

De todas as histórias deduz-se que as relações econômicas, políticas, militares ou culturais configuradas na escala do sistema mundial e, portanto, em escala local, servem para estruturar o acesso aos recursos materiais e simbólicos e isso se traduz em formas involuntárias de privação das necessidades humanas mais básicas, de violação de direitos humanos. Portanto, o objetivo de Bourgois (2004b, a; c) sob esta camada de análises é desenvolver uma perspectiva de economia política que interaja com o gênero como regime de poder e também reconhecer a ligação entre ações individuais íntimas e a determinação estrutural social.

Para isso, tanto Bourgois (2004a) como Farmer (2004) concordam em que as experiências de violências e como interagem entre elas não são efetivamente expressadas em estatísticas ou gráficos. Para compreender os mecanismos das forças sociais – pobreza, racismo, sexismo – e como se incorporam na experiência individual privilegiam os detalhes das biografias e narrativas. E planteiam como necessidade inserir as narrativas na cultura, história e economia política – as relações de gênero, raça ou classe – para visibilizar vítimas muitas vezes anônimas que não aparecem nas grandes narrativas de guerra, e eu acrescento nas transições e processos de construção de paz.

Segato (2016) não faz uso do termo de violência cotidiana, dentro das suas teses fundamentais está que o terror estatal das ditaduras deu lugar a um terror difuso que está instalado de forma capilar na sociedade.

Segundo a autora é um sinal incontestável do processo dos tempos e do modo de vida que foi imposto no capitalismo tardio: “Nesta época, o sofrimento e a agressão impostos aos corpos das mulheres, bem como a espetacularização, a banalização e a naturalização dessa violência, constituem a medida da deterioração da empatia em um processo adaptativo e instrumental às formas históricas de exploração da vida.” (p. 104, tradução nossa). Trata-se de refletir sobre o capitalismo neoliberal e o regime de gênero, os quais não atuam paralelamente, pelo contrário, atuam duplamente na vida cotidiana das mulheres na guerra e na transição, nas violências que vivenciam e nos danos que são reconhecidos a ser reparados, como discutirei no capítulo seguinte.

Estudos feministas em justiça de transição começam a desafiar a conceituação de transições da violência política como um fenômeno exclusivamente público, no qual conflitos violentos em ambientes públicos entre atores armados se movem para conflitos não violentos em instituições públicas que incorporam atores formalmente armados (O’Rourke, 2017).

Essa literatura busca, em vez disso, uma conceituação mais ampla das transições da violência política exigindo, por sua vez, uma transformação positiva na esfera privada, e que modifique as desigualdades estruturais de gênero. Consequentemente, os argumentos apontam sobre a importância da participação das mulheres para os processos sustentáveis de justiça transicional, os quais atualmente são baseadas em interesses políticos que excluem da tomada de decisão as mulheres.

O argumento é que o gênero é crítico para determinar a experiência de violências e as prioridades na justiça de transição. Como quis evidenciar através das narrativas, as mulheres geralmente experimentam diferentes padrões de danos, questionam o enquadre de “antes” e “depois da guerra, e suportam o fardo desproporcional de cuidar de familiares dependentes jovens e idosos. Estes dois elementos, analisar as experiências de justiça e reparação – a partir das experiências de violência na guerra e na transição – nos *Montes de Maria* e a participação das mulheres na luta pela reparação serão os eixos centrais do terceiro capítulo.

Para concluir, concordando com Segato (2016a; b) precisamos desmontar, nos opor e redirecionar o esquema binário e de minorização das questões das mulheres, que não apenas derivam em danos nas vidas das mulheres, mas também nas danificações

que afetam a sociedade contemporânea como um todo. A justiça transicional e os danos e violências que ela reconhece são permeados pelo discurso igualitário da modernidade, mas como afirma Segato (2016b), a igualdade jurídica, liberal mascara um mundo progressivamente desigual.

O patriarcado moderno usa a igualdade formal de direitos como uma entrada falsa das mulheres na cidadania, garantindo-lhes um direito igual aos direitos que foram configurados com base em protótipos androcêntricos ou que não incluem as necessidades de todas as pessoas (Bodelón, 2014). Oposto a essa abordagem está um feminismo que aborda a cena histórica em primeiro lugar e considera o destino das mulheres naquela cena histórica como um domínio de leitura fundamental para localizar o poder e analisar a maneira como ele é exercido.

Com a distinção entre violência política-direta e estrutural que é disseminada e incorporada no dia a dia dos subordinados através da violência cotidiana, a violência torna-se bilateral, mas também tripartida, e assim será com a paz a qual é concebida como a ausência de violência (Galtung, 1969).

Um conceito estendido de violência leva a um conceito ampliado de paz – e de reparação. Centrar-se só no primeiro tipo de violência vai ser denominado como paz negativa pelo autor, enquanto incorporando os outros aspectos vai ser designado como paz positiva. Ele argumenta que a ausência de violência política-direta não leva a uma condição definida positivamente, enquanto a ausência das outras violências – particularmente a violência estrutural é o que chamamos de justiça social, que é uma condição definida positivamente como distribuição igualitária de poder e recursos.

E isso significa que a teoria da paz está intimamente conectada não apenas com a teoria do conflito, mas também com a teoria do desenvolvimento (Galtung, 1969). Nesse sentido, que a justiça transicional não está unicamente integrada pela justiça retributiva, e em uma segunda camada com a justiça restaurativa, mas de forma mais profunda com a justiça transformativa, como será discutido no próximo capítulo.

## **CAPÍTULO 3 – LUTAS PELA REPARAÇÃO: AGÊNCIA E LIDERANÇA DAS MULHERES**

### **3.1 Razão humanitária e paz minimalista**

No contexto da violência sociopolítica e da construção da paz, os quadros de governação das políticas públicas e o quadro legal que garante, no caso das vítimas, os direitos de verdade, justiça, reparação e não repetição, desempenham um papel fundamental, uma vez que refletem os entendimentos políticos e sociais que foram construídos sobre as causas e consequências do conflito e, por conseguinte, os objetivos que devem ser alcançados no contexto dos períodos de transição e construção da paz, inclusive afetando os eixos centrais destes, como o perdão, reconciliação e justiça (Castrillón-Guerrero *et al.*, 2018; Ramírez-Orozco, 2014; Rettberg, 2003, 2013).

Dois enquadramentos têm influenciado a compreensão dos efeitos das experiências violentas sobre os sujeitos, que refletem a discussão de diferentes saberes. De um lado, a estrutura médico-psicológica, que começou a ser construída na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), baseada no trauma e, especificamente, no transtorno de estresse pós-traumático, referindo-se a uma leitura individual do dano e do tratamento; por outro lado, um quadro baseado em direitos humanos, que conecta o sujeito com o contexto social e comunitário, introduzindo a dimensão política nos processos de reparação das vítimas (Sacipa *et al.*, 2013).

O direito à reparação para as vítimas é mediado por políticas públicas e marcos legais, que refletem a relação entre o Estado e a sociedade e orientam os sistemas e serviços sociais, incluindo a gestão, o planejamento, as sanções e participação democrática. Essa organização abrange fatores políticos, econômicos e sociais que condicionam o acesso a bens e serviços para garantir direitos. Esses fatores, também discursivos e culturais, transformam a subjetividade do indivíduo, como sujeito de direitos e cidadania ou, ao contrário, um indivíduo cuja subjetividade se reduz à sua condição de doente ou doente mental e/ ou ao prolongamento dos processos de revitimização.

Esses fatores são moldados pelos discursos contemporâneos sobre conflitos e violência, que atualmente estão sendo debatidos entre políticas de justiça e políticas de compaixão (Fassin e Vásquez, 2005). O discurso da razão humanitária, o trauma e saber psiquiátrico, mudar a compreensão da violência de uma linguagem política para a linguagem médica, é um dos mais importantes nas últimas décadas, gerando processos

de subjetivação política baseada na biolegitimidade, entendida como "um maior reconhecimento da integridade do corpo da pessoa, ou, dito de outra forma, reconhecendo a pessoa passa antes do reconhecimento do corpo alterada ou sofrimento" (Fassin, 2004, p. 22), em oposição ao quadro de direitos humanos; é a proteção do corpo biológico sem a consciência crítica de sua ontologia social, isto é, das condições sociais, políticas e culturais nas quais o corpo humano sobrevive ou vive.

No que se refere ao conflito armado na Colômbia e às vítimas de experiências violentas neste país, é necessário problematizar as formas de requalificação da guerra, eminentemente política, e a constituição deste tipo de governança como uma estratégia de subjetivação e controle das vítimas, em detrimento exigibilidade dos direitos através de canais políticos e jurídicos.

Fassin (2012) argumenta que a razão humanitária é uma noção com morfologia variável, um objeto ético com valor agregado, por meio do qual múltiplos agentes justificam suas decisões e ações políticas. Humanitarismo é uma economia moral do governo de vida, usa as relações de poder e argumentos morais para os processos de tomada de decisão política e replica as desigualdades, hierarquizando o valor e a legitimidade dos sujeitos.

Tornou-se uma maneira de governar as vítimas da pobreza – desabrigados, desempregados, exilados e vítimas de desastres, epidemias e guerras, cada situação caracterizada pela precariedade. Precariedade refere-se a uma ontologia social da vida, ou seja, a necessidade de várias condições sociais e econômicas para que permaneça como tal, em oposição à vida compreendida como um impulso interior para viver (Butler, 2010).

Isto implica que a vida não existe sem as condições que a mantêm na sobrevivência, predominantemente sociais e sedimentadas na interdependência nas relações sociais reprodutíveis e nas relações com o meio ambiente. A apreensão da vida como precária pode tomar dois caminhos: por um lado, proteger essa vida e assegurar as condições para sua persistência e prosperidade; por outro, para gerar a potencialização da precariedade por meio da desproteção e da violência.

A precariedade política refere-se à alocação diferencial de precariedade (Butler, 2010). Historicamente, mecanismos foram desenvolvidos para maximizar a precariedade de alguns e minimizá-los para outros. Um desses mecanismos é a violência estatal, que opera por meio da promoção de guerras internas (como no caso da Colômbia), guerras com outros países (como a promovida pelos Estados Unidos contra

países do Oriente Médio) ou de acesso diferenciado a recursos e bens sociais que concretizam direitos (como em processos de reparação e construção da paz). O humanitarismo pode atuar nesses três cenários de maximização da precariedade, funcionando como justificativa moral para intervenções e políticas militares que geram acesso diferenciado a bens sociais.

Segundo Fassin e Vasquez (2005), três características do humanitarismo podem ser identificadas. Primeiro, tem uma relação especial com o tempo. A temporalidade da intervenção humanitária é a emergência – entendendo a violência e os períodos de intervenção como excepcionais dentro dos contextos políticos e sociais dos países – e, portanto, as decisões e ações políticas devem ser imediatas, em contraposição do quadro temporal estruturador da desigualdade do regime de gênero e do capitalismo, que exigem decisões e ações políticas de longo prazo.

Em segundo lugar, o humanitarismo não procura garantir direitos ou igualdade, sendo esta a segunda característica dessa economia moral. Seu objeto de intervenção é salvar vidas, a precariedade da existência e a nudez da vida; as vítimas são principalmente corpos biológicos com necessidades imediatas, mas não sujeitos sociais cujas condições econômicas e políticas devem ser mantidas e protegidas.

A temporalidade do humanitarismo e seu objeto se articulam a uma terceira característica desse tipo de intervenção social: o fundamento na compaixão (um sentido de comunhão no sofrimento), buscando mobilizar as emoções e valores das pessoas (Fassin e Vásquez, 2005). Ao evocar a emoção, a noção de direito é diminuída, e a demanda por justiça é transformada em uma exibição de dor física ou psíquica para provocar compaixão; em outras palavras, o sujeito político se torna sujeito de sofrimento. Os sentimentos morais, neste caso de compaixão, são emoções que direcionam nossa atenção para o sofrimento dos outros e nos fazem querer remediá-los. Eles conectam afetos e valores, precedendo a empatia ao sentido e valor do justo (Fassin, 2012).

A perspectiva humanitária tem predominado nos quadros legais dos acordos de paz e leis das vítimas<sup>11</sup> e, nas histórias de reparação das mulheres vítimas do conflito na Colômbia, como irei apoiar neste capítulo, este olhar reflete a concepção sobre a construção da paz, que tem predominado no contexto colombiano, inscrito numa visão

---

<sup>11</sup> A análise do arquivo e dos marcos legais do Estado colombiano com relação ao direito à reparação das vítimas de conflitos armados foi objeto de minha dissertação de mestrado em SARMIENTO, L. Conflito armado na Colômbia: Marcos de governança em acesso aos direitos à saúde mental e à reparação integral. Brasília, UnB, 2015. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/18395>.

minimalista ou paz negativa, segundo Galtung (1969). Uma das principais tensões teóricas e práticas da construção da paz centra-se na agenda que este processo deve compreender, que é debatido entre visões minimalistas e maximalistas (Rettberg, 2003, 2013).

Segundo esta autora, estes dois polos incluem: "No primeiro caso, a construção da paz é reduzida para superar as consequências específicas do conflito, enquanto uma visão maximalista se concentra em parar a guerra e, além disso, gerar as condições conducentes ao desenvolvimento econômico, político e social "(Rettberg, 2003, p. 15, tradução nossa).

Portanto, uma visão minimalista seria focada em um tipo de violência – violência sociopolítica – e em um tipo específico de conflito, especificamente nos armados, deixando de lado outros conflitos sociais que, a partir de uma perspectiva política do conflito armado colombiano eles têm sido geradores de guerra, conflitos sociais como a desigualdade econômica que tem como consequência condições de pobreza e pobreza extrema na maioria da população, principalmente na população rural, e por outro, conflitos políticos que se expressam na disputa pelo poder fora dos canais democráticos e a expressão da intolerância ideológica pela violência (Ramírez-Orozco, 2014). E no caso específico das mulheres, o regime de gênero que as subalterniza no acesso aos recursos materiais e simbólicos na vida pública e nas relações cotidianas.

As compreensões minimalistas e maximalistas da construção da paz refletem, como mencionado acima, as interpretações das causas dos conflitos armados e suas consequências, e as maneiras pelas quais elas devem ser resolvidas, análises que não são neutras sob um ponto de vista político (Rettberg, 2003).

Ramírez-Orozco (2014) reconhece posições ideológicas nesse debate, de um lado a direita e particularmente a extrema direita, que por um lado despolitiza o conflito, ao não reconhecer alguns dos grupos armados – particularmente os grupos insurgentes – como atores políticos e buscando uma solução negociada para o conflito através da submissão destes à normatividade e justiça prevalentes, sem contemplar uma agenda política que revise as questões estruturais do país. Por outro lado, setores progressistas liberais e esquerdistas que reconhecem as causas estruturais do conflito – social e político – e, portanto, a necessidade de justiça transicional e um processo de construção da paz que visa transformar o contexto colombiano a longo prazo.

Essas duas interpretações do conflito e especialmente de sua resolução têm um impacto sobre as maneiras pelas quais as várias atividades de construção da paz que têm

dimensões preventivas, paliativas e restaurativas são projetadas e implementadas (Rettberg, 2003).

Particularmente, a perspectiva minimalista conecta-se com o humanitarismo, nas três características mencionadas acima, sua capacidade de resposta é de curto prazo e temporariamente limitada ao período de conflito armado. Estabelece os objetivos da construção da paz em termos de redução de homicídios (salvar vidas) e reconstruir as consequências físicas dos atingidos pela guerra, deixando de lado os debates sobre a responsabilidade do Estado pela garantia e reparação dos direitos sociais, econômicos e culturais que implicaria padrões de intervenção temporários mais amplos na construção da paz, uma vez que implicariam mudanças neurálgicas sociais, econômicas e políticas.

A reflexão e crítica do maximalismo gira em torno do fato de que a redução de homicídios é necessária, mas não suficiente, pois se concentra na redução da violência política visível, sustentada e quase excepcional, sem considerar as violências estruturais que afetam precariamente a vida das pessoas, sujeitos, geradores da guerra e quem poderia eventualmente forjar uma recaída no conflito armado (Rettberg, 2013).

### **3.1.1 Construção de paz e crítica feminista**

Essa reflexão também tem sido o eixo central das críticas feministas aos processos de construção da paz que envolvem processos de justiça transicional e de reparação. Estudos de gênero e conflito, acompanhando uma visão maximalista de construir a paz, estabelecem que a expectativa sobre os processos de transição próprios do pós-conflito abarca três planos temporais: o passado, ao reconhecer, punir e reparar as infrações e violações cometidas no conflito, o presente, ao estabelecer novos marcos éticos e institucionais em sociedades em transição, a fim de evitar no futuro a ocorrência de novos conflitos, violência, injustiças e conflitos (Buckley-Zistel e Zolkos, 2012; Valji, 2007).

No entanto, esta perspectiva temporária abre questões, particularmente para as mulheres, as quais quero lembrar perpassam esta reflexão. Qual é o significado da construção da paz prevalecente, que tipos de injustiças e direitos estão sendo reparados do passado e como isso transforma as relações sociais de gênero nas fases pós-transição?

A luta para ampliar o quadro de injustiça e violência contra as mulheres no contexto de conflitos armados e períodos de construção da paz ocorre em duas

dimensões como foi evidenciado no capítulo anterior. O primeiro enquadra o tipo de crime e os direitos que são reconhecidos, respectivamente, como específicos para punição e reparação dentro do período de transição, e que são relevantes para as mulheres – em minha análise, violências sociopolíticas, estruturais ou cotidianas. E, em segunda instância, está o período temporário que essa construção da paz abrangeria – tendo em consideração que o gênero não conhece de tempos de paz.

Com o fim de incluir na reparação e transformação, além dos crimes e das injustiças específicas do período de conflito, as discriminações e a violência estrutural, anteriores ao conflito e ainda operante mesmo com o abandono de armas, novamente em consonância com uma perspectiva maximalista da construção da paz.

Vou aprofundar a discussão sobre essas duas dimensões. Como dito acima, justiça, verdade, reconciliação e garantias de não repetição são objetivos centrais da construção da paz. No entanto, vale a pena perguntar se esses objetivos são alcançáveis em contextos de desigualdade e exclusão. Essas duas condições são, de fato, as causas de vários casos de violência e conflito no mundo. O patriarcado é uma das estruturas de poder mais difusas entre as que constroem hierarquias, subalternização, violência e desigualdade. Portanto, como pode a construção da paz avançar sem contemplar e ajudar a transformar este regime?

Como foi evidenciado, por causa do poder patriarcal as mulheres experimentam violência desproporcional na guerra. Longe de enraizar o estereótipo da identidade das mulheres no conflito como vítimas, esta constatação implica reconhecer que as experiências das mulheres em ambos os conflitos e transições diferem por causa das relações de poder e que essas injustiças e essas necessidades, reparos mais extensos foram ignorados na construção da paz (Aolain, Cahn e Valji, 2018; Sigsworth e Valji, 2012; Valji, 2007).

Nagy (2008) sugere que as estruturas hegemônicas sobre violações de direitos humanos foram construídas de forma restrita, geralmente excluindo a violência estrutural e de gênero e concedendo privilégio a respostas legais e abstratas – o que é chamado de paradigma legalista – em detrimento, às vezes, das realidades cotidianas das mulheres. O foco na violência política tem enfatizado o aspecto – extraordinário e excepcional – das violações dos direitos civis e políticos, negligenciando os direitos econômicos, sociais e culturais – DESC (Nagy, 2008), concordando com a visão maximalista da construção da paz e a crítica à economia moral do humanitarismo. Valji (2007) concorda com a análise da seletividade e privilégio nos períodos transicionais de

direitos políticos e civis sobre os DESC em cenários de violência estrutural: desigualdade, exclusão, marginalização e discriminação.

No caso específico das mulheres, o direito internacional e as visões de construção da paz refletem uma experiência masculina do conflito, sem levar em conta o impacto específico dele na vida das mulheres em várias áreas evidenciadas: falta de acesso a serviços básicos ou insegurança contínua, transformação forçada e multiplicação de demandas sobre as mulheres, muitas vezes assumindo as tarefas de perder os membros masculinos da família, chefes de família com todas as responsabilidades que o cotidiano laboral, econômico e social implica um estado precário depois de viver eventos violentos em suas vidas.

Além disso, assumir processos administrativos e judiciais derivados de seu status de vítimas e, em muitos casos, mobilizar recursos para garantir sua própria segurança e a de suas famílias. Dentro de um contexto institucional e social adequado, isso implicaria novos cenários e possibilidades de agência para as mulheres.

No entanto, o que foi provado em outros cenários de guerra é que as mulheres enfrentam um contexto de discriminação contínua e sistemática, que às vezes pode aprofundar a precariedade pré-existente (Bell, 2018; GMH, 2011). Como evidenciarei adiante, nas narrativas desta pesquisa os processos de reparação e a participação em cenários públicos variarão em função da pertença a movimentos e coletivos sociais. E, assim mesmo, essa participação e liderança tem desafios próprios do gênero.

O que foi registrado é que, para muitas mulheres, o período de transição, reconstrução e reestruturação de suas vidas após eventos e conflitos violentos está amplamente relacionado às necessidades diárias de sobrevivência.

Portanto, do ponto de vista de gênero, é necessário reformular os significados de justiça, paz e reparação e conectá-los com uma perspectiva maximalista, uma vez que as experiências de injustiça vivenciadas pelas mulheres podem não estar codificadas no direito internacional, na justiça, transição tradicional, nos enquadramentos humanitários hegemônicos ou no minimalismo que tem prevalecido nos acordos de paz implementados na Colômbia. E sim, articulados à desigualdades estruturais como os padrões existentes de feminização da pobreza ou o agravamento da pobreza quando um Estado decide transferir suas despesas dos serviços sociais às atividades militares (Valji, 2007).

A reavaliação das noções fundamentais de verdade, justiça e reconciliação desde uma perspectiva de gênero – e, nesse sentido, a expansão dos direitos que devem ser

reparados dentro deste marco e as transformações sociais e políticas que devem ocorrer durante os períodos de pós-conflito, torna mais complexo o campo dos estudos de conflito e da construção da paz, desestabilizando algumas de suas premissas básicas e, em particular, nesta análise, quero me focar nas suas perspectivas humanitárias e minimalistas hegemônicas.

A análise do capítulo anterior que implicou a ampliação do quadro de injustiças e violências contra as mulheres nos períodos de transição nos leva a levantar novas questões, coletar informações diferentes e exige a construção de um quadro mais completo da realidade das mulheres nesses cenários. Exige a problematização do modo como a construção da paz na Colômbia se enquadra no minimalismo, expressa na perspectiva humanitária que despolitiza os conflitos, bem como nas estruturas patriarcais de governabilidade, ambas estruturas que focalizam sua intervenção na violência extraordinária e excepcional, focado na biolegitimidade sem considerar os contextos e direitos sociais, políticos e culturais dessas vidas.

Para isso, vou evidenciar essa problematização fazendo duas análises: a primeira relacionada com reconstruir como tem sido o acesso a diversos tipos de justiça que reparam ou negam as capas de violências discutidas no capítulo 2 na vida das mulheres entrevistadas. E em segundo lugar, como a participação e liderança feminina tem transformado os processos de reparação e as subjetividades das mulheres, não sem as adversidades próprias do regime de gênero nos períodos de transição e construção de paz.

## **3.2 Acesso à justiça nos períodos de transição**

### **3.2.1 Ajuda humanitária**

Foi descrito no primeiro capítulo que foram realizadas doze entrevistas de histórias de vida de mulheres vítimas do conflito armado, um grupo focal e duas socializações com coletivos de mulheres na região de *Montes de María* no Caribe colombiano. Quando foram perguntadas sobre suas histórias de reparação, a maioria delas fez menção exclusiva à "ajuda humanitária" do tipo: *"o que me deram para ajuda humanitária e isso que me deram um dia como duzentos, duzentos e dez mil pesos (o equivalente a duzentos reais), o resto, é o único que tenho recebido"* (Narrativa de Yaneth); *"A Cruz Vermelha me ajudou também, deram-me uma ajuda de alimentação, de comida, assim me deram ajudas como deslocada... Várias vezes me deram, deram-*

*me como dois anos, davam-me ajudas cada três meses." (Narrativa de Aleida); "O Estado como tal, para o momento, não houve manifestação direta do Estado como tal, porque eu lembro que alguma vez meu pai trouxe um mercado, um saco, uma sacola, foi o único que eu lembro de repente alguém na Cruz Vermelha ou não sei como foi que lhe entregaram, daí em diante nos tocou muito duro." (Narrativa de Natalia); "Meu marido, ele é uma pessoa que ele gosta de trabalhar, ele disse por que toda vez ligações, ligações, ligações, ele recebeu quatro ou três ajudas humanitárias e nada mais". (Narrativa de Carmela).*

O que as participantes mencionaram como ajuda humanitária não se refere às estipulações das leis mencionadas – particularmente a *Ley de víctimas y restitución de tierras* (2011) – em suas abordagens humanitárias para superar situações de emergência. De fato, a maioria delas descreve essas ajudas como geralmente monetárias – ou, em alguns casos, na forma de mercados e/ ou vestuário – que receberam apenas uma vez, próximo ao evento violento que colocava suas vidas em risco, ou esporádicas sem entender a duração dessas ajudas e da integralidade que devem conter na teoria do arcabouço legal.

Essas intervenções próximas dos eventos de violência que visam salvar vidas, que podem ser pontuais e / ou esporádicas, e que são efetivamente configuradas como ajudas, inscritas na linguagem da compaixão – e não na garantia de direitos - são próprias do humanitarismo e das perspectivas minimalistas de construção da paz que não constroem a proteção necessária para as mulheres. E fragilizam as noções sobre seus direitos, assimilando-os à essas ajudas humanitárias de agências estaduais ou internacionais, precarizando suas vidas que estão imersas no contexto de guerra e pobreza, estando ao cuidado de outros - filhos ou outros parentes -, como expressam as narrativas de Patrícia e Juana:

*“Olha como estou porque por muito já te digo que tudo se vá acabando, tudo se vá acabando e eu tinha filhos pequenos, eu estando com muito para dar. Bom mas agradeço a Deus que estou viva... essas que te conto sem mentir, em ajuda humanitária aqui de Ação Social (entidade do Estado) me deram um milhão trezentos e oitenta mil pesos (cerca de 1380 reais), em vinte anos, que me arrependo de tê-los pegado porque, e agora estou esperando aqui na Ação Social que me paguem o deslocamento e veja, eu ligo, ‘que em dois meses eles me dizem, fazem-me uma coisa e fazem-me a outra” (Narrativa de Patrícia)*

*“Eles me ligaram para ir a Cartagena, foi quando recebi o carta cheque e tudo isso, recebi a primeira ajuda humanitária, a ajuda humanitária, **isso era a reposição de direitos** e todo esse conto, que foram nove milhões e oitocentos (9800 reais) e foi para resolver parte do caixão, o problema é que já cresceram os interesse, problema porque eu tive que comprar a caixão, eu*

*tive que comprar todas as necessidades que se nos foram apresentando, e quando se está pedindo emprestado, emprestado e emprestado, à gente se lhe vá o dinheiro nisso (narrativa de Juana).*

A necessidade de ampliar o enquadramento das violências contra as mulheres na guerra e na transição em busca da construção da paz tem sido evidente nas narrativas das mulheres participantes desta pesquisa e como foi mencionado em outras realizadas em períodos de transição na América Latina, tanto em pesquisas com as mulheres e com outras populações (Theidon, 2006; Vanthuyne e Falla, 2016).

Em concordância com esta pesquisa, as narrativas das mulheres se focam na perda de membros da família, especialmente aqueles com responsabilidade financeira para a família, como nos casos de Patrícia e Juana, quem perderam seus esposos a mãos dos paramilitares – e mencionam o impacto duradouro de sua perda, que além de emocional tem um aspecto econômico, porque a perda aprofundou a sua situação de vulnerabilidade e pobreza, aspecto que foi mencionado nas doze entrevistas e espaços coletivos.

Esse impacto a longo prazo por suposto não é o objetivo da intervenção humanitária - nem a qualidade de vida das pessoas posterior a estas ajudas. Estas ajudas na legislação estão contempladas para o impacto inicial dos eventos de violência política - direta, de forma nenhuma, implicam a reposição de direitos mesmo no estipulado juridicamente. Além do caráter momentâneo e eventual destas ajudas que também contradiz o designado pela lei de vítimas, estas ajudas não escapam ao regime de gênero:

*“As ajudas que deram quando isso era o plano social, que nós dava coisas, pelo menos no pacote de deslocamento que vinha era roupa, vinha arroz, toda a comida, tudo que tinha que ver com comida, e na ferramenta o que vinha era facão, picareta, pá, provador mas para um de mulher nunca vinha uma toalha sanitária, não vinham fraldas descartáveis, não vinha roupa interior de mulher. Mas tudo era como da perspectiva dos homens.” (Narrativa de Juana).*

### **3.2.2 Justiça retributiva**

O campo da justiça transicional incorporou duas ideias de ‘justiça’ interligados, mas potencialmente concorrentes (Buckley-Zistel e Zolkos, 2012; Franke, 2006). O primeiro diz respeito à justiça retributiva, ideia de justiça que aponta para o reconhecimento, que inclui o reconhecimento de culpabilidades e lesões, que valoriza a identificação e a categorização das vítimas, perpetradores e do caráter dos atos de violência do passado e da injustiça e suas consequências punitivas. O segundo tem

relação com a justiça restaurativa – que procura reparação dos efeitos do conflito, inclusive em termos de retribuições e redistribuição de bens econômicos e sociais.

Ao combinar elementos de ambos – uma abordagem tradicional e retrospectiva de justiça retributiva ao lado de medidas prospectivas de reparação –, a justiça transicional tenta remover o ‘gap de impunidade’, que existe sob legislação nacional e internacional para os autores dos mais notórios crimes, ao mesmo tempo em que oferece para as vítimas/sobreviventes de guerra novos caminhos para a reconstrução de suas vidas. Até a data, o processo de articulação de gênero e justiça de transição tende a concentrar-se sua área de justiça retributiva: o reconhecimento de crimes com base no gênero como entre os crimes mais graves de guerra e a garantia dos processos penais por estes crimes de guerra (Chappell, 2012).

Concordando com outras pesquisas, este tipo de justiça foi a segunda mais narrada pelas mulheres, principalmente no marco da *Ley de Justicia y Paz* (2005), a qual regulou a desmobilização dos grupos paramilitares. Esta lei continha dentro dos seus principais mecanismos as *Versiones libres*, espaços onde os paramilitares reconheciam os danos e delitos cometidos, estipulava-se dentro de um julgamento a punição desses atos (que não podiam superar os oito anos de prisão dentro do acordo com estes grupos) e garantiam-se o direito à verdade às vítimas do conflito armado.

Dentro das narrativas das mulheres parece que não tinham muita clareza frente de como aconteciam estes processos, refletindo uma falta de acompanhamento administrativo por parte do Estado. Esse é o caso das três histórias que apresentarei de Melina, Aleida e Patrícia. O caso de Melina é um dos mais emblemáticos do país e dos primeiros e poucos a serem reparados de forma integral. O pai e irmãos dela foram torturados e assassinados pelos paramilitares no que se conhece como a massacre de *Mampuján y Las Brisas*<sup>12</sup>. Ao narrar sobre como ela soube das audiências públicas Melina conta:

*“Um dia qualquer um veio até aqui uma pessoa e me disse que iam fazer uma audiência na cidade de Barranquilla e que me convidava porque essa pessoa também teve um familiar vítima das Brisas e por intermédio de alguém se tinha informado através de alguém de que estavam fazendo audiência. E naquela ocasião eu fui e saber qual foi a grande surpresa que quando eu chego lá eu pergunto que me deram uma ilustração do que iríamos fazer lá e me dizem que eu vou me ver cara a cara com os vitimizadores. Quando me disseram isso eu senti um grande impacto porque não estava preparada psicologicamente, ano estava preparada, eu sentia que*

---

<sup>12</sup> Para mais informações sobre o caso, consultar a página *Las rutas del conflicto* do *Centro Nacional de Memoria Histórica*. disponível em: <http://rutadelconflicto.com/interna.php?masacre=247>. Consultado em: 27/10/2018.

*ia me a desmaiar porque me senti fria, tive dor de cabeça, senti que todo o meu corpo havia mudado, meu rosto, fiquei pálida, senti impotência, sentia vontade de chorar, eram muitas coisas dentro de mim. Aqueles que já estavam acostumadas a serem convidados de repente, ficaram surpresas com minha atitude, por isso é muito importante preparem à pessoa, que lhe forneçam as informações necessárias”.*

Nas três histórias que apresentarei - e na maioria que escutei – o acompanhamento do Estado tem sido praticamente ausente no quadro da justiça retributiva, o qual tem implicações de tipo administrativo. No acesso a este tipo de justiça e as consequências sobre outros tipos de justiça como a restaurativa – acesso a indenização econômica ou benefícios de bens sociais como vivenda ou restituição de terras. E como evidenciou Melina também tem implicações de tipo psicológico, que se entende como violência institucional ou processos de re-vitimização.

Não aparece no trecho que foi colocado, mas nessa primeira audiência à que assistiu não estava acompanhada nem de um defensor público - pelo qual ela não podia falar ou fazer perguntas no espaço – por isso o seu particular sentimento de impotência, nem teve acompanhamento psicossocial. O desconhecimento e falta de orientação das vítimas no processo reflete um olhar sobre as mesmas como sujeitos de sofrimento e não de direitos, e este fato vai ter uma dimensão de gênero:

*“Eles me mandam cartas onde me dizem que vão fazer um, como se diz? Uma audiência para mostrar às pessoas que vão. Pelo menos o do meu marido, eles atribuem isso aos paramilitares, e eles me mandaram, Justiça e Paz me mandou cartas para me convidar para o lugar onde iriam falar certos paramilitares para que eu, para ver se eles aceitam ou não o caso. Isso é feito em Barranquilla, mas como eu não sei exatamente quem foi quem matou meu marido, eles dizem que eram paramilitares. Tudo aponta a que foram eles, porque eles eram os que estavam no momento. E então digamos faziam uma audiência, um que, colocavam uma tela e eles reconheciam quem eles mataram e eu não sei o que. Então eu pensei para que eu iria ir eu a essas reuniões, se eu sabia que essas pessoas não eram aquelas que eram atribuídas à morte do meu marido. Então eu nunca tenho ido e por medo, porque me parece que, eu sou muito temerosa, especialmente de Deus. Então eu dizia de mulher se essas pessoas são tão ruins como diziam, então o que eu vou fazer lá se de repente, cuidando, protegendo meus filhos, temo que de repente eles, aquelas pessoas se a gente vai lá para falar, que eles vão retaliar contra um e eu não, muito fraco, eu não, muito débil, não sei, estou com medo por meus filhos, que eu acho que lhes vão fazer alguma coisa para eles porque como sempre ameaçaram, eles disseram que se um, quero dizer que a gente não podia falar, não podia dizer nada sobre quem foram nem nada, então só por medo eu não iria.” (Narrativa de Aleida).*

Dois eventos de vitimização afetam de forma diferencial e desproporcional às mulheres na guerra: os crimes sexuais e o deslocamento forçado (GMH, 2018; O’Rourke, 2017). Muitas mulheres viúvas – dado que o assassinato e desaparecimento

forçado afetam particularmente aos homens - vão ser quem tem que enfrentar os desafios dos períodos de transição e os processos, neste caso específico, de justiça retributiva. Mulheres como Aleida tem baixa escolaridade e culturalmente o espaço do público é negado para elas.

Tanto assim que ela vai narrar que delegou muitas decisões ao filho mais velho dela, inclusive sendo um adolescente. Assim mesmo, o medo pela segurança própria e daqueles que cuidam as vai deter de fazerem as reclamações de reparação e de participarem politicamente (Lemaitre e Sandvik, 2014).

Um caso similar é o de Patrícia, que também ficou viúva depois que os paramilitares assassinaram o esposo dela. A diferença de Aleida é que ela foi as audiências públicas e participou nos processos de justiça retributiva, no entanto, com a esperança de receber justiça restaurativa:

*“Esse caso foi reconhecido e priorizado porque Mancuso<sup>13</sup> o reconheceu e o priorizaram, você sabe faz quanto que Mancuso reconheceu isso? Há mais de cinco anos, já era para que isso deveria ter sido pagado. Há mais de cinco anos ele o reconheceu e o priorizaram ‘não isso já está pronto, já você tem a ordem de pagamento’, faz falta que o presidente autorize, que o presidente diga para paguem’, haver quando vão dizer, tem passado dois presidentes e então o que eu faço? Eu vou nesta semana a viajar para ver novamente o que eles me dizem e sempre que vou é a mesma história: ‘já sim senhora Patrícia, não, mas você ganhou a loteria’ sim a ganhei e eles a tem guardada, veja nem todos reconhecidos. A gente tem uma felicidade que lhe tenham dito ‘está reconhecido e priorizado’ então há uma prioridade de que paguem, não pagam, eu estou doente, que me o pagaram, você sabe que a gente espera isso. Como lhe disse, eu terminei os fios da minha vida, eu terminei o que tinha que terminar, não é justo, eles tiraram o melhor que eu tinha, sabendo quem fez e o reconheceu e porque eles fazem uma coisa daquelas com um, porque eles brincam assim com o ser humano, porque isso é o que dói... **ver as injustiças**”.*

A avaliação feita pelas mulheres da justiça retributiva nas narrativas vai variar do grão de integralidade que teve o processo de reparação. Tanto Aleida como Patrícia, questionam os efeitos dessa justiça na vida delas – viúvas, com vários e filhos e enfrentando condições socioeconômicas precárias. A primeira, por medo ou incompreensão por falta de acompanhamento do Estado, cuja única intervenção é o envio de cartas convidando para as audiências; não participa do processo por não considerar que os benefícios justificam o risco, de fato ao perguntar-lhe afirma:

---

<sup>13</sup> Salvatore Mancuso Gómez era um líder paramilitar na Colômbia, comandante das *Autodefensas Unidas de Colombia* (AUC); desmobilizadas em 2005 e foi extraditado para os Estados Unidos em 2008.

*Aleida: Não, eu nunca fui a uma audiência, eu apenas me apresentei em Justicia y Paz porque a lei dizia que você tinha que ir lá para se registrar como uma vítima, e eu me apresentei como uma vítima.*

*Laura: É quando, revisando como sua história, o fato de que o Estado a reconheceu como vítima a você, como avalia esse reconhecimento para sua vida e para sua história?*

*Aleida – Não, até agora nada, até agora nada.*

A avaliação de Patrícia - que tem participado das audiências - é ainda mais crítica, dado que julga como uma injustiça que o reconhecimento desde a justiça retributiva - a qual estabelece o dano, quem o ocasionou e a punição a quem o cometeu - não se traduz em uma reparação restaurativa que considere os efeitos a longo prazo do evento vitimizador como o que indica a lei de vítimas - que inclui indenização econômica e restituição de direitos. Ainda mais grave relata a violência institucional que tem vivenciado procurando este tipo de justiça por parte do Estado, onde tem passado anos sem receber o garantido pela lei.

Na sua narrativa conta como a re-vitimização por parte do Estado a tem exposto a advogados ou agentes do Estado falsos que tomam o pouco dinheiro que tem para “tramitar a reparação integral”, à competência com outras vítimas pelos escassos recursos que estão disponíveis e a reviver por anos - causando danos físicos e psicológicos - a história de violência perpetuando seu enquadramento como sujeito de sofrimento:

*“Que a Senhora Patrícia está faltando um papel, que ali está, que isto, coloquei uma tutela<sup>14</sup>, esperando, esperando, esperando, sempre que ligo ‘que em dois meses, quando a gente chama ‘sim venha lhe fazemos a entrevista’ de novo me pegam ‘que dia o assassinaram? venha para fazer um encontro, para fazer-lhe uma entrevista senhora Patrícia, este, diga-me a data de deslocamento Senhora Patrícia, diga-me quantos filhos você tem, diga-me o nome de seus filhos, diga-me a Senhora Patrícia a data em que o sepultaram’ veja cada vez que a gente liga eles leem uma caderneta, é uma caderneta que eles já se sabem de memória. Para dizer a você ‘oh sim Senhora Patrícia já você está aqui, está em processo, espere de três a quatro meses que se lhe da informação’ Você pode acreditar? Que a gente liga e fica com a maior dor por dentro, a gente vem refugio, a gente vai ligar e vem com dor, vem com dor porque a deve deixar isso atrás e a gente abriga uma esperança, eu não sei e a gente vem refugio, quando a gente liga ou vai para essas coisas, a gente vem ainda mais refugio do que se vá, a gente revive outra vez a história”.*

Em contraste com as histórias de Aleida e Patrícia, o caso de Melina é um caso excepcional de reparação integral - indenização monetária, restituição de terras e

---

<sup>14</sup> A ação de tutela é como se denomina o mecanismo previsto no artigo 86 da Constituição da Colômbia (1991) em vigor, que visa proteger os direitos constitucionais dos indivíduos "quando algum destes for violado ou ameaçado pela ação ou omissão de qualquer autoridade pública".

garantia de direitos como vivenda e educação – e portanto, tem uma avaliação divergente; ela reconhece na justiça retributiva a garantia ao direito a verdade, ao bom nome - no seu caso significou que os paramilitares reconhecessem que tinham assassinado camponeses e não guerrilheiros - e encontra muito significativo o perdão público e a reparação coletiva simbólica o qual implicou um monumento dedicado aos camponeses que morreram no massacre e todos aqueles que sofreram o conflito. Esse monumento foi doado pelos paramilitares do bloco dos *Montes de Maria*. Estas perspectivas diversas evidenciam que ao igual que as capas de violências, os tipos de justiça se encontram interligados e sob essa ótica se analisaram as narrativas.

### 3.2.3 Justiça restaurativa

A crítica feminista centra-se ao redor da justiça restaurativa, ao identificar nela um princípio organizador que poderia reestruturar o “quadro de entendimento” discursivo, fazendo a transição a um momento potencialmente transformador. Há uma necessidade de exigir uma concepção muito mais ampla de justiça de transição do que as que se concentram exclusivamente em “lidar com o passado” em termos dos abusos em direitos humanos. Este seria um conceito mais amplo de justiça redistributiva em transição, que engloba o reconhecimento das desigualdades e exclusões estruturais e seus impactos intersetoriais sobre as mulheres (Chappell, 2012; O’Rourke, 2017).

Isso implica aprofundar a ponderação sobre a ênfase nos direitos civis e políticos, ilustrada pelos tribunais de crimes de guerra e tratados de paz em muitas ofertas de transição, incluída a colombiana. Embora os direitos civis e políticos sejam fundamentais, a sua importância na custa de outros tipos de direitos reflete uma construção masculina das prioridades do governo e da lei, e tem, potencialmente, um negativo impacto na vida social, política e econômica das mulheres durante o processo de transição.

No processo de codificação, a diferença das histórias sobre ajuda humanitária e justiça retributiva, as narrativas sobre justiça redistributiva se concentram mais em demandas ao redor dela. A Lei 1448 de 2011 – *Ley de víctimas y Restitución de Tierras* – ampliou o mecanismo de pequena escala para reparações administrativas e judiciais criado pela *Ley de Justicia y Paz* de 2005, transformando-o em um processo de justiça transicional em larga escala (Lemaitre e Sandvik, 2014). A lei exige a criação de um sistema para atender às necessidades das vítimas do conflito – não apenas através de

ajuda humanitária (conforme mandado por ordens passadas da Corte Constitucional) ou estabilização socioeconômica (que vem em grande parte através de programas de alívio da pobreza, mas que são rotulados ainda como ajudas humanitárias), mas também através de reparações por danos passados em uma perspectiva de integralidade. Estas reparações incluem: indenizações econômicas, acesso a empregabilidade, educação, restituição de terras e vivenda digna, programas de reparação psicossocial, reparações simbólicas e coletivas.

Desta gama de reparações, a maioria das narrativas das mulheres - das medidas que efetivamente receberam – se agrupam em indenizações econômicas, programas psicossociais e restituição de terras e vivenda digna. O restante como mencionei, concentraram-se em histórias que evidenciam as demandas e necessidades de que estas medidas contempladas pela lei sejam cumpridas de maneira integral e de qualidade. Isto faz sentido na medida em que a maior parte das mulheres falaram – nas necessidades e violências vividas na transição – sobre violências estruturais relacionadas com os direitos econômicos, sociais e culturais.

Cabe lembrar que este tipo de violência faz referência à distribuição desigual dos recursos (Galtung, 1969). Como quando as distribuições de renda são fortemente distorcidas, alfabetização/ educação distribuídas de forma desigual, serviços médicos existem em alguns povoados e apenas para alguns grupos, realidades que afetam diretamente as mulheres. Articulado com que o poder de decidir sobre a distribuição de recursos é partilhado também de forma desigual.

Tendo isto em consideração, farei algumas considerações sobre a indenização monetária e os programas psicossociais. No entanto, centrei minha análise na restituição de terras e na participação política das mulheres, dado que constituem os dois eixos para compreender tanto os desafios estruturais das mulheres nas transições, como do conflito colombiano e uma construção de paz positiva e maximalista que reconheça as causas e catalizadores da guerra (Ramírez-Orozco, 2014).

A justiça restaurativa integral é a que menos tem vivenciado as mulheres, e em geral as vítimas, as poucas medidas que são cumpridas - indenização econômica, apoio psicossocial e restituição de terras – contribuem a uma dignificação e alívio na vida delas, não sem tensões e reclamos pela qualidade e permanência desses programas em uma perspectiva a longo prazo:

*“O dinheiro não é tudo, eu sempre disse que o dinheiro não era tudo porque quando eu recebi a reparação que não tanta quantidade de dinheiro porque eu senti, eu gritava, eu chorava, e eu disse até que aqui eles chegaram, como um ser humano vai ser valorizado por tanta quantidade X, x, por setenta milhões de pesos (70.000 reais), três pessoas reparadas por aquele miserável número, prefiro tê-las e que não me deem nem um peso. Naquela época, quando recebi a reparação, fiquei gelada, fiquei fria, eu senti que meu corpo mudou, porque essa ferida não é sanada com dinheiro, porque não há nada maior do que estar com seus seres queridos. e não importa que você não tenha dinheiro, mas se você estiver no ambiente que eu estou nomeando e encontrar depois um ambiente terrível, você não quer aquele ambiente, você quer se reunir, voltar naquele lugar, encontrar aquele lugar novamente. Então eu chorei e disse para o Eterno, vou recebê-lo e sei que vou fazer algo para melhorar a nós mesmos, minha família, vou construir minha casa, vou ser profissional, não vou desperdiçá-lo não por nada no mundo. Mas você conhece da necessidade de cada um de nós, eu construí, terminei de construir minha casa porque durei dez anos em um pequeno quarto que nem sequer tinha uma janela.” (Narrativa de Liz Maria irmã de Melina).*

*“Eu disse, eu não quero ser compensada, para me deem dinheiro porque o que aconteceu comigo, não tem preço, mas a situação econômica não se presta... De parte do Estado neste momento, nada, recebi minha indenização pelo evento vitimizador do sequestro, nada mais, deslocamento, nada, ainda é uma luta mesmo eu conhecendo o acesso às rotas observe que ainda estou lutando para que o Estado cumpra o tema da reparação.” (Narrativa de Isabel)*

*“Meu irmão foi pago como há dois ano, **mas eu tenho um livro do Salado<sup>15</sup> onde se fala do integral**, para a família dele e eu disse, bem, vamos colocar esses papéis e sim ou não, porque quando se fala dos familiares porque neste livro fala muito, do que foi falado, **o livro diz para os familiares tudo integralmente**. Isto é, aqueles que perderam seus seres queridos, meu pai que é o mais próximo, minha mãe morreu, meu pai existe tem oitenta e sete anos de idade, então eu disse que iria colocar os papéis de qualquer maneira. Estão os advogados que estudam esses casos e as leis saem, mas às vezes é difícil pressionar o governo a cumprir o pactuado.” (Narrativa de Carmela).*

As três narrativas nos mostram dimensões diferentes. Como no caso da justiça retributiva na narrativa de Melina; aqui a irmã dela, Liz Maria, que também recebeu reparação integral - individual e coletivamente – evidencia as transformações que podem gerar as indenizações econômicas, acesso à vivenda e educação. No entanto, como foi mencionado, este caso de reparação foi excepcional.

Na maioria dos casos, através das narrativas, nos revelam que a reparação não tem sido integral como no caso de Carmela. Ou mesmo só analisando as indenizações monetárias, estas não têm sido compensadas pela totalidade dos eventos violentos que vivenciaram as mulheres ou pela totalidade dos familiares que foram afetados pela

---

<sup>15</sup> O irmão de Carmela foi assassinado no massacre de *El Salado*, vereda de *El Carmen de Bolívar*. Conhecido como um dos massacres mais sangüinários do país, aconteceu entre os dias 16 e 21 de fevereiro de 2000, um grupo de 450 paramilitares, sob o comando de Salvatore Mancuso e Rodrigo Tovar Pupo, conhecido como Jorge 40, cercou a vereda de *El Salado*. No total, durante os seis dias do massacre assassinaram 60 pessoas: 52 homens e 8 mulheres. Para mais informações consultar: <http://rutasdelconflicto.com/interna.php?masacre=78> .

violência sociopolítica, como é o caso de Edilma: “*Você acredita que agora com essa história da família para dar indenização, segundo diz uns 16 milhões de pesos (16000 reais), se essa pessoa tem, como eu tenho 8 filhos, e essa indenização tem que ser repartida entre os oito, o que fazemos nós com isso*”.

De modo que as histórias de justiça redistributiva têm um elevado grau de heterogeneidade na aplicação de seus mecanismos, o que evidência a ausência de um sistema que garanta o acesso à reparação de forma justa e igualitária. Isso vai se evidenciar também nos programas psicossociais com o contraste entre a narrativa de Liz Maria e Yaneth:

*Me convidam para a escola, me convidam para uma oficina de memória histórica em El Carmen de Bolívar e eu disse amor, eles me convidaram, mas os primeiros já estão lá, os primeiros já foram convidados, sou a segunda convidada. No primeiro dia não sei o que fizeram, mas cheguei, e eu lhes disse, que queria que contextualizaram sobre o que tinham dito no dia anterior e eles me disseram que não me podiam contextualizar porque iriam fazer uma linha do tempo e nessa linha do tempo é onde iriam abordar o que conversaram no dia anterior, o que foi falado hoje e o que tem sido falado em tudo, o massacre da Habanera, não sei o que, ta, ta, ta... e o massacre X, e termina com os massacres de El Salado e eu disse ‘como vai ser possível e o massacre da Brisa?’ ‘Não aqui nunca tem se falado do massacre da Brisa, nós não sabemos disso’ ‘Mas aqui em San Juan já conhecem o massacre da Brisa e conhecem a história, porque não a tem contado?’ Então contê-la, nós vamos te dar um espaço para você... Se me queria o coração, mas eu tive a força para contar passo a passo o que foi o aconteceu através dos desenhos. E eles disseram, todos nós choramos na época, eles disseram ‘Como é possível? Tínhamos que terminar a linha do tempo no massacre da Brisa porque isso é dos Montes de Maria, isso tudo o que tem acontecido e como vamos deixar o massacre da Brisa de lado’ Eu não conseguia parar de chorar e chorar e chorar, porque você pensa a arte foi uma cura para nós, mas através dela eu me ajudei a me curar e continuar curando esse duelo.” (Narrativa de Liz Maria)*

*“Bom e pelo menos em mim, em mim eu não tenho tido ajuda de nenhum lado do Estado, de nenhum lado nem de nada, nada, nada, nada. Porque te falo a ajuda psicológica que tive foi porque eu me a financiei, não que o Estado me disse ‘olha aqui vamos disponibilizar, aqui estão os transportes, aqui tem para que você possa ir para a sua ajuda psicológica.’ Não, nunca tem vindo o Estado a dizer ‘olha aqui tem isso, comece um negócio, siga por aqui, pegue isto, sobreviva com isto, seu filho onde estuda? você comeu? você pagou pelos serviços públicos?’ Não, nunca o Estado me disse ‘Aqui tem para o pagamento dos serviços, pegue isto, aqui monte este negócio, vamos ter isto, vamos colocá-la a estudar’ Bom pelo menos eu gosto muito do estudo, nunca o Estado dizer algo...” (Narrativa de Yaneth).*

A justiça exige que as preocupações das vítimas sejam centrais nos processos de reparação. Se as injustiças estruturais que desencadearam ou agravaram os conflitos armados não são levadas em consideração nos processos de reparação, a violência baseada no gênero e outras atrocidades podem ser repetidas, afetando os objetivos de

reparação para fortalecer a paz e a segurança (Kalla, 2018). Embora a aspiração de restabelecer a situação anterior ao conflito seja central para o elemento restaurador da justiça transicional, isso é profundamente problemático para as mulheres, cuja situação anterior ao deslocamento ou à expropriação já era de exclusão, discriminação e violência (Lemaitre e Sandvik, 2014).

Portanto, a subordinação das mulheres tem importantes implicações para a justiça transicional, e particularmente, para a justiça restaurativa. Primeiro, a retificação é parte da reparação, tanto no sentido de construir um novo contrato social quanto de desmontar as condições que levaram ao conflito, em primeiro lugar, e como uma forma de reparação. Também requer uma compreensão mais complexa dos danos a serem reparados. Mesmo quando as mulheres estão sofrendo violações semelhantes às dos homens, elas têm um impacto diferente sobre elas, devido à sua condição socioeconômica e legais pré-existent, bem como às construções de gênero nas sociedades patriarcais (Lemaitre e Sandvik, 2014).

Para as mulheres, essas formas transversais de marginalização são compostas por violências estruturais específicas de gênero, como o risco de violência sexual e pobre acesso à educação e cuidados de saúde – como as histórias que temos conhecido até o momento – bem como maior risco de perda de propriedade sem compensação (GMH, 2011, 2018).

Em consequência, a importância de analisar as narrativas sobre restituição de terras. Dentro da teoria da justiça transicional que emergiu com força na última década, a interseção com o gênero e a justiça de gênero tornou-se um subcampo. Dentro do sistema de justiça transicional, os mecanismos de reparação têm resistido a uma perspectiva de gênero, especialmente os direitos econômicos e sociais das mulheres são frequentemente passados por alto na literatura e na prática, isto é ainda mais intensificado nos direitos à restituição de vivenda, terra e propriedade (Meertens, 2018).

A desigualdade de gênero na terra está ligada ao conceito de família que tem um enfoque androcêntrico na lei, na política pública e na prática social. Assim, quando a autora se refere aos direitos das mulheres, refere-se à natureza de gênero das leis formais, culturas e práticas sociais que criam obstáculos específicos para as mulheres e que devem ser transformados em sistemas formais e de costumes nos direitos sobre a terra.

No conflito armado, as terras abandonadas caíram nas mãos de grupos armados – principalmente paramilitares – ou foram tomadas e acumuladas por indústrias

agroindustriais que levaram a uma concentração de terras no que se conhece como a contra reforma agrária (Meertens, 2018). Esse processo também tem uma dimensão de gênero, nos fenômenos de deslocamento, as jovens mulheres estão sobre-representadas na população e constituem quase metade das chefes da família e sofrem um impacto desproporcional no deslocamento, na expropriação violenta e na violência sexual (Corte Constitucional, 2008).

Nos estudos sobre terra e gênero, o conceito de direitos efetivos refere-se à descrição dos direitos das mulheres que são legalmente apoiados e socialmente conhecidos. Os direitos independentes sobre a terra das mulheres referem-se àqueles que não dependem de um vínculo com uma figura masculina que é o que geralmente acontece (Lemaitre e Sandvik, 2014; Meertens, 2018):

*“Ali foi que começamos a ver que dentro desse deslocamento também perdemos homens, perdemos irmãos, filhos e tínhamos necessidades diferentes dos homens e foi aí que começamos a trabalhar e selecionar as dezoito facetas que era também a representatividade das mulheres dentro da terra que não. Pelo menos se meu marido era o titular da terra e morria eu ficava sem terra, meus filhos ficaram desprotegidos, sendo uma maneira que nos documentos, quase toda a papelaria de terra se diz como é que se chama? Os titulares sempre eram os homens. A gente como que na parte do cartório, na parte onde registram os prédios não colocavam à família, mas só ao homem. Era uma cultura que também se marcou muito naquele então a gente fica desprotegida então os latifundiários vieram e roubavam as terras e era uma maneira que nós, mulheres, de que nosso marido tenha morto, ficamos para o sustento de nossos filhos e também podíamos cultivar a terra, porque a maioria dos homens semeou tabaco, plantou mandioca, inhame, mas nós nos dedicamos a criar galinhas, criar perus, criar porcos que também foi trabalho que não foi incluído na história de nós mulheres.” (Narrativa de Juana)*

*“Claro, porque a gente já vê que a quem eles atendem é ao homem. A gente é deixada como segundo e às vezes não quer atender. Eles o incluem no mesmo grupo e então o parceiro, sai, que tchau e o deixa a um só... As mulheres sempre estamos à segunda... O parceiro vive com um e um está ali. Convivendo com ele em casa e quem recebe isso é o companheiro. Ele é o titular. Um fica como o segundo. E não nos ligam para isso. Eles estão chamando é ao titular. Então nós somos depois”. (Narrativa de Edilma).*

Segundo Meertens (2018) a história das dívidas com as mulheres camponesas pode ser resumida em quatro processos com marca patriarcal que lhes negaram os seus direitos: 1) Políticas agrárias centradas na família e com uma ênfase androcêntrica; 2) Baixa implementação de ações positivas enquadradas na lei garantindo os direitos das mulheres; 3) Práticas sociais com viés masculino em herança, produção rural e administração estadual; 4) Obstáculos culturais para as mulheres assumirem liderança nas organizações rurais e no nível comunitário. Todas essas experiências exigem a

reconsideração dos mecanismos de justiça transicional na prática, à medida que abrem novas questões: Como consertar direitos que nunca existiram? O reconhecimento das transformações necessárias na sociedade colombiana em relação aos direitos das mulheres deve ser construído no âmbito da justiça de transição ou em outros processos?

### 3.2.4 Justiça transformativa e sua relação com a política social

O caso da restituição de terras na Colômbia questiona a perspectiva clássica da justiça transicional de reparar as vítimas para que elas construam condições prévias ao conflito ao reconhecer as estruturas patriarcais, que afetam essa restituição e o gozo efetivo dos direitos. E evidencia que as mulheres e suas organizações devem trabalhar em uma abordagem orientada para a construção de cenários futuros de igualdade de gênero (Meertens, 2018).

A participação civil é fundamental para transformar as políticas voltadas para as vítimas em uma abordagem de desenvolvimento focada no gênero. No longo prazo, o problema mais persistente é como transformar a ênfase androcêntrica tanto na política pública quanto na prática privada, no entanto, a justiça transicional pode criar marcos normativos que orientam e regulam novas práticas para transformar essas realidades.

Nesse sentido é o intuito de algumas das narrativas das mulheres que apontam para duas direções complementares: a indispensabilidade de reparações integrais e com qualidade em sua implementação, e a necessidade de justiça transformativa que se articule à política social do país. Ambas problematizam as perspectivas humanitárias e de paz minimalista preponderantes na Colômbia, e que se refletem nos processos de reparação que na vida das mulheres têm sido predominantemente concentrados na ajuda humanitária e a justiça retributiva. Em relação à primeira direção desenhada pelas mulheres:

*“Olha quando falo de integridade por exemplo através do processo de restituição, nós somos beneficiárias da vivenda, está em construção agora mesmo, tem sido uma luta mas muito grande, muito grande porque sai a sentença vai para o banco agrário, o banco agrário entrega para Comfamiliar e Comfamiliar entrega para um operador, acontece que quando os operadores vêm para construir, as vivendas que entregam não são vivendas. Isto é, o Estado nos está cumprindo a nós porque efetivamente existe um subsídio e aí está, de vivenda rural mas no trânsito da cadeia com tudo o que está acontecendo, com o que está acontecendo ali vão ficando os recursos e se vão ficando sonhos, também os sonhos que nós mulheres temos. Isto é, no caso pessoal, eu fiz a conta da minha casa, o custo da vivenda é de vinte milhões de pesos (20000 reais). Eu fiz a conta porque é um material péssimo, alguns blocos, eu até vídeos tenho por ali onde eu os fiz, e se desmoronam com facilidade, **um total desrespeito à dignidade humana e à dignidade das mulheres**. E não sei, vão mais de oito milhões de pesos (8000*

*reais) realmente então eu acho que ainda falta muito, muito, nesse sentido- Eu já fiz a denúncia e nada acontece, absolutamente nada acontece. Eu tenho feito as denúncias, tenho me dirigido a onde tenho tido que fazer-lo, nada. Então, como eu digo, bom, se o Estado gera um subsídio de moradia, neste caso, mas não faz seguimento à política de vivenda nesse sentido, então ficamos curtos, ali é quando me refiro à **integralidade**. Ficamos curtos porque quando, a partir do momento em que a sentença sai ao momento em que se torna efetiva, nesse período de tempo tantas coisas acontecem, há tantas pessoas e instituições que passam por aqui que finalmente quando se cumpre realmente não satisfaz a necessidade do beneficiário ou beneficiária. Então me refiro à **integralidade** nesse sentido porque bom a gente o que faz com uma vivenda que depois de um ano vai cair, **então realmente o Estado está reparando?**, São as grandes questões que eu me pergunto e também **faço para outras pessoas, para outras mulheres, a modo de análise, realmente nos estão reparando?** Então, quando não há acompanhamento para a implementação de todo esse tipo de projetos e tudo é fazer por fazer as coisas para sair do passo. E fica uma grande questão. E assim como isso outro, também acontece de outros sentidos, no tema mesmo da parte produtiva, agora eles entregam, por exemplo, quatro vacas perfeito, e ali a gente faz seguimento e tudo mas bom, eles te dão quatro vacas e se eles não te dão acompanhamento técnico, se uma vaca fica doente, o que você faz? Se você tem que comprar um remédio, então com as mãos na cabeça, porque você como faz? Então eu acredito que, nesse sentido, o Estado deveria olhar um pouco com mais **integralidade**. Não é dar por dar e entregar por entregar, **é que realmente isso se torne na reivindicação do meu direito, já que realmente se torne a reivindicação do meu direito como pessoa, como mulher, como família, como parte de uma comunidade, como parte de este país e como vítima de algo que nem sabemos por que aconteceu**". (Narrativa de Natalia).*

A reparação de danos implica respostas multidimensionais e multidisciplinares, que incluem medidas médicas, psicológicas, sociais e legais que são sensíveis ao gênero. O desafio para a justiça transicional é integrar as mulheres e outros grupos marginalizados nas estruturas da justiça (Kalla, 2018). Para que as reparações sejam bem-sucedidas e eficazes, elas precisam atender às necessidades das vítimas femininas em sua complexidade – tanto em sua vitimização quanto em sua agência.

Por exemplo, o empoderamento econômico das mulheres não pode ser examinado no vácuo. Diversas práticas econômicas e culturais impedem o empoderamento das mulheres, e as mulheres experimentam obstáculos econômicos e sociais específicos, como seu acesso limitado à terra, seu acesso aos serviços bancários formais, herança ou direitos matrimoniais. Para isso, faz-se necessária a interseção da análise econômica, com análises políticas, socioculturais e ambientais.

A carência de integralidade e qualidade da implementação aparece em todas as narrativas das mulheres com exceção das irmãs Melina e Liz Maria. O caso delas, como tinha mencionado, foi emblemático no país, dado que foi dos primeiros em ser sancionado e implementado, tendo o valor simbólico de marcar o caminho por como deveriam se constituir as reparações. Mas isso não foi o acontecido. E como assegura

Natalia, líder de um coletivo de mulheres vítimas, ao não possuir essa integralidade não se configura como satisfação de um direito e sim como uma ajuda pontal e desarticulada da vida a longo prazo das mulheres. Sentindo-se as mulheres enganadas e revitimizadas pelo Estado:

*“...que educação me disseram para colocasse os papéis e os coloquei porque supostamente lhe devam educação, devam-lhe o cartão militar, eu coloquei os papéis, isso é uma mentira, isso é falso eu não recebo ajuda. O que eles me disseram fazer eu fazia. O que eles me pediam o fazia ao pé da letra. Quando o Plan Padre que com quem eu vivia, eu, com fulano, o que faz, eu faço isso. ‘Va para o Bienestar’<sup>16</sup> para que eles lhe dêem ajuda de alimentação, eu fui para o Bienestar, o Bienestar que isso já estava saturado. Para a ajuda de moradia eu fui lá onde eles fazem os papéis de ajuda de vivenda, que agora não havia cobertura, não sei o que, que esperasse, eu não posso dizer que tive essa sorte, eu sim fui salgada por esse lado, mas estou lhe digo, tenho a bênção de Deus, Deus saberá, mas eu não tenho.” (Narrativa de Aleida).*

*“...porque as mulheres aqui, que lhes deram a restituição, mas tem sido em partes que não se semeia nem a erva porque não nasce. Então, nós queremos uma terra produtiva que não é... ainda existem as mesmas necessidades, tem mudado as pessoas, mas há as mesmas necessidades de moradia, a mesma necessidade de terra, a mesma necessidade de nossos filhos irem para universidades. Sim, são muitas necessidades em que isto está, muito isto tem quinze anos, dezessete anos que a violência passou, mas a mesma necessidade, ou mais necessidades, porque aqui estamos vivendo uma situação muito crítica.” (Narrativa de Juana).*

As reparações que apoiam integralmente o empoderamento econômico e político das mulheres também podem contribuir para a justiça transformativa, aquela que contribui a colocar as mulheres em posições que rompam com padrões históricos de subordinação e exclusão social, com a perspectiva de eliminar desigualdades estruturais preexistentes, independência econômica e política, tem sido mencionado constantemente como central no empoderamento das mulheres (Kalla, 2018).

Contudo, para conseguir esses objetivos, as mulheres sinalizam a segunda direção em que deve estar dirigida a reparação e é na sua articulação com a política social da Colômbia. Edilma, uma líder histórica da *Asociación Nacional de Usuarios Campesinos - ANUC* e também líder das vítimas sinala:

*“Então tudo isso faz parte desse trecho de desenvolvimento do trabalho. No monte eu não tenho uma casa que o Estado me deu, eu tenho um caney, um rancho, isso ali que ... Em vez de fazer uma casa com o grupo de melhoria de vivenda rural. Mas se a gente olha o projeto de vítimas, isso está, no projeto das vítimas, é a melhoria da família, do lote de terra. Mas isso não se vê. Isso não se vê. Isso o preenchemos todos nós. Nós preenchemos um monte de documentos e os apresentamos porque há necessidade, mas não se vincula*

<sup>16</sup> O Instituto colombiano de Bienestar familiar é a instituição do Estado colombiano responsável pelo desenvolvimento e proteção de menores e famílias.

*a uma política mais ampla... como fazemos com ANUC procurando terra, pedindo para o posto de saúde. pedindo para carreteiras, pedindo para as escolas do setor agrário“.*

Um aspecto similar, questiona Carmela, líder histórica do bairro periférico e ilegal de *La Colonia* em *El Carmen de Bolívar*, bairro principalmente construído por famílias deslocadas forçosamente. Ela faz um chamado a um aspecto fundamental para as mulheres, uma política nacional de cuidado:

*“Nós nunca chegamos a receber o perdido porque aqui uma vez vieram alguns caminhões que deram àqueles a que lhes conveio, que quem não lhes conveio não. Depois das ajudas humanitárias, do milhão trezentos (1300 reais) que foram dados ao meu marido, as quatro ajudas e os dez milhões de pesos (10000 reais de indenização econômica) nós nunca recebemos nada de novo, nada, nada, é mais eu não tenho casa. Isto aqui é de sete irmãos, este setor daqui, porque já um irmão meu disse que vendia a metade da casa, aqui onde você pode me ver estou, enquanto Deus fornecerá e esperando por vontade de Deus porque eu sou uma das pessoas que não tem casa e tenho a meu cuidado uma pessoa com deficiência. E eu leio muito e disse que as pessoas com deficiência, os idosos como meu pai deveriam ter uma ajuda, uma política destinada a eles. Mas nós nunca vimos isso, por seis anos, oito anos, que nos deram a indenização dos dez milhões de pesos, mais nunca recebemos nada”.*

Os programas de reparação podem garantir perspectivas de gênero e até mesmo reconhecer e transformar as desigualdades, dependendo de como elas são projetadas para o benefício das vítimas. Esse é o intuito e demandas narradas pelas mulheres, principalmente pelas mulheres líderes entrevistadas, seja através da garantia de direitos integral ou pela justiça transformativa que crie marcos legais que consigam alterar a política do país, é o lugar das mulheres nela.

O quadro legal e os programas de justiça transicional devem incluir conceitos como gênero, igualdade de gênero e não-discriminação em sua base normativa, processual e substantiva (Kalla, 2018). Nestes cenários é importante considerar os planos individuais e coletivos, pois eles podem diferir nas atitudes em relação aos conceitos de justiça, reconciliação, responsabilidade e rendição de contas.

Os maiores grãos de satisfação das vítimas ocorrem quando elas tem um papel ativo no processo de reparação, e os vitimizadores assumem a responsabilidade por suas ações (Kalla, 2018). No entanto, se as reparações não forem integradas nos programas de desenvolvimento e nos esforços humanitários, na ausência de prestação de contas pelo Estado ou pelos perpetradores, é difícil garantir essa satisfação como nas histórias narradas até este momento.

Os programas de reparação têm grande potencial para empoderar as mulheres em geral, abordando a desigualdade social e econômica relacionada ao gênero e contribuindo para uma agenda de justiça social mais ampla (Valji, 2007). Por exemplo, uma das principais prioridades da reconstrução pós-conflito e da construção da paz inclui a estabilização do governo, segurança, justiça e instituições administrativas do Estado.

A reconstrução inicial do Estado deve incluir medidas voltadas para a igualdade de gênero e garantir a participação política, social e econômica das mulheres nesses processos. Esses esforços podem fornecer oportunidades que moldam novas dinâmicas sociais, econômicas e políticas que podem quebrar as normas e estereótipos de gênero existentes (Kalla, 2018). Não introduzir essa abordagem desde o início pode fortalecer a dinâmica preexistente de discriminação.

Esse potencial transformador se percebe nas narrativas das mulheres, e em seus esforços conjuntos de liderança desde diferentes frentes: organizações camponesas, juntas comunais de bairros, organizações de vítimas, movimentos de reclamo por diretos e organizações específicas de mulheres em contra das violências na vida pública e privada. As narrativas de agência das mulheres vão se mover por todos esses âmbitos entendendo que as diversas capas de violência as afetam conjuntamente dentro do regime de gênero.

### **3.3 Agência e liderança das mulheres**

As últimas narrativas trazidas de Natalia, Juana, Edilma e Carmela, todas líderes, centradas em questionar estruturas de distribuição de recursos materiais e simbólicos, direitos humanos - com ênfase nos das mulheres – e na necessidade de uma justiça que transforme estas realidades mostram uma linguagem e agência próprias de subjetividades politizadas como sujeitos de direitos. Comecei a evidenciar que outras narrativas se enquadravam mais como sujeitos de sofrimento, do que de direitos.

E que essas diferenças nas narrativas, inclusive, se refletiram nas histórias de acesso à justiça; sendo que quem tinha narrativas com conteúdo mais politizado de compreensão das diversas desigualdades vivenciadas pelas mulheres e da necessidade de que as mulheres entrem na vida pública para reclamar seus direitos tinham melhores condições de acesso à justiça.

Com esse questionamento fiz minha segunda visita ao campo. E tive a fortuna de me encontrar com coletivos de mulheres vítimas que estavam em diferentes momentos de formação: o primeiro, recentemente configurado, o segundo com uma trajetória de cerca de um ano e meio, mas que já tinha formulado o seu primeiro projeto produtivo e tinha conseguido o seu financiamento, que me receberam uniformadas com camisetas amarelas em contra da violência exercida às mulheres, e finalmente o último, de líderes históricas do município, que já tem compartilhado diferentes projetos econômicos, mas além disso, tem empreendido tentativas de movimentos políticos para aceder a cargos públicos.

Aqui também evidenciei tanto narrativas de sofrimento - que faziam demandas na linguagem de ajudas que movimentaram a compaixão sem reconhecer-se como sujeitos políticos. Assim, como narrativas de sujeitos de direito – com projetos políticos e econômicos concretos que se enquadram na justiça e dignidade das mulheres fazendo formações políticas para introduzir às mulheres e suas necessidades a diferentes espaços sociais.

O perfil das mulheres que tinham narrativas enquadradas no que Fassin (Fassin, 2004, 2012; Fassin e Vásquez, 2005) denomina como razão humanitária, são mulheres que tinham perdido um membro masculino da sua família, como na maioria dos casos, mas que não tem participado em nenhum espaço coletivo de caráter público – seja no contexto estatal ou comunitário. E portanto, vivenciaram os períodos de guerra e transição com recursos próprios ou familiares.

Esse é o caso de Aleida, cuja narrativa tem aparecido em diversos momentos da seção sobre acesso à justiça, por exemplo, ao narrar o medo de participar nas audiências públicas de *Justicia y Paz* ou quando denunciava a falta de atendimento tanto dos processos de reparação como das instituições estatais de política social. Aqui ela narra os anos posteriores ao assassinato de seu esposo a mãos de paramilitares:

*“Eu não tinha nada, nada senhorita, não tinha nada. Não tinha emprego, não possuía nenhum meio financeiro. Como a gente trabalha se a gente nunca foi acostumado a trabalhar? E então, quando a gente está sozinha, sempre a sociedade se acostuma a que **o homem é quem manda na casa**, para que você seja visto com bons olhos, as pessoas, deve haver um lar e o pai, **o homem é quem te representa**. Veem-me bem porque você tem seu esposo, te atendem. Mas quando não tem seu esposo, as pessoas lhe veem sozinha e é muito difícil que lhe ajudem. Antão a gente compreende que um pai faz falta na casa mas não, já a gente não, já a gente está sozinha. **Você tem que poder lutar para poder ganhar seu lugar diante das outras pessoas...**Mas para a sociedade, quando a gente está sozinha é muito difícil. A gente não consegue nada. Tem que viver isto, que um membro da família*

*apoie a você, mas não porque a sociedade diga a você “olha estamos aqui” ou “olha isto”, não, ninguém, ninguém. Ninguém ajuda a ninguém e a gente não sabe que vai acontecer. A gente mais se sente como deslocado, como só, como que a gente quer seguir lutando porque as mulheres sozinhas quase não podemos”.*

Esta narrativa nos evidencia uma das capas de violência propostas por Bourgois (2004b), que particularmente inibe as mulheres da autonomia econômica e política: a violência simbólica. Definida no trabalho de Bourdieu (2004) como as humilhações e legitimações internalizadas de desigualdade e hierarquia que vão do sexismo e racismo a expressões íntimas de poder de classe. Portanto, é a experiência subjetiva das relações de dominação.

As estruturas de dominação são um produto histórico da reprodução dessas relações por agentes e instituições em um nível material e simbólico que naturalizam as relações de dominação. No caso de Aleida, o fato de se socializar em um contexto cultural e político altamente patriarcal como a costa caribe colombiana (GMH, 2011), onde o valor de uma mulher se dá em função do homem – de seu parceiro nesta história – faz com que se materializem esquemas perceptuais sobre o mundo e sobre si mesma que reproduzem a dominação masculina e a subordinação feminina.

A força simbólica é uma forma de poder exercida sobre os corpos (Bourdieu, 2004). Um mundo físico estruturado simbolicamente e por interações e experiências que reificam a dominação. Encarnados no corpo de uma forma duradoura as formas de esquemas de percepção e disposição sensibilizam as mulheres para certas manifestações de poder que se concretam nas condições sociais que levam as dominadas a tomar pontos de vista dos dominantes sobre os dominantes e sobre si mesmas.

Aleida reproduz a subordinação e exclusão no campo econômico e político, tanto assim, que quando eu propus para ela a entrevista, ela me respondeu que deveria perguntar melhor ao filho mais velho dela, argumentando que ele me diria “*coisas mais importantes e relevantes*”.

Natalia, líder da região quem faz quinze anos vem trabalhando na questão da locução dos direitos humanos e especialmente no que diz respeito aos direitos das mulheres e das meninas, e quem foi coordenador da *Liga de mujeres desplazadas*<sup>17</sup>, tem

---

<sup>17</sup> A *Liga de Mujeres Desplazadas* é uma organização popular de mulheres que surgiu em 1998 com a missão de lutar pela restituição e defesa dos direitos humanos, individuais e coletivos das mulheres deslocadas e suas famílias.

como um dos seus objetivos a transformação dessa subjetivação das mulheres, e ainda mais das mulheres vítimas:

*“Portanto, é uma grande parte das propostas que temos na agenda das mulheres rurais, da região baixa. Porque nós consideramos que é hora de re-significar nossa existência. As mulheres rurais não são aquelas mulheres que de repente há um protótipo criado, que são as mulheres que estão lá no campo, que não sabem nada, quem são as mulheres que alguém fala com elas e não lhe vão entender. Não, existe muita estigmatização em relação às mulheres rurais. Não, nós mulheres rurais temos toda a capacidade também para na parte formativa, mas também temos toda a capacidade para a parte de trabalho ne? Então, consideramos que um dos aspectos que também deve ser considerado é que a mulher receba a terra ou o espaço para poder, junto com sua família, fortalecer seu projeto de vida ne? Fortalecer seu projeto de vida, chegar à frente e que os seus filhos possam ter muito do que a guerra e o conflito nos tirou sabe? Muitas dessas oportunidades podem se materializar em nossos filhos. As mulheres que repentinamente consideram que seu ciclo já passou, mas alguns como eu continuam na luta. Acho que continuarei a me formar até o último dia de minha existência, porque acredito que a formação integral deve estar sempre ali”.*

Perspectiva que compartilha Juana, quem também é líder faz quinze anos; começou sendo representante das mulheres de *El Carmen de Bolívar* no programa *Familias em acción*<sup>18</sup> e logo se converteu em uma reconhecida líder a nível regional e nacional das mulheres vítimas do conflito armado:

*“Bem, neste trabalho de incidência, temos trabalhado a temática da participação com mulheres aqui. Temos trabalhado na questão da participação da rede de mulheres, aqui no nível local, e fizemos um processo que foi encontrarmos as mulheres aqui quando houve tantas denúncias através do nosso movimento de mulheres e de tudo isso. Não havia onde dirigir-nos a relatar os abusos cometidos contra as mulheres de violência intrafamiliar, de deslocamento e que, através de tudo isso, as meninas e as mulheres também relataram que trabalhavam em casas de família e abusavam de muitas delas economicamente, trabalhavam sexualmente, e não queriam paga-lhes”.*

Na ausência de canais governamentais que reconheçam a multiplicidade de capas de violências que vivenciam as mulheres em tempos de guerra e “tempos de paz”, e que guiem e garantam os processos de justiça e especificamente de reparação, as organizações sociais e especialmente as de mulheres se convertem em lugar de escuta, de transformação de subjetividades, de luta pela justiça e de sororidade<sup>19</sup>. Esse é o caso de Isabel, com quem abri o capítulo 2, que foi vítima de sequestro, violência sexual e

<sup>18</sup> *Familias en Acción* é o programa assistencial principal do governo o qual oferece a todas as famílias com crianças menores de 18 anos apoio econômico para ter uma dieta saudável, crescimento e desenvolvimento de controles de tempo e permanência no sistema escolar.

<sup>19</sup> Palavra frequentemente utilizada pelas participantes a qual é um neologismo que se refere à solidariedade entre as mulheres em contextos de discriminação sexual e patriarcado.

deslocamento forçado, e como mencionei foi representante pelas mulheres em diferentes *Mesas de Víctimas*:

*“Eu cheguei a representar às mulheres. Quando me atrevi a falar ali, que eles estavam procurando às representantes desse crime sexual, das mulheres vítimas desse fato, eu escolhi, fui imediatamente representar as mulheres aqui de El Carmen de Bolívar. Sobreviventes de veredas na mesa do departamento, e na mesa do departamento, onde estavam todos os líderes departamentais, digamos que também peguei o microfone, expliquei os motivos. A gente tinha que explicar os motivos porque tinha que representar esse evento vitimizante. Eu enchi de coragem e falei porque estava ali. **Quero dizer, foi tão significativo que eles se pararam para me aplaudir, uma voz de apoio e, em seguida, eles me escolheram imediatamente para a mesa nacional. É dizer, para ser direto porque nenhuma mulher se atreveu a fazer o que eu fiz. E lá eu comecei a me ver, quer dizer, me senti assim, como estou falando assim com você, quando falei me senti com um rosto, antes sentia vergonha de mim mesma. E eu me sentia livre para poder falar com autoridade, para poder representar com autoridade e lutar por isso, para que a justiça pudesse ser feita. Ajudar outras mulheres desde meu testemunho, que outras mulheres se atrevam a falar, a denunciar, a não calar”.***

As mulheres ocupam uma posição claramente distinta de gênero quando demandam justiça às autoridades locais e se organizam para a mudança social na Colômbia (Lemaitre e Sandvik, 2014). Por um lado, as mulheres estão assumindo papéis que desestabilizam política e culturalmente os contextos patriarcais quando seu ativismo responde às demandas por alívio da pobreza, exigência de participação política e denuncia de violências de gênero e lutas pela reparação. Inclusive configurando-se como uma ameaça, alinhada com a percepção generalizada patriarcal de que, as mulheres ao se organizarem e se tornarem visíveis, estão desafiando as normas tradicionais de gênero, e em ocasiões recebem retaliações da mão da comunidade ou de grupos armados por transgressão de imperativos políticos e de gênero:

*Foi também o acesso a, como se chama? À liderança. Porque sempre a gente via que a liderança, o líder era o homem, lá não podíamos, éramos sempre secretárias, mas não a representatividade do grupo. **Eles nos disseram que éramos umas loucas, que as pautas que colocávamos nós as mulheres, os homens eram os que tinham que estar na rua, que os homens eram os que trabalhavam, que nós mulheres o que íamos procurar na rua. Eles não nos emprestavam os locais para realizar as reuniões, usávamos nossas casas. Quando nos viram como líderes, porque éramos como quase vinte e cinco, vinte e seis líderes que eram formais, porque havia alguns que tinham medo de realizar reuniões, então nós, aqui na minha casa se fizeram as reuniões... nós fazíamos as reuniões escondidas no quintal. Nós nos reuníamos escondidas para poder ter os treinamentos que nós deram para as mulheres, todo o trabalho que foi feito, porque nos diziam que estávamos ensinando era deixar os maridos, que estávamos em devassidão, que éramos prostitutas e tudo o mais. E essa foi a parte que mais nos mexeu, porque por algumas pessoas descobrirem, então eles disseram que a gente que fazia na***

*rua. E a gente que podia fazer porque estamos questionadas, a nossa honra e uma parte da gente, foi a família da gente. Foi a associação, foram os movimentos. Pelo menos a gente aprendeu com tantas mulheres como por exemplo a Sra. Edilma Pinto, então esse é o trabalho que queremos levar com as meninas para que o processo não morra ali, mas continue.” (Narrativa de Juana).*

Muitas narrativas de mulheres também denunciam revitimização por funcionários públicos que não levam a sério suas reivindicações. Assim, as ameaças, o medo e os preconceitos (discriminação) limitam o acesso à justiça no nível local e as medidas governamentais permanecem inadequadas, porque se baseiam em mecanismos administrativos e não no fortalecimento da coesão social ou no fortalecimento das organizações de mulheres (Meertens, 2018).

Esta situação é agravada pela presença durante os períodos de transição de grupos armados e os exércitos anti-restituição que vigiam e regulam os processos de reclamação. Os níveis extremos de impunidade nessas situações tornam a insegurança uma prática sem intervenção e afetam as decisões sobre a reivindicação de direitos, seguindo com a história de Isabel:

*“A partir de certo momento vieram muitas ameaças, muitas ameaças. Começamos a trabalhar junto com minha irmã Irma, com o tema do movimento pela paz que nos ajudou muito, a temática do incentivo com as mulheres. E começamos a acompanhar muitas mulheres de María la Baja e de todo esse setor, mas eu comecei me retirar um pouco porque entrei na questão da terra e esse assunto era tão quente que começaram as ameaças ... foram ameaças dirigidas a mim. **Vieram porque começamos a lutar para que uma comunidade não fosse despojada de suas terras, porque havia alguns latifundiários que queriam ocupar essas terras. Então de lá começaram as ameaças.** Eles começaram comigo, pois toda a questão... de dois mil e doze, dois mil treze, **quarenta e seis mensagens de texto chegaram ao meu telefone que me ameaçaram, que iam me matar, que iam matar meus filhos, que retirasse as denúncias.** Nesse processo, estivemos sete líderes ameaçados, da mesa de ajuda...Olha o que é a vida, que de tantas denúncias que fiz para que o estado, a promotoria investigasse quem era a pessoa que me ameaçava, **depois de um ano no mesmo Ministério Público, não judicializa aos outros, judicializa a mim.** Por quê? Porque supostamente eu estava me ameaçando. **É dizer, eram falsas denúncias e essa é uma luta que estamos empreendendo neste momento.** Estou sendo judicializada, ainda estou sendo judicializada, temos audiência agora em novembro, a audiência final para emitir uma sentença. E essa é uma luta que deixou todo o trabalho, tudo, tudo. Então, depois de tudo o que me aconteceu... outra dor do escândalo, nós saímos até no jornal! Para mim foi muito doloroso que meu rosto saísse lá, porque depois que meu rosto aparece no jornal, a pessoa que me fez dano soube onde eu estava, e duas pessoas começaram a me perseguir, dois desmobilizados a me perseguirem. Eu tive que me retirar e sair de El Carmen. Eu não estou morando no Carmen no momento, tive que deixar o Carmen, e eu não tenho denunciado, eu não me atrevo a denunciar”.*

Para as mulheres vítimas e líderes na Colômbia, a insegurança política coloca em jogo a relevância dos papéis tradicionais de gênero que exigem que as mulheres permaneçam confinadas nos espaços domésticos e não façam alegações políticas. Os riscos de segurança destas mulheres também são entendidos como ameaças de morte por motivos políticos, tentativas de assassinato, incêndios criminosos, ataques físicos e outras formas de intimidação por motivação política. Elas enfrentam múltiplas formas de periculosidade após os primeiros eventos de violência direta sociopolítica.

Uma das principais causas de insegurança é a presença persistente e bem documentada de atores armados ilegais em muitos municípios. Além da presença e controle de atores armados ilegais, uma segunda causa de insegurança é a captura do Estado por indivíduos ligados a traficantes de drogas, assim como por políticos corruptos e interesses comerciais (Lemaitre e Sandvik, 2014; Meertens, 2010, 2018).

Uma terceira causa de insegurança é a luta pelos recursos, especialmente os recursos relacionados à posse da terra rural. Enquanto muitos conflitos podem ser rastreados até uma luta pela terra, a justiça transicional gerou sua própria forma de insegurança relacionada à posse da terra, particularmente através da resistência à restituição de terras em lugares que expulsaram os deslocados e que agora estão sob o controle de grupos armados ilegais e corruptos, interesses políticos e empresariais (Lemaitre e Sandvik, 2014; Meertens, 2010, 2018).

Embora essas condições afetem todas as populações, também é um fato que essas formas de insegurança (de atores armados ilegais, de captura de estado e de lutas por recursos naturais) afetam o ativismo comunitário de mulheres em seus locais de recepção.

O estado frente à estas situações oferece compensações monetárias, telefones celulares ou visitas periódicas de polícias às mulheres, mas não se estabelecem como formas de proteção efetivas, mesmo desde o simbólico (Lemaitre e Sandvik, 2014). Na medida em que as mulheres entrevistadas mencionaram que a segurança implicava que a Polícia e as Forças Armadas locais quem eram cúmplices em ameaças, assassinatos e, não fazia sentido ter guarda-costas e motoristas designados, ou dar às mulheres celulares.

O caso de Isabel e Irma nesse sentido, é exemplar, sendo judicializadas pelo próprio estado, acusadas por se autoameaçar ao compartilhar as mensagens de ameaça com os companheiros e companheiras da *Mesa de Víctimas*. Da mesma forma, essa indefinição entre as forças armadas do Estado e os atores armados ilegais geralmente

acontece com estruturas culturais de referência que exigem o controle social das mulheres.

Estas são as coisas que acontecem, que as mulheres vítimas vivem todos os dias em seus próprios corpos, o que se conecta com a análise sobre a violência cotidiana (Bourgois, 2004b; a; Sheper-Hughes, 2004). Para mulheres como Isabel, uma ameaça traz de volta o medo que levou aos primeiros eventos vitimizadores e a certeza do perigo. Sua resposta e sua percepção de si mesma, como mulher, como mãe, como vítima, são o contexto que define a situação.

Ameaças como essas geralmente reforçam os estereótipos de gênero, já que as mulheres são orientadas a cuidar de seus próprios assuntos e permanecer no âmbito doméstico. Nesse sentido, a história de Isabel ilustra a dimensão política dos danos da insegurança, que é a redução das mulheres de base à esfera doméstica através de ameaças e intimidação de líderes comunitárias e as ligações entre essas ameaças e seus papéis como mães.

Concluindo, as capas de violências e a insegurança nos locais de recepção levantam perguntas para a justiça transicional. Além da preocupação com a violência sexual, como o conflito armado afeta as mulheres diferencialmente, e como deve, portanto, ser reparado de forma diferente? Isso inclui considerações não apenas de danos específicos, mas considerações de uma experiência diferente dos mesmos danos, como a insegurança e a vulnerabilidade à violência (Lemaitre e Sandvik, 2014), tal como são percebidas pelas próprias mulheres em uma cultura patriarcal que já lhes diz para permanecer no âmbito doméstico.

Se a estrutura de justiça transicional é entendida como a geração de um novo quadro político e institucional regido pela lei, esta deve garantir às mulheres a sua segurança, e atestar as demandas públicas que elas fazem de suas necessidades e experiências. É dizer, incluí-las como parte do novo quadro social, o que implica reconhecê-las como cidadãs.

Se a exclusão da política e da liderança e a redução para o âmbito doméstico em troca de segurança é um dano central dos conflitos armados e dos períodos de transição contra as mulheres, garantir a plena inclusão delas como líderes sociais e políticas, e sua segurança é necessariamente parte das reparações do pós-conflito, em consonância com uma proposta de justiça transformativa. A experiência das mulheres de exclusão do âmbito político a través da força deve ser incluída nas narrativas dos conflitos armados e da construção de paz.

Concepções sobre os processos de paz – principalmente minimalistas – podem limitar os objetivos de igualdade de gênero em três direções: primeiro, desde visões culturais que veem a participação das mulheres como uma fonte de enfraquecimento nas negociações (Bell, 2018); segundo, uma perspectiva de que a inclusão de uma agenda de gênero e justiça social seja vista apenas como um interesse de uma das partes ou com uma importância minoritária dentro dos processos de minorização mencionados por Segato (2016a; b); terceiro, que a paz seja vista como algo que não se pode obter pelo qual só é incluído aquilo que é entendido como vital para acabar com o conflito armado e salvar vidas desde uma lógica da razão humanitária (Fassin, 2004, 2012; Fassin e Vásquez, 2005).

Todas estas concepções fazem referência a uma igualdade formal no âmbito da cidadania liberal (Bell, 2018; Bell e O'Rourke, 2007), a qual tem sido problematizada pelas narrativas das mulheres que exigem justiça restaurativa e ainda mais transformativa. Demandam a inclusão de direitos socioeconômicos, debates sobre insegurança política e o reconhecimento de como as capas de violência antes, durante e depois do conflito as afetam de uma maneira particular.

## CONCLUSÕES

Com o objetivo de problematizar os marcos da justiça transicional colombiana desde a categoria gênero através das narrativas das mulheres, a análise levou no capítulo 2 da tese titulado “As violências de gênero nos períodos de transição” a contribuir para a ampliação do enquadramento das violências contra a mulher na guerra e especialmente na transição, contemplando além das violências diretas – mais relacionadas com os direitos civis e políticos – as capas de violências estruturais, simbólicas e cotidianas que envolvem os direitos econômicos sociais e culturais os quais refletem a mulher em suas demandas da vida cotidiana na transição.

Estas outras capas de violências narradas pelas mulheres não reconhecidas plenamente e as lutas delas pela garantia de direitos, também implicaram a indagação por noções de justiça mais amplas no capítulo 3 titulado “Lutas pela reparação: agência e liderança das mulheres”. Foi necessário aprofundar em fundamentos de justiça como a justiça redistributiva e transformativa. O desenho da pesquisa – de cunho narrativo e seus resultados – evidenciaram, principalmente as tensões da memória na justiça transicional, e como a partir dela, em uma relação entre passado e o presente, se constrói coletivamente o que ocorreu, como se delimitam os responsáveis e como deve-se reparar o ocorrido na guerra.

A primeira conclusão da tese é que para compreender a justiça transicional colombiana é preciso entendê-la nos seus enquadramentos do regime de gênero e da cidadania liberal. Cabe lembrar que o gênero tem sido uma das formas recorrentes pelas quais o poder político foi concebido, legitimado ou criticado. A oposição binária que se dá no regime de gênero torna-se parte do mesmo significado de poder, para questionar ou construir o Outro diferencial que ameaça os sistemas, neste caso as mulheres frente à justiça transicional. O próprio significado da política é marcado por essa diferenciação e determinará nos conflitos que prevalecerão.

Nesse sentido, tem havido dentro da justiça transicional colombiana uma perspectiva de construção de paz minimalista, reduzida para superar as consequências específicas de uns tipos específicos de conflitos (os armados). Esta perspectiva tem deixado de lado outros conflitos sociais que, a partir de uma compreensão sociopolítica do conflito armado colombiano, têm sido geradores de guerra, conflitos sociais como a desigualdade econômica e conflitos políticos, os quais se expressam na disputa pelo

poder fora dos canais democráticos e a expressão da intolerância ideológica pela violência.

Essa prevalência dos conflitos armados sobre outros, significa também a primazia do reconhecimento e reparo das violências diretas - mas só as enquadradas no conflito armado - sendo estas a violação dos direitos civis e políticos, como mencionei anteriormente. Este fato, tem a marca do gênero, em tanto este tipo de violações atingem mais aos homens e têm como principal consequência, dentro da justiça transicional colombiana, que exista predominância da justiça retributiva na vida das mulheres sobreviventes do conflito armado – aquela que faz o reconhecimento jurídico das vítimas e determina as consequências punitivas, principalmente penais dos culpáveis -.

Essa visão minimalista de construção de paz – relacionada com os danos que reconhece e as formas de justiça que estabelece para a reparação – evidenciam como o gênero determina o que vai ser garantido e protegido nos períodos de transição, novamente reinstaurando a supremacia do político desse *Um Universal* – homem e as experiências, necessidades e interesses que representa.

Esta construção do valor residual das necessidades e lutas políticas das mulheres, segundo diversas autoras (Butterfield e Heineman, 2018; Segato, 2013, 2016a; b; Sjørberg, 2018) está reificada na modernidade e na construção da cidadania liberal que contém um discurso dos direitos humanos universalizante, cuja ideia de igualdade formal desconhece as diferenças sociais reais. Justamente esse esquema é o que precisamos desmontar, opor e redirecionar, porque é desse esquema binário de invisibilização ou minorização das realidades das mulheres, o qual intensifica os danos que afetam a vida delas. Mas também muitas das violências que afetam a sociedade contemporânea como um todo. Isto implica dismantelar o *Um Universal* que se estabelece e, ao fazê-lo, os mundos são diversificados para construir uma democracia que tenha como centro a defesa do pluralismo e para o interesse específico desta tese; o reconhecimento das mulheres como cidadãs.

Reiterando o dito, a história da política – neste caso da justiça transicional colombiana – é enquadrada pela construção moderna do gênero. Como segunda conclusão da pesquisa; se bem está enquadrada nesses significados fixos, também é contestada. Isso é o que é feito pelas mulheres sobreviventes do conflito armado nas suas lutas pela reparação. Primeiro, nas suas demandas pelo reconhecimento do fato de que as violências que vivenciam estão presentes antes, durante e depois da guerra nos

períodos de transição; segundo, no reconhecimento de capas de violências que vão além da violência direta – sociopolítica, violências estruturais, simbólicas e cotidianas.

Ditas violências tem a ver com a qualidade e a garantia integral de direitos dessas vidas e desafiam a perspectiva de construção de paz patriarcal, liberal e minimalista, que tem como principal objetivo salvar vidas em um clássico enquadramento humanitário. Este enquadramento é predominante na vida das mulheres, como as participantes narraram, pois tem uma capacidade de resposta de curto prazo, além de ser temporariamente limitado ao período de conflito armado, reduzindo os objetivos da construção da paz em termos de redução de homicídios e reconstrução das consequências físicas dos atingidos pela guerra.

Deixando de lado os debates sobre a responsabilidade do Estado pela garantia e reparação dos direitos sociais, econômicos e culturais que implicaria padrões de intervenção temporários mais amplos na construção da paz, uma vez que precisam mudanças neurálgicas sociais, econômicas e políticas. É dizer, os resultados da tese evidenciam que é preciso um amplamento ao enquadramento da justiça transicional colombiana que reconheça o gênero não de maneira marginal ou transversal, mas estrutural de um Estado democrático de direito.

Duas narrativas centrais evidenciaram esta ampliação do enquadramento: primeiro, as demandas por direitos econômicos, sociais e culturais em todos os casos das mulheres participantes e, segundo - de parte das líderes - exigência de garantias para a sua participação política. Isto nos conecta com concepções de justiça restaurativa e transformativa que incorpore às suas questões fundamentais como o gênero funciona; por exemplo, canalizando homens e mulheres de forma desproporcional em diferentes instituições ou desvalorizando atributos e comportamentos associados ao feminino. Pelo tanto, como terceira conclusão se apresenta que a luta pela reparação das mulheres nos evidencia que um conceito estendido de violência leva a um conceito ampliado de paz – e de reparação - que realmente garanta a cidadania.

Assim mesmo, nos corrobora como através de nossa participação política como mulheres na vida pública, fazemos a história, consegue-se alterar os marcos patriarcais e liberais acedendo a maior reconhecimento e justiça, mas também transformamos a nossa própria narrativa de vida e daquelas mulheres que pouco a pouco se atrevem a unir-se coletivamente na luta pela justiça de gênero e social.

Estes três elementos analíticos e conclusivos: primeiro, refletir sobre a justiça transicional enquadrada no gênero e na cidadania liberal que constrói uma vítima

referenciada no Um Universal. A qual desconhece as desigualdades sociais e nesse sentido que reconhece só algumas violências e normaliza outras – particularmente as da vida cotidiana das mulheres sobreviventes, as marcadas pelo gênero – tem consequências nos fundamentos de justiça que permite. Segundo reconhecer que a luta das mulheres pela apreensão como cidadãs, agentes e líderes que transformam as realidades de transição, que exigem o reconhecimento das violências que sofrem e da justiça que precisam consegue desafiar esse enquadramento. Derivando no terceiro elemento, relacionado com que um marco ampliado e plural que apreenda diversas realidades - neste caso das mulheres - constituirá um conceito de paz amplificado e maximalista, que não apenas relacione os objetivos da paz com a teoria do conflito armado excepcional, mas também com a teoria do desenvolvimento que transforme as realidades cotidianas dos períodos de transição e paz.

Nesse sentido, é como quarto elemento conclusivo, estes resultados e análises não tivessem sido possíveis sem a escolha metodológica biográfico-narrativa, a qual realmente permite através da oralidade estabelecer diálogos com as vozes das "vidas silenciadas" entre as quais as mulheres estariam; dado que desafiam o raciocínio lógico-formal androcêntrico que planteia um sujeito neutro e universal produtor de conhecimento.

Além disso, o encontro entre as narrativas das participantes, juntamente com as minhas estabeleceram uma comunicação intersubjetiva respeito da realidade social da transição, constituindo formas alternativas de ciência que - como esta pesquisa desde as narrativas das mulheres - querem reconhecer os diversos lugares desde onde se constrói conhecimento e memória sobre o que aconteceu na guerra, o que acontece nos períodos de transição e nos denominados tempos de paz.

Esta aposta teórica, metodológica e política resulta relevante, porque as iniciativas de construção de memória no período de transição, ao deixá-las nas mãos exclusivas do Estado, correm o risco de se constituir em versões “oficialistas” ou unilaterais dos fatos, ou podem se tornar construções hegemônicas dos eventos de violência e das vítimas, marcadas pelo poder estatal o qual, no caso colombiano é patriarcal e neoliberal. Portanto, mostra-se relevante incorporar iniciativas que permitam que as narrativas das vítimas do presente aflorem para desconstruir versões monolíticas dos períodos de conflito e violência do passado, que repercutem no que compreendemos que se deve reparar no presente.

O direito à memória, para muitos autores, constitui-se, junto com o direito à verdade, como um dos pilares da justiça transicional e dos processos de reparação (Sousa et al., 2015). O passado, e em específico, o passado violento, está aberto e propício a novas interpretações, à descoberta de novas fontes, à produção de novas narrativas. Isso implica dizer que o trabalho da memória possui múltiplas dimensões; o plano individual, as reparações que cada sujeito vivencia – o que é fundamental –, e também o plano social relacionada com as políticas de reparação, que se expandem para a defesa judicial de direitos, para o estabelecimento de comissões da verdade e para a reforma das instituições.

Concluindo, a memória – do que aconteceu, das vítimas, das violências e do que deve ser garantido e protegido dentro dos marcos de justiça – é uma construção discursiva marcada pelo poder que se constitui de formas diferente em enquadramentos sociais e políticos diversos. Dado o objetivo desta pesquisa, a análise se concentrou no enquadramento da memória pelo poder patriarcal no que é reconhecido como as violências contra as mulheres a ser reparadas dentro da justiça transicional. Mas a memória também é lugar de resistência como nos evidenciam as narrativas das mulheres sobreviventes.

A memória individual ou coletiva nunca é um espelho do passado, mas sim um indício das necessidades e dos interesses dos que lembram no presente. Essas são, portanto, duas características fundamentais da memória e de sua relação com o presente e seu caráter construtivo. Nesse sentido, e pensando na construção de memória dentro da justiça transicional, importam as fontes, quem articula essas fontes em narrativas, com que necessidades e interesses se constrói o modo de lembrar, e que processos de significação e representação dão forma ao passado e à justiça transicional no presente.

Memória e esquecimento são eixos fundamentais da esfera do poder, disputando o modo como a memória coletiva constrói-se em cada sociedade. A democratização da memória na justiça transicional, o resgate de diversas narrativas, das narrativas das vítimas, e fundamentalmente daquelas vítimas que não se enquadram no *Um* universal como as mulheres, permite a uma sociedade apropriar-se de seu passado para escolher melhor os passos a serem dados no presente. Daí a importância de que futuras pesquisas contribuam a uma memória coletiva, que contenham todos os fatos sociais e políticos essenciais desde um olhar pluralista, de modo a possibilitar uma interpretação histórica pautada nas memórias subterrâneas dos dominados que se opõem às versões oficiais e que seja efetivamente democrática. No caso desta pesquisa, tratou-se de recuperar

narrativas de mulheres que se opõem, problematizam e resistem às versões hegemônicas androcêntricas, enquadradas no poder patriarcal do que é construído como a vítima do conflito armado colombiano e as suas demandas nos períodos de transição.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCOFF, L. The Problem of Speaking for Others. **Cultural Critique**, v. 20, n. 20, p. 5–32, 1992.

ALEKSIÉVICH, S. **La guerra no tiene rostro de mujer**. Bogotá: Penguin Random House Grupo Editorial, 2015.

AOLAIN, F. N.; CAHN, D.; VALJI, N. Introduction. *In*: AOLAIN, F. N.; CAHN, D.; VALJI, N. (Eds.). . **The Oxford Handbook of Gender and Conflict**. New York: Oxford University Press, 2018.

AOLAIN, F. N.; ROONEY, E. Underenforcement and Intersectionality: Gendered Aspects of Transition for Women. **The International Journal of Transitional Justice**, v. 1, n. 3, p. 338–354, 2007.

BELL, C. Women, peace negotiations, and peace agreements. *In*: AOLÁIN, F. N. *et al.* (Eds.). . **The Oxford Handbook of Gender and Conflict**. New York: Oxford University Press, 2018. p. 417–429.

BELL, C.; O'ROURKE, C. Does Feminism Need a Theory of Transitional Justice? An Introductory Essay. **The International Journal of Transitional Justice**, v. 1, n. 1, p. 23–44, 2007.

BODELÓN, E. Violencia institucional y violencia de género. **Anales de la Cátedra Francisco Suárez**, v. 48, p. 131–155, 2014.

BOLÍVAR BOTÍA, A. "De nobis ipse silemus?": Epistemology of biographical-narrative research in education. **Revista Electrónica de Investigación Educativa**, v. 4, n. 1, p. 1–26, 2002.

BOURDIEU, P. Gender and Symbolic Violence. *In*: SCHEPER-HUGHES, N.; BOURGOIS, P. (Eds.). . **Violence in War and Peace: An Anthology**. Oxford: Blackwell Publishing, 2004.

BOURGOIS, P. US Inner-city Apartheid: The Contours of Structural and Interpersonal Violence. *In*: SHEPER-HUGHES, N.; BOURGOIS, P. (Eds.). . **Violence in War and Peace: An Anthology**. Oxford: Blackwell Publishing, 2004a.

\_\_\_\_\_. The Continuum of Violence in War and Peace: Post-Cold War Lessons from El Salvador. *In*: SHEPER-HUGHES, N.; BOURGOIS, P. (Eds.). . **Violence in War and Peace: An Anthology**. Oxford: Blackwell Publishing, 2004b.

\_\_\_\_\_. The Everyday Violence of a Gang Rape. *In*: SHEPER-HUGHES, N.; BOURGOIS, P. (Eds.). . **Violence in War and Peace: An Anthology**. Oxford: Blackwell Publishing, 2004c.

BUCKLEY-ZISTEL, S.; ZOLKOS, M. Introduction: Gender in Transitional Justice. *In*: STANLEY, S.; BUCKLEY-ZISTEL, R. (Eds.). . **Gender in Transitional Justice**. [s.l.] Palgrave Macmillan, 2012. p. 1–37.

BUTTERFIELD, J.; HEINEMAN, E. The gendered nexus between conflict and citizenship in historical perspective. *In*: AOLAÍN, F. N.; CAHN, D.; VALJI, N. (Eds.). . **The Oxford Handbook of Gender and Conflict**. Oxford: Oxford University Press, 2018.

BUTLER, J. **Marcos de guerra**. [s.l.] Paidós SAICF, 2010.

CAMPBELL, K. The Gender of Transitional Justice: Law, Sexual Violence and the International Criminal Tribunal for the Former Yugoslavia. **International Journal of Transitional Justice**, v. 1, n. 3, p. 411–432, 2007.

CASTRILLÓN-GUERRERO, L. *et al.* Comprensiones de perdón, reconciliación y justicia en víctimas de desplazamiento forzado en Colombia. **Revista de Estudios Sociales No.35**, v. 63, n. 2, p. 84–98, 2018.

COLOMBIA, C. C. DE. **Auto 092/08**Colombia, 2008.

CORTÉS, E. A. Feminización y subalternización del otro enemigo. Construcción y destrucción de corporalidades en contextos de conflicto armado y violencia extrema. **Colombia Internacional**, v. 80, p. 57–82, 2014.

CRESWELL, J. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Arned, 2010.

DENZIN, N. K. Triangulation 2.0\*. **Journal of Mixed Methods Research**, v. 6, n. 2, p. 80–88, 2012.

DINIZ, D. Perspectivas e articulações de uma pesquisa feminista. *In*: STEVENS, C.; OLIVEIRA, S. R. DE; ZANELLO, V. (Eds.). . **Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas**. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2014. p. 11–21.

\_\_\_\_\_. Feminismo: modos de ver e mover-se. *In*: GOMES, P. *et al.* (Eds.). . **O que é Feminismo?** Lisboa: Escolar Editora, 2015. p. 47–60.

DINIZ, D.; SANTOS COSTA, B.; GUMIERI, S. Nomear Femicídio: Conhecer, Simbolizar E Punir. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, v. 114, p. 225–239, 2015.

EISENSTEIN, Z. **Re-sexing Militarism for the Globe**The War Question for Feminism; Gender Aspects on Militaries, Armed Conflict, Peacekeeping and Anti-War Activism. **Anais...**Orebro: 2008.

FARMER, P. On Suffering and Structural Violence: A View from Below. *In*: SCHEPER-HUGHES, N.; BOURGOIS, P. (Eds.). . **Violence in War and Peace: An Anthology**. Oxford: Blackwell Publishing, 2004.

FASSIN, D. Entre las políticas de lo viviente y las políticas de la vida. Hacia una antropología de la salud. **Revista Colombiana de Antropología**, 2004.

\_\_\_\_\_. Humanitarian Reason: A Moral History of the Present. **Humanitarian Reason: A**

**Moral History of the Present**, 2012.

FASSIN, D.; VÁSQUEZ, P. Humanitarian exception as the rule: **American Ethnologist**, v. 32, n. 3, p. 389–405, 2005.

FLICK, U. Triangulation in Qualitative Research. *In*: FLICK, U.; KARDOFF, E.; STEINKE, I. (Eds.). . **A Companion to Qualitative Research**. Londres: Sage Publications, 2004.

\_\_\_\_\_. **An introduction to qualitative research**. Londres: Sage Publications, 2006.

FRANKE, K. M. Gendered subjects of transitional justice. **Columbia Journal of Gender and Law**, v. 15, n. 3, p. 813–828, 2006.

GALTUNG, J. Violence, Peace, and Peace Research. **Journal of Peace Research**, v. 6, n. 3, p. 167–191, 1969.

GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GMH. **Mujeres y guerra. Víctimas y resistentes en el caribe colombiano**. Bogotá: Editora Aguilar; Altea; Taurus; Alfaguara., 2011.

\_\_\_\_\_. **¡BASTA YA! Colombia: Memorias de guerra y dignidad**. [s.l.: s.n.]. Disponible em: <<http://centrodememoriahistorica.gov.co/observatorio/bases-de-datos/>>.

\_\_\_\_\_. **Memorias plurales: experiencias y lecciones aprendidas para el desarrollo de los enfoques diferenciales en el Centro Nacional de Memoria Histórica**. Bogotá: [s.n.].

GONZALEZ, F.; BOLIVAR, I.; VASQUEZ, T. **Violencia política en Colombia: de la nación fragmentada a la construcción del Estado**. Bogotá: Cinep, 2003.

HERNÁNDEZ, R.; FERNÁNDEZ, C.; BAPTISTA, M. DEI P. **Metodología de pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2013.

ILIOPOULOU, G. *et al.* The " Tree of Life " in a Community Context. **Context**, v. 105, n. October, p. pp 50-54, 2009.

JAMIESON, R. Towards a criminology of war in Europe. *In*: RUGGIERO, V.; SOUTH, N.; TAYLOR, I. (Eds.). . **THE NEW EUROPEAN CRIMINOLOGY Crime and social order in Europe**. Londres: Routledge, 2004. p. 480–506.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. Narrative interviewing. *In*: BAUER, M.; GASKELL, G. (Eds.). **Qualitative researching with text, image and sound. A practical handbook**. Londres: Sage, 2000.

KALLA, K. Advancing Justice and Making Amends through Reparations: Legal and Operational Considerations. *In*: AOLAIN, F. N.; CAHN, D.; VALJI, N. (Eds.). . **The Oxford Handbook of Gender and Conflict**. New York: Oxford University Press, 2018.

LAPARRA, D.; TORTOSA, J. M. Violencia estructural: una ilustración del concepto.

**Documentación social**, v. 131, n. 131, p. 57–72, 2003.

LEMAITRE, J.; SANDVIK, K. B. Beyond Sexual Violence in Transitional Justice: Political Insecurity as a Gendered Harm. **Feminist Legal Studies**, v. 22, n. 3, p. 243–261, 2014.

LOTT, J. Populações especiais e vulneráveis. *In*: DINIZ, D.; GUILHEM, D. (Eds.). . **Ética em pesquisa: experiência de treinamento em países sul-africanos**. Brasília: Letras Livres; Editora UnB, 2008.

MADRID VALDIVIESO, J. Construcción de la identidad narrativa usando el recurso del “Árbol de la vida”, en estudiantes de la institución educativa “San Columbano”, Lima, 2014. **Revista de Investigación PAIDEIA en Ciencias Humanas y Educación**, v. 1, n. 1, p. 33–46, 2015.

MANCHOLA CASTILLO, C. H.; SOLBAKK, J. H. Bioethics and imagination: towards a narrative bioethics committed to social action and justice. **Medical Humanities**, p. medhum-2016-011079, 2017.

MEERTENS, D. Colombia: Gender and Land Restitution. *In*: AOLÁIN, F. N. *et al.* (Eds.). **The Oxford Handbook of Gender and Conflict**. New York: [s.n.]. p. 521–531.

\_\_\_\_\_. Forced displacement and women’s security in Colombia. **Disasters**, v. 34, n. SUPPL. 2, p. 147–164, 2010.

NAGY, R. Transitional Justice as Global Project: critical reflections. **Third World Quarterly**, v. 29, n. 2, p. 275–289, 2008.

O’ROURKE, C. Gender and Transitional Justice. *In*: LAWATHER, C.; MOFFETT, L. (Eds.). **Research Handbook On Transitional Justice**. Northampton: Edward Elgar Publishing, 2017.

OHCHR. **Rule of Law Tools for Post-conflict States: Reparation Programmes**. New York and Geneva: [s.n.].

PÉCAUT, D. Estrategias de paz en un contexto de diversidad de actores y factores de violencia. *In*: LEAL, F. (Ed.). . **Los labirintos de la guerra: utopías e incertidumbres sobre la paz**. Bogotá: Universidad de los Andes, 1999.

\_\_\_\_\_. **La experiencia de la violencia: Los desafíos del relato y la memoria**. Medellín: La carreta histórica, 2013.

RAMÍREZ-OROZCO, M. Aproximación bibliográfica a la construcción de la paz. **Revista de la Universidad de la Salle**, n. 63, p. 23–43, 2014.

RETTBERG, A. Diseñar el futuro: una revisión de los dilemas de la construcción de paz para el postconflicto. **Revista de estudios sociales**, n. 15, p. 15–28, 2003.

\_\_\_\_\_. La construcción de paz bajo la lupa: una revisión de la actividad y de la literatura académica internacional. **Estudios Políticos**, n. 42, p. 13–36, 2013.

RICOEUR, P. **Tiempo y narración I Configuración del tiempo en el relato histórico**. Quinta ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores., 2004.

SACIPA, S. *et al.* La psicología política en Colombia. **C@hiers de Psychologie politique**, n. 23, 2013.

SCHEPER-HUGHES, N. Small wars and invisible genocides. **Social Science and Medicine**, v. 43, n. 5, p. 889–900, 1996.

SCOTT, J. W. Gender: A Useful Category of Historical Analysis. **The American Historical Review**, v. 91, n. 5, p. 1053–1075, 1986.

SEGATO, R. L. **Las estructuras elementales de la violencia. Ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

\_\_\_\_\_. **La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas en Ciudad Juárez: territorio, soberanía y crímenes de segundo estado**". Buenos Aires: Tinta Limón, 2013. v. 37.

\_\_\_\_\_. Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. **Revista Sociedade e Estado - Maio**, v. 29, n. 2, p. 341–372, 2014.

\_\_\_\_\_. Patriarcado: Del borde al centro. Disciplinamiento, territorialidad y crueldad en la fase apocalíptica del capital. *In: La guerra contra las mujeres*. Madrid: Traficantes de sueños, 2016a.

\_\_\_\_\_. Cinco debates feministas. Temas para una reflexión divergente sobre la violencia contra las mujeres. *In: La guerra contra las mujeres*. Madrid: Traficantes de sueños, 2016b.

SHEPER-HUGHES, N. Bodies, Death and Silence. *In: SCHEPER-HUGHES, N.; BOURGOIS, P. (Eds.). . Violence in War and Peace: An Anthology*. Oxford: Blackwell Publishing, 2004.

SIGSWORTH, R.; VALJI, N. Continuities of Violence against Women and the Limitations of Transitional Justice: The Case of South Africa. *In: STANLEY, S.; BUCKLEY-ZISTEL, R. (Eds.). . Gender in Transitional Justice*. [s.l.] Palgrave Macmillan, 2012.

SJORBERG, L. Theories of war. *In: AOLAIN, F. N.; CAHN, D.; VALJI, N. (Eds.). . The Oxford Handbook of Gender and Conflict*. Oxford: Oxford University Press, 2018.

SMALL, M. L. “How many cases do I need?": On science and the logic of case selection in field-based research. **Ethnography**, v. 10, n. 1, p. 5–38, 2009.

SOUSA, J. DE *et al.* **Série O Direito Achado na Rua, vol. 7 – Introdução Crítica à Justiça de Transição na América Latina**. Brasília: UnB, 2015. v. 5.

STANLEY, R. Violencia sexualizada en tiempos de guerra: discursos hegemónicos y orden de género. **Cuadernos de antropología social**, n. 25, p. 7–27, 2007.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Bases de la investigación cualitativa. Técnicas y procedimientos para desarrollar la teoría fundamentada**. Medellín: Editorial Universidad de Antioquia, 2002.

THEIDON, K. Género en transición: sentido común, mujeres y guerra. **Cuadernos de antropología social**, n. 24, p. 69–92, 2006.

VALJI, N. **Gender Justice and Reconciliation Dialogue on Globalization: Dialogue on Globalization**. Berlin: [s.n.].

VANTHUYNE, K.; FALLA, R. Surviving in the margins of a genocide case in the making: recognizing the economy of testimony at stake in research on political violence. **Journal of Genocide Research**, v. 18, n. 2–3, p. 207–224, 2016.

WOOD, E. J. Variación de la violencia sexual en tiempos de guerra: la violación en la guerra no es inevitable. **Revista Estudios Socio-Jurídicos**, v. 14, n. 1, p. 19–57, 2012.